

PAULA RIBEIRO CIOCHETTO

**O CRIME QUE SALVA A VERGONHA: MORALIDADE E
MEDICINA LEGAL NOS PROCESSOS DE INFANTICÍDIO
(RIO GRANDE DO SUL 1891-1922)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História Cultural, sob orientação da Profa. Dra. Roselane Neckel e coorientação da Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff.

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ciochetto, Paula Ribeiro

O crime que salva a vergonha : moralidade e medicina legal nos processos de infanticídio (Rio Grande do Sul, 1891-1922) / Paula Ribeiro Ciochetto ; orientadora, Roselane Neckel ; coorientadora, Cristina Scheibe Wolff. - Florianópolis, SC, 2014.
159 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Infanticídio. 3. Moralidade. 4. Medicina Legal. 5. Discurso Jurídico. I. Neckel, Roselane. II. Wolff, Cristina Scheibe. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

**O crime que salva a vergonha: moralidade e medicina legal
nos processos de infanticídio (Rio Grande do Sul, 1891-1922).**

Paula Ribeiro Ciochetto

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Orientadora: Profa. Dra. Roselane Neckel

Coorientadora: Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff

Banca Examinadora



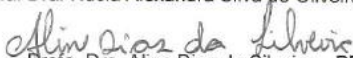
Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (Presidente e Coorientadora) – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Gizele Zanotto – UPF



Profa. Dra. Nucia Alexandra Silva de Oliveira – PPGH/UDESC



Profa. Dra. Aline Dias da Silveira – PPGH/UFSC

Profa. Dra. Janine Gomes da Silva – PPGH/UFSC (suplente da casa)



Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2014.

*Dedico este trabalho aos meus pais:
Francisco Carlos e Rosane, com todo o
amor e gratidão.*

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho foi uma etapa solitária. Porém, gostaria de agradecer a algumas pessoas que foram fundamentais nesta jornada. Agradeço a minha família. Aos meus pais, Francisco Carlos e Rosane Ciochetto, pelo amor e apoio incondicional, por me fazerem acreditar que existe um objetivo maior em tudo que realizamos. À minha irmã, Carla R. Ciochetto, pelas conversas, amizade, amor e torcida. À Denise Ribeiro, tia querida, por seus conselhos e exemplo. Em especial ao Otávio, que uniu sua vida a minha, praticamente desde que aqui cheguei. Você é a melhor surpresa que esta cidade poderia me oferecer. Obrigada por estar ao meu lado e procurar me ajudar de todas as formas possíveis, por todo incentivo e confiança. À Paula S. Bolzan Jardim, historiadora brilhante, que me apresentou o “mundo” dos arquivos e acreditou que chegar até aqui seria possível. Obrigada por sua amizade. À Gisele Schlatter, amiga de longa data, pela compreensão. À Franciele Roveda Maffi, amiga e historiadora, com quem compartilho alegrias e angustias da academia, desde a graduação.

O Mestrado me proporcionou conhecer uma pessoa muito querida, Francine Magalhães Brites. Obrigada por ajudar a me sentir mais situada, pelas conversas e sugestões. Finalizamos uma etapa importante em nossas vidas!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, por possibilitar a realização desta pesquisa. À Prof^{ra}. Dra. Roselane Neckel, por ter aceitado a orientação, e acreditar que ainda há muito que ser dito sobre os crimes de infanticídio. Agradeço a Prof^{ra}. Dra. Cristina Schaibe Wolff pela coorientação, pela paciência e delicadeza, que me tranquilizava sempre. Agradeço a Prof^{ra}. Dra. Gizele Zanotto e a Prof^{ra}. Dra. Núcia Alexandra Silva de Oliveira, pelas sugestões e contribuições apresentadas na qualificação desta pesquisa. Obrigada à Prof^{ra}. Dra. Aline Dias da Silveira e a Prof^{ra}. Dra. Janine Gomes da Silva, por aceitarem avaliar esta pesquisa em sua etapa de finalização.

À Prof^{ra}. Dra. Marlene de Fávère, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Obrigada por ter contribuído com suas aulas a reacender minha paixão pela História. Por ter me ajudado a perceber que a História segue abrigando meus sonhos, despertando minha sensibilidade e sentidos.

Com esta pesquisa, procurei abrir uma pequena fresta na cortina aveludada do palco do tempo. Meus sinceros agradecimentos a todos

que estiveram comigo de alguma forma, pois muitas vezes as pessoas nos auxiliam sem que percebamos, com um gesto, um olhar, uma palavra de incentivo. Obrigada aos amigos de Florianópolis e à família de Santa Maria.

A História é como um labirinto de corredores e portas contíguas, aparentemente todas semelhantes, mas que, dependendo da porta que o sujeito escolhe abrir, pode ser provocado um desvio, um deslizamento para um outro porvir.

(Durval Muniz de Albuquerque Júnior, 2007)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo identificar, através da análise de 15 processos crimes de infanticídio, ocorridos no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1891 a 1922, como o saber médico legal investigou o corpo das mulheres acusadas de cometerem tal ato, e analisar os elementos que construíram o discurso jurídico acerca da moralidade feminina. Procurando perceber a construção de uma imagem que poderia, muitas vezes, influenciar no parecer final dos processos. Os processos crimes de infanticídio versam sobre uma arena especial de poder e confronto entre os agentes deste e os sujeitos. No caso proposto, o discurso produzido sobre do corpo e a moralidade feminina, muitas vezes não condizia com a realidade ou com a própria percepção destas mulheres acerca de si mesmas, na sociedade à qual pertenciam. Considerando que este discurso, assim como os demais eram produzidos por homens, pois o aparato jurídico do período era exclusivamente masculino. Assim, as rés são a expressão da subjetividade feminina em julgamento. O infanticídio é um crime que atinge a maternidade, e no período proposto, muitas são as construções acerca do que seria uma boa mãe e mulher. No Rio Grande do Sul, no início do século XX, havia a circulação das ideias oriundas do Positivismo, elaborado por Augusto Comte, que reforçou a imagem idealizada do feminino ligado à maternidade. Nos processos, identificamos um comportamento desejado e a conduta das mulheres, situações que oscilavam entre o permitido e o ilícito. O Positivismo ao ser reelaborado naquele território, afirmou a premissa da liberdade profissional. Logo, isto será discutido nesta pesquisa, pois se indivíduos poderiam exercer qualquer atividade, é importante pensar como isso se configurava no caso da Medicina, quando ocorria o encontro desta com judiciário, através da Medicina Legal.

PALAVRAS-CHAVE: Infanticídio. Medicina Legal. Moralidade. Discurso jurídico. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This research aims to identify, through analysis of 15 cases of infanticide that occurred in Rio Grande do Sul, between the years 1891-1922, how medical knowledge investigated the body of women accused of committing infanticide, as well as analyze elements that built the legal discourse about female morality. Attempting to realize the construction of an image that could often influence the final look of the processes. The cases of infanticide deal with a special arena of power and confrontation between the agents and the subjects involved. In the proposed case, the discourse produced on the female body and morality often not consistent with reality or with their own perception of these women about themselves, the society to which they belonged. Meanwhile, this discourse, and the rest were produced by men, because the legal apparatus of the period was exclusively male. Thus, the defendants are the expression of female subjectivity in judgment. Infanticide is a crime that affects motherhood, and in the proposed period, many are the constructs of what would have been a good mother and wife. In Rio Grande do Sul in the early twentieth century there was a movement of ideas arising from Positivism, elaborated by Auguste Comte, who reinforced idealized image of women linked to motherhood. Processes identified in a desired behavior and conduct of women, situations that ranged between the allowed and the illicit. Positivism, as it was reworked in that territory, claimed the premise of professional freedom. Soon, this will be discussed in this research, because if all individuals could engage in any activity, it is important to think how it was configured in the case of Medicine, when there was the meeting with the judiciary through Legal Medicine.

KEYWORDS: Infanticide. Legal Medicine. Morality. Legal discourse. Rio Grande do Sul.

LISTA DE SIGLAS

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

AHSM – Arquivo Histórico de Santa Maria

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Dados das rés acusadas de acometerem infanticídio entre os anos 1891 – 1922.....	73
Tabela 2 - Sentença favorável às rés	143
Tabela 3: Rés condenadas e processos sem sentença.....	144

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO 1 - O CASO JOSEPHINA: TRAJETÓRIA COMPARTILHADA POR OUTRAS MULHERES	42
1.1 POSITIVISMO E CASTILHISMO (RIO GRANDE DO SUL 1889- 1928): APONTAMENTOS INICIAIS	43
1.2 OS PROCESSOS CRIMES DE INFANTICÍDIO E ALGUMAS QUESTÕES EM DEBATE: HONESTIDADE, MORALIDADE, TRABALHO FEMININO E OLHARES VIGILANTES	54
1.3 MATERNIDADE EM FOCO: SABER MÉDICO BUSCANDO CONTROLAR A SOCIEDADE.....	98
CAPÍTULO 2 - LIBERDADE PROFISSIONAL NA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE (1889-1928)	108
2.1 A INTEGRAÇÃO DA CIÊNCIA AO JUDICIÁRIO: MEDICINA LEGAL E A LEGITIMAÇÃO DOS SABERES	114
2.2 MARCAS DO CRIME: CORPO DAS RÉS E EXAME CADAVÉRICO NOS PROCESSOS DE INFANTICÍDIO.....	120
CAPÍTULO 3 - DESFECHOS: A MORALIDADE QUE SALVA A VERGONHA OU A HONRA QUE CONDENA ..	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS.....	150
SÍTIOS ACESSADOS	157
FONTES	157

INTRODUÇÃO

Em recente entrevista concedida a um jornal impresso¹ de grande circulação na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, um advogado criminalista, reconhecido pelos diversos casos em que obteve sucesso, foi questionado sobre qual havia sido o mais difícil em que atuou ao longo de sua carreira de mais de três décadas, e obteve-se a seguinte resposta:

Todos são difíceis. Defender a liberdade implica em muito estudo, atualização, comprometimento. Não tem júri fácil.

Lembro-me de um júri de uma mãe que matou seu filho durante o parto. O fato trouxe a tona questões sociais, familiares e jurídicas. Foi algo que mexeu muito comigo.

No ano seguinte, início de 2012, naquela mesma cidade, um recém-nascido do sexo feminino foi encontrado sem vida dentro de um roupeiro.² A mãe, uma adolescente de 13 anos de idade, afirmou que desconhecia a gestação e que o nascimento da criança havia sido uma surpresa. A menina disse que estava sozinha no momento em que deu à luz, e que seus pais não sabiam do ocorrido. O parto deu-se em seu quarto de dormir, e a jovem foi acometida por uma forte hemorragia, o que ocasionou seu internamento em um hospital.

A parturiente alegou que a criança não respirava, e por isso deduziu que estava morta. Porém, sua cabeça apresentava lesões, que pela jovem eram justificadas devido a um esbarro. As causas da morte ainda seriam apuradas.

Estas informações sobre este ato chegaram até nós também através da imprensa local. Os detalhes aí contidos são oriundos da fala da Delegada titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente de Santa Maria, e o caso foi apurado pela Polícia Civil.

¹ Um advogado chamado Porto e Silva. **A Razão**, Santa Maria, 30 dez. 2011. Variedades.

² OLIVEIRA, Renato. Recém-nascida é encontrada morta dentro de roupeiro em Santa Maria. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 13 fev. 2012. Notícias, Polícia.

Disponível: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=392359>>. Acesso em: 16 out. 2012.

A circulação na mídia da notícia e a afirmativa do advogado evidenciam a eliminação da gravidez indesejada através do infanticídio, nos dias atuais. Prática enquadrada na lei, julgada e condenada social e moralmente, que envolve muito mais do que questões legais e jurídicas.

A historiadora Michele Perrot afirma que o infanticídio, principalmente de meninas “é uma prática muito antiga, que perdura maciçamente na Índia e, principalmente na China, por causa da delimitação a um único filho”.³ Nota-se que no Brasil, este cenário por vezes se repetiu, e ainda se repete. Algumas mulheres continuam a cometer crimes contra a vida de seus filhos, o que pode estar relacionado às tradições culturais, econômicas, fatores psicológicos e pressões sociais.

Na sociedade em que vivemos, essas práticas são condenadas, pois muitos consideram que há vida desde o momento da concepção. E assim, o historiador Adriano Prosperi nos fala:

O gesto da mãe que mata o filho torna o episódio desconcertante e ameaçador. Aconteceu, pode voltar a acontecer e, de fato, continua a acontecer; e, a cada vez que acontece, o gesto sempre desperta reações profundas porque rompe o sentido de continuidade da vida e atinge a raiz da esperança como projeção da espécie no futuro.⁴

Entende-se que essas práticas continuam acontecendo não apenas no Brasil, mas no mundo, e que são julgadas de diferentes maneiras, conforme sua temporalidade e espacialidade. Em alguns lugares são aceitas, em outros não são oficiais, mas estão presentes entre a população e nas práticas clandestinas.

Deste modo, o historiador que tem as fontes criminais como seu objeto de análise, deve considerar que: “a partir do momento em que um comportamento é definido como crime e, enquanto tal, é proibido e punido, torna-se possível estudar a repetição do próprio crime, as variações das leis que lhe dizem respeito, as modificações na percepção social e no juízo aplicado a ele”.⁵

³ PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Cotexto, 2007, p. 98.

⁴ PROSPERI, Adriano. **Dar a alma**: a história de um infanticídio. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 26.

⁵ Ibid, p. 29.

Ainda segundo Prosperi, “modificam-se as palavras que indicam os crimes e, com elas, [...], modificam-se também os próprios crimes”,⁶ assim como as versões que se podem construir sobre eles. Nos processos crimes, a versão final constitui-se como verdade, uma versão verdadeira elaborada pela Justiça.

A busca pela verdade nesses processos, segundo Zenha,⁷ se distingue da ação do ato criminoso, pois este não nos é possível de alcançar, e o considerado verídico, se constitui das versões apresentadas no documento pelos homens da lei, como advogados e juízes. O fato nos escapa, ficou perdido no tempo, no que Prosperi afirma ser

[...] dois fios distintos que se entrelaçam em proporções e formas diferentes em cada vida: o fio cinzento daquilo que se repete a cada geração e que se expressa como ‘nada de novo de baixo do sol’, e aquele outro fio que apresenta uma única vez, [...], o tom inconfundível de uma cor destinada a nunca mais reaparecer.⁸

O “fio cinzento”, do qual ele nos fala, se relaciona aqui, a repetição das práticas infanticidas por mulheres de diferentes países e épocas; e o “outro fio”, é o ato em si, perdido no tempo.

Os processos criminais trazem os indícios do que pode ter ocorrido, mas isto não é necessariamente o objetivo principal buscado pelo historiador que faz uso desta fonte documental. Ao lermos as falas contidas nessa documentação, podemos ter acesso, em parte, a sociedade local, aos códigos de valores, conflitos, padrões de moralidade; considerando que essas falas agiam de acordo com a intenção de quem as proferia, em um determinado tempo e entendimento, poderiam influenciar ou não na sentença dos processos.

Nesse sentido, a presente pesquisa propõe através da análise de 15 processos crimes de infanticídio, ocorridos no estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1891 a 1922, identificar com o saber médico legal investigou o corpo das mulheres acusadas de terem cometido tal ato criminoso. Procurando perceber a construção de uma imagem e de um discurso que poderia, muitas vezes, influenciar no parecer final do

⁶ PROSPERI, 2010.

⁷ ZENHA, Celeste. As práticas da justiça no cotidiano da pobreza. **Revista Brasileira de História**. v. 5, nº10. São Paulo: Marco Zero, 1985.

⁸ PROSPERI, op. cit., p. 28.

processo, culminando na absolvição ou condenação da ré. Para tanto, serão analisados também, os elementos que construíram o discurso jurídico acerca da moralidade feminina. Deste modo, o trabalho versará sobre dois eixos: a questão da moralidade feminina; e a medicina legal, seus pareceres e métodos.

As fontes documentais estão disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e no Arquivo Histórico de Santa Maria (AHSM). Foi possível chegarmos até elas, através de um levantamento documental realizado de forma aleatória, procurando os processos que tinham mulheres como rés. Ao final da pesquisa totalizou-se 26 processos crimes de infanticídio, cometidos entre os anos de 1891 a 1951. Porém, aqui utilizaremos 15 deles, referentes aos anos de 1891 a 1922, devido ao contexto histórico que pretendemos abordar. Estas fontes são provenientes de 10 cidades daquele estado, e dentre elas apenas uma encontra-se preservada no AHSM, as demais localizam-se no APERS.

As fontes são originárias de algumas cidades, o que possibilita pensar em um contexto maior, no caso o Rio Grande do Sul, pois seria um panorama de como se davam as relações nos processos através do que é proposto aqui. Na cidade de Rio Pardo, ocorreu um infanticídio no ano de 1891; em Pelotas, no ano de 1897; em Lajeado, os crimes se deram nos anos de 1900, 1913 e 1917. No município de Santa Cruz, uma mulher foi acusada de cometer infanticídio em 1903, e duas no ano de 1904. Em Santa Maria, um crime ocorreu em 1910. A capital do estado, Porto Alegre, foi palco de cinco processos, um data do ano de 1903, e três de 1919. Neste último ano, ocorreu também um crime na cidade de Dom Pedrito. E, no ano de 1922, foi instaurado um processo em Itaqui.

O Rio Grande do Sul será o cenário da análise, e é entendido como um espaço que proporciona a problematização dos objetivos propostos. O período de consolidação da República possibilitou a elaboração de uma série de padrões morais, que tinham como uma de suas finalidades a adequação das condutas dos populares dentro dos padrões aceitos por alguns membros da sociedade. Este estado, após a Proclamação da República, diferente do que ocorreu com o restante do país, que tornou-se liberal, adotou o Positivismo, que neste território foi reelaborado por Júlio de Castilhos.

O Positivismo se caracterizava como um sistema de ideias elaboradas no século XIX, pelo filósofo francês Augusto Comte. Segundo Weber, “idealizou-se uma filosofia baseada na ciência, para

tentar reorganizar a sociedade em uma proposta político-religiosa, em que as coisas deveriam estar em perfeita ordem para a orientação ética da vida moral”.⁹

Nos processos crimes temos não apenas a fala dos advogados, promotores, juízes, mas também, principalmente a partir de 1907, a incorporação intensa do saber médico ao judiciário brasileiro, com o intuito de instrumentalizá-lo e conferir-lhe um aparato técnico-científico.¹⁰ Os médicos legistas tornaram-se integrantes do cotidiano judiciário, atuando nos exames de flagrantes, e nos processos em que seus pareceres clínicos eram fundamentais para a construção da “verdade” dos crimes, investigando corpos de réus, rés e vítimas.

Nesse sentido, mais uma vez, o Rio Grande do Sul, no período proposto se apresenta peculiar, pois o Positivismo além de reforçar uma série de padrões morais, defendia a liberdade profissional, e entre isto, configurava-se o exercício da Medicina,¹¹ para exercer esta atividade profissional bastava se inscrever na Diretoria de Higiene. A defesa da liberdade profissional, por parte dos positivistas sobre esta profissão, estava baseada na ideia de que “a Medicina não era uma prática perfeitamente racionalizada, havia uma “anarquia mental” entre os médicos, cada um com suas teorias e práticas”.¹² Para reforçar este elemento, juntava-se a defesa da liberdade religiosa, e os positivistas defendiam a adoção de diversas práticas de cura, de acordo com a crença e consciência dos indivíduos, sendo que a população não poderia ser forçada a adotar os princípios científicos, caso não estivesse suficientemente informada.

Esse esclarecimento se faz necessário para pensarmos como que se configurava o saber médico legal nos crimes de infanticídio, pois se o exercício da Medicina, segundo os preceitos positivistas, não era exclusivo dos diplomados, quando ocorria o encontro deste saber com o sistema jurídico, ele poderia tornar-se oficial. Fato que nos suscita questionamentos: como o saber médico legal se configurou em uma

⁹ WEBER, Beatriz Teixeira. Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a faculdade de Medicina de Porto Alegre. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**. Vol.5. n.03. Rio de Janeiro. Nov. 1998/Fev.1999. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701999000100003&lang=pt>. Acesso em: 17 Jul. 2012, p. 34.

¹⁰ CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

¹¹ WEBER, loc. cit.

¹² Ibid, p. 46.

sociedade positivista? Como seus pareceres contribuíam para a formação de culpa ou não das rés?

O infanticídio é considerado uma prática que se perpetua através do tempo, porém, pesquisas que o trazem como objeto de análise são pouco habituais nas produções historiográficas. Nesse sentido, destacamos a das historiadoras Joana Maria Pedro, Marla Albuquerque Atayde, Yonissa Marmitt Wadi, Georgiane Garabely Heil Vázquez, havendo a obra da cientista social Fabíola Rohden. Considerando também a pesquisa da historiadora francesa Annick Tillier e do historiador italiano Adriano Prosperi.

Joana Maria Pedro¹³ procurou estabelecer as relações entre as representações do corpo feminino em jornais, entrevistas, processos judiciais e inquéritos policiais da cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, no período de 1900 a 1950. A autora apontou que “a divulgação na imprensa destes atos criminosos servia para amedrontar as mulheres de famílias distintas, as quais deveriam manter seus corpos no abrigo do lar, e cuja sexualidade só deveria ser exercida dentro de casamentos legítimos”.¹⁴ E ainda, nos processos judiciais por ela analisados, notou-se a exposição do corpo e da sexualidade feminina e evidenciou-se as diversas maneiras de ocultar a gravidez indesejada.

É importante ressaltar “que a inexistência de possibilidades de sobrevivência econômica e/ ou social para uma criança, nascida de relações extra-conjugais, torna difícil a construção do sujeito mãe”.¹⁵ Essa afirmativa nos remete a pensar que as mulheres que cometeram crimes de infanticídio na cidade de Florianópolis eram populares ou abandonadas pela família. O discurso da imprensa servia para coibir as mulheres, ou seja, reger a vida da população, fazendo com que alguns comportamentos fossem condenados, não apenas no referente aos seus atos criminosos, mas em outros aspectos, como os sexuais. Dessa forma, as mulheres infanticidas eram percebidas como o oposto do ideal materno.

¹³ PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX. In: MATOS, Maria Izilda S. de Matos; SOIHET, Rachel (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003.

¹⁴ Ibid, p. 159.

¹⁵ Ibid, p. 165.

Nesse sentido, outra obra¹⁶ organizada por essa historiadora nos mostra como se constituiu o processo de criminalização dessas práticas consideradas costumeiras por uma parcela da população. O cenário da análise foi à cidade de Florianópolis, e a investigação se estendeu pelo período de 1900 a 1996. Para tanto, utilizaram vasto referencial teórico e documental. Nos capítulos que compõem o livro, encontramos diversas abordagens acerca desses crimes, e foram analisados não apenas processos judiciais, mas também jornais referentes ao período e entrevistas com mulheres que vivenciaram o tempo histórico em análise. Procuraram entender como a imprensa local contribuiu para a condenação dessas práticas e para a moralização da figura feminina, assim como o discurso médico legal influenciou no parecer jurídico, que, por sua vez, explicitava nas páginas dos processos a tentativa de normatizar a população através da condenação moral ou jurídica das rés.

Essas práticas costumeiras, mesmo sendo condenadas, não apenas pelo aparato jurídico e médico legal, também o eram por aqueles indivíduos que se enquadraram de alguma forma à norma vigente e continuaram a serem empregadas, considerando-se o recorte temporal da pesquisa que abrange quase um século. O conjunto de pesquisadores que publicaram no livro referido mostraram ainda a evolução do Código Penal Brasileiro, e as mudanças que ele sofreu no que se refere a abordagem do aborto e do infanticídio. Visto que sobre o saber médico legal, Pedro¹⁷ nos diz que ele colaborava para com a condenação ou absolvição das rés, pois o Código Penal de 1890 previa a participação dos médicos em várias etapas da elaboração dos processos judiciais através dos exames e da construção dos laudos periciais.

Do mesmo modo, Marla Atayde buscou identificar como se construiu o saber médico legal tanto nos exames de corpo de delito nas rés, como nos laudos dos exames de exumação dos cadáveres. Apontando como essas mulheres tinham sua sexualidade exposta e a importância do saber médico legal para a determinação da verdade de um crime.¹⁸

¹⁶ PEDRO, Joana Maria (org.). **Práticas Proibidas:** práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ ATAYDE, Marla A. Uma verdade vista nos corpos: o saber médico nos casos de infanticídio em Fortaleza, na primeira metade do século XX. In: X Encontro Estadual de História/ANPUH-Ce: Experiências e Saberes. Fortaleza, 2006. Caderno de Resumos, 2006. Disponível:

Yonissa Marmitt Wadi analisou algumas cartas escritas por Pierina, uma mulher internada no Hospício São Pedro de Porto Alegre, no ano de 1909, sob a alegação de que sofria das “faculdades mentais”, após ser indiciada em processo criminal por ter afogado sua filha pequena.¹⁹ Nessas cartas foram encontrados vestígios de como pode ter sido a vida de uma mulher descendente de imigrante italiano, da cidade de Garibaldi, que desenvolvia suas relações cotidianas com dificuldades econômicas e pessoais. Nesses depoimentos, essa mulher procurou justificar a atitude criminosa, alegando que praticara tal ato para evitar que sua filha sofresse das mesmas dificuldades que ela sofria.

Georgiane Garabely Heil Vázquez pesquisou processos criminais referentes a essas práticas nas cidades de Castro e Ponta Grossa, no Paraná.²⁰ A autora trabalhou ainda com os Códigos Penais Brasileiros de 1830, 1890 e 1940, objetivando identificar os discursos construídos pelo Direito acerca das mulheres, da maternidade, do aborto, do infanticídio, e como se deu a abordagem desses crimes nos diferentes códigos. Também foram utilizados neste trabalho, teses elaboradas por médicos sobre as práticas de eliminação da gravidez indesejada.

A cientista social Fabíola Rohden estudou como o aborto e o infanticídio foram abordados pelo saber Médico Legal na cidade do Rio de Janeiro, e como isso contribuiu para a construção da verdade dos crimes.²¹ A autora analisou como questões do âmbito privado, como a reprodução, maternidade, sexualidade, tornam-se do domínio público através dos processos judiciais e teses médicas. Destacando as mudanças ocorridas na sociedade do final do século XIX e início do XX, que contribuíram diretamente com a reelaboração de padrões

http://www.ce.anpuh.org/anais/2006/Uma_verdade_vista_nos_corpos.pdf.

Acesso em: 16 out. 2008.

¹⁹ WADI, Yonissa Marmitt. **A história de Pierina**: subjetividade, crime e loucura. Uberlândia: EDUFU, 2009.

²⁰ VÁZQUES, Georgiane G. H. **Mais cruéis que as próprias feras**: aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e o século XX. p.160. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba, 2005. Disponível em:

<<http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2005/Georgianegarabelyheilvasquez.pdf>>. Acesso: 10 abril 2009.

²¹ ROHDEN, Fabíola. **A arte de enganar a natureza**: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

morais e com a condenação dos atos considerados criminosos. Para tanto, essa pesquisadora utilizou, além de processos judiciais, teses apresentadas a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para identificar a construção do pensamento médico sobre essas práticas. Nos processos crimes de aborto e de infanticídio, Rohden buscou os elementos elaborados pela Medicina Legal que influenciaram o parecer jurídico, conferindo-lhe um caráter científico.

Annick Tillier, apud Perrot, em suas pesquisas sobre os processos crimes de infanticídio bretões do século XIX constatou que “as mulheres que cometiam tais crimes eram quase sempre serviçais que trabalhavam em propriedades rurais, jovens, sozinhas, seduzidas pelo patrão ou por um criado. Reduzidas à desonra, escondem a gravidez, desfazem-se do recém-nascido”.²² Desse modo, Tillier determinou um perfil socioeconômico daquelas infanticidas, estabelecendo as condições em que viviam as mulheres que negavam a maternidade ao cometerem crimes dessa natureza.

O historiador italiano Adriano Prosperi, ao abordar um processo crime de infanticídio, ocorrido no ano de 1709, que teve como ré uma jovem italiana, nos apresenta um histórico acerca do entendimento europeu no que se refere a esse ato criminoso, procurando apontar aspectos do cotidiano das pessoas, através da análise do discurso produzido tanto pelos homens da lei, como pelas testemunhas e demais envolvidos no caso, como a Igreja Católica, que muito contribuiu para a sua criminalização. Sobre o corpo das mulheres que cometiam infanticídio, esse historiador afirma que na Europa, deste o século XVI, “[...] tornou-se o acusador mais temível, pois bastava a presença do leite no seio ou, [...], um crescimento e uma súbita normalização do ventre para que se tivesse início o inquérito”.²³

Os pesquisadores citados abordam as práticas da eliminação da gravidez indesejada de diferentes maneiras. Alguns trazem para o centro do debate a idealização da mulher como um ser vitalmente materno, suscitado questões como sexualidade, infância, e a discrepância entre o real e o ideal, que permeia a construção da imagem feminina. E muitos procuraram estabelecer a importância do parecer médico legal para revelar a verdade acerca dos crimes, e também destacar a moralidade feminina em julgamento.

²² Tillier apud Perrot, 2007, p. 70.

²³ PROSPERI, 2010, p. 79.

As pesquisas que possuem o cenário nacional como palco para suas análises trazem como baliza temporal a passagem do século XIX para o XX. Período de fundamental importância, pois ocorria a passagem do regime monárquico para o republicano, causando mudanças econômicas, sociais e políticas no país.

Essas pesquisas se referem a diferentes territórios, e quando falamos em infanticídio no Rio Grande do Sul, percebe-se que ainda há muito a ser pensado, pois uma das poucas pesquisas de que temos conhecimento é a de Yonissa Wadi, porém sua proposta não se constitui em analisar a prática do infanticídio, até porque a criança não era um recém-nascido, mas o cotidiano de uma mulher interna no Hospital São Pedro de Porto Alegre. A historiografia carece de trabalhos sobre as práticas de eliminação da gravidez indesejada através do infanticídio naquele estado, ainda mais no que se refere a atuação da Medicina em instâncias do poder como o judiciário e a questão da moralidade através do discurso jurídico.

O historiador Carlo Guinzburg nos fala que os autos processuais “diretamente acessíveis ou [...] indiretamente, podem ser comparados à documentação de primeira mão recolhida por um antropólogo em seu trabalho de campo e deixada para historiadores futuros”.²⁴ Na busca pela verdade do que teria acontecido, os juristas elaboraram uma série de questões para o interrogatório aplicado aos réus e testemunhas; as respostas, sem que houvesse esta intenção, acabam por contribuir com o trabalho do historiador, que se aproxima da fonte após anos de sua elaboração, e procura captar aspectos dos processos sociais e do cotidiano através de sua análise, e dos dados involuntários nela contidos.²⁵

Meu acesso ao “mundo” dos arquivos, procurando os vestígios do passado contido nos papéis, na documentação histórica, deu-se a partir de uma aula de Metodologia da História, ministrada na instituição onde graduei-me. A historiadora e professora, conduziu-me até as fontes documentais, com seu olhar atento e sensível, motivada também por minha curiosidade e entusiasmo. Estávamos dispostas a analisar os processos crimes de defloração, ocorridos em Santa Maria, nas primeiras décadas do século XX. Porém, em uma determinada tarde de verão, encontrei um processo crime de infanticídio, que mudou os

²⁴ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 313.

²⁵ Ibid.

rumos do que havíamos planejado. Tal processo, ao ser analisado se tornou meu Trabalho Final de Graduação,²⁶ apresentado no final do ano de 2008. Nesta pesquisa objetivava, utilizando tal fonte historiográfica, identificar os elementos que compunham o discurso jurídico acerca da moralidade feminina, sendo orientada pela Professora Mestre Paula Simone Bolzan Jardim.

Após, desenvolvi uma monografia para a conclusão do curso de Especialização em História do Brasil,²⁷ orientada pela Professora Doutora Beatriz Teixeira Weber, concluída no mês dezembro de 2011. Esta pesquisa teve como foco analisar como o saber médico legal agiu em alguns processos crimes de infanticídio, ocorridos no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1891 a 1915. A estas fontes foram incorporadas outras da mesma natureza, e assim, as possibilidades de análise não foram esgotadas nos trabalhos realizados anteriormente.

Retomando as considerações anteriores, destacamos que ainda que historiador e juiz se aproximem na medida em que ambos, de certo modo, possuem o mesmo objeto como alvo de suas investigações, seus olhares se distanciam, de modo que para um, a busca pela “verdade” é seu objetivo principal, e as provas adquiridas ao longo dos autos corroboram para isto, culminando na absolvição ou condenação do réu, assim a “margem de incerteza tem um significado puramente negativo”.²⁸ Para o historiador a margem de incerteza se configura em suas pesquisas deste sempre, pois o passado é impossível de ser alcançado, porém ao usar a narrativa pode-se buscar reconstruí-lo. Nesse mesmo sentido, Gaddis faz uma analogia ao comparar o trabalho do historiador e do artista, nos dizendo que

os historiadores, [...], empregam a abstração para superar uma restrição diferente, que é o distanciamento no tempo de seu objeto de estudo. Os artistas coexistem com os objetos os quais

²⁶ CIOCHETTO, Paula Ribeiro. **Um crime que salva a vergonha**: mulheres populares e seu encontro com a lei através de um processo de infanticídio em Santa Maria (1910). Trabalho Final de Graduação, para o curso de História. Centro Universitário Franciscano. 2008.

²⁷ CIOCHETTO, Paula Ribeiro. **Marcas de um crime**: infanticídio, corpo feminino e Medicina Legal (Rio Grande do Sul, 1891-1915). Monografia de Especialização em História do Brasil. Universidade Federal de Santa Maria. 2011.

²⁸ GINZBURG, 2007, p. 315.

representam, sendo possível para eles mudar a perspectiva, ajustar a luz, ou mover o modelo. Os historiadores não podem fazer a mesma coisa: o que eles representam está no passado, que nunca poderá ser alterado. Porém eles podem, por meio da forma peculiar de abstração que conhecemos como narrativa, retratar o movimento através do tempo [...].²⁹

A documentação histórica muitas vezes, apresenta lacunas que fazem com que os historiadores, através da narrativa, possam tentar preenche-las a partir de possibilidades históricas, e assim a pesquisa pode não ser “centrada na contraposição entre “verdadeiro” e “inventado”, mas na integração, [...], de “realidades” e “possibilidades”.³⁰

Para Albuquerque Júnior, o passado pode ser pensado como uma invenção, composto por discursos e práticas através dos tempos, e

[...] embora a narrativa histórica não possa ter jamais a liberdade de criação de uma narrativa ficcional, ela nunca poderá se distanciar do fato de que é narrativa e, portanto, guarda uma relação de proximidade com o fazer artístico, quando recorta seu objeto e constrói, em torno deles, uma intriga.³¹

Porém deve-se atentar para a cientificidade da pesquisa histórica, para o rigor teórico e metodológico. O termo “invenção” deve ser interpretado como a tentativa de responder os questionamentos do historiador através das possibilidades históricas.

O campo jurídico, conforme Bourdieu pode ser pensado como

o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defrontam os agentes investidos de competência ao mesmo

²⁹ GADDIS, John L. **Paisagens da história**. Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 29.

³⁰ GINZBURG, loc. cit.

³¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 63.

tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de *interpretar* (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social.³²

O direito de dizer é exercido por aqueles envolvidos nos processos, arrolados nos autos, aquilo que é dito é dito com significância, algumas vezes sob orientação dos advogados, outras de forma ainda “espontânea”. São relatos de fragmentos de acontecimentos da vida daquelas pessoas. As falas ao serem interpretadas pelos homens da lei adquirem um sentido, que por eles poderá ser considerado uma “visão legítima”, uma reconstrução verdadeira do momento e do ato em análise.

Esta interpretação possível aos juristas é fruto do que Bourdieu afirma ser “ilusão da sua autonomia absoluta em relação às pressões externas”.³³ Se pensarmos que na citação anterior Bourdieu nos fala que a interpretação dos textos consagram a visão por eles considerada legítima do mundo social, logo, podemos sugerir que o mundo social interfere nas tomadas de decisões dos juristas, seus juízos de valores, seus conceitos morais.

Nesse sentido, Rinaldi nos fala que “com a noção de campo jurídico, pensamos o tribunal do júri como parte de um universo jurídico relacionado à nossa sociedade, entendendo que sua dinâmica e funcionamento são ligados às nossas representações sociais”.³⁴

Nos processos crimes que serão aqui analisados buscaremos também, as falas que nos remetem ao que Bourdieu chama de “apropriação”, uma linguagem jurídica marcada pela mistura de elementos retirados da língua comum. Acarretando em uma “neutralização”, que seria obtida

por um conjunto de características sintáticas tais como o predomínio das construções passivas e das

³² BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998, p. 212.

³³ Ibem, *ibidem*.

³⁴ RINALDI, Alessandra de Andrade. Marginais, delinquentes e vítimas. Um estudo sobre a representação da categoria favelado no Tribunal do Júri da cidade do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 301.

frases impessoais, próprias para marcar a impersonalidade do enunciado normativo e para construir o enunciador em sujeito universal, ao mesmo tempo imparcial e objetivo.³⁵

Os enunciados ao mesmo tempo em que pretendem fazer do enunciador um ser imparcial, emitem juízos de valores presentes na sociedade. Será esta a luz lançada sob os enunciados ou palavras que remetem significados moralizadores, normalizador e normatizadores acerca das rés, tais como: “mãe solteira”, “trabalhadora”, “honesta”, “vergonha de seus atos”, “desnaturada”, “mulher desonrada”. Tais enunciados possuem efeito universal, e fazem “referência a valores transsubjectivos que pressupõem a existência de um consenso ético”.³⁶

Quando pensamos em atos criminosos, no uso da Justiça para desvendá-los, e na sociedade em que os envolvidos se inserem, torna-se interessante pensar a reflexão de Dezalay, da qual faz uso Bourdieu “a sensibilidade à injustiça ou a capacidade de perceber uma experiência como injusta não está uniformemente espalhada e [...] depende estreitamente da posição ocupada no espaço social”.³⁷

Nas páginas dos processos crimes, têm-se acesso a homens e mulheres populares, e também a membros da elite. Essas pessoas interagem entre si, detalhando seus espaços de convivência, onde se relacionam e evidenciam seu cotidiano através das inquirições. Além da exposição, em parte de seu cotidiano, podemos vislumbrar aspectos do sistema de ideias e códigos morais que regiam a sociedade em que elas estavam envolvidas. Assim como a distinção de condutas, do que é considerado lícito e ilícito em uma sociedade, e pelos sujeitos que a constituem, tendo em vista o lugar em que eles se encontram.

Do mesmo modo que podemos encontrar diferenças nas vivências, podemos nos deparar com tentativas de enquadramento social e cultural, principalmente por partes dos populares em relação à elite – especialmente em situações singulares como no encontro com o judiciário – sendo que são geralmente, os membros desta classe social que estabelecem as diferenças.

No que se refere à diferença, Bourdieu nos fala que esta somente se torna

³⁵ BOURDIEU, op. cit., p. 215.

³⁶ Ibid, p. 216.

³⁷ Ibid, p. 232.

[...] visível, perceptível, não indiferente, socialmente *pertinente*, se ela é percebida por alguém capaz de *estabelecer a diferença* [...]. A diferença só se torna signo e signo de distinção [...] se lhe aplicamos um princípio de visão e de divisão que, sendo o produto da incorporação da estrutura de diferenças objetivas [...] está presente em todos os agentes.³⁸

A distinção aparece nos processos até mesmo como um meio de classificação dos sujeitos neles envolvidos, nos mostrando como as diferenças agem na sociedade, assim elas tornam-se “diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem”.³⁹ O espaço social ocupado pelos indivíduos demarca as diferenças, as distinções, e está inscrito na subjetividade, marcado por agrupamentos e pertencimentos.

Será sob esta ótica que a baliza temporal e espacial norteadora desta pesquisa será analisada, buscando os lugares ocupados pelos agentes, e como eles se constituíram e se legitimaram. Assim como a busca por parte dos sujeitos, no caso as rés, do enquadramento no espaço social e nos códigos de conduta, pensando isso não como algo natural, mas marcado pelas experiências dos sujeitos, como construções.

O corpo das mulheres acusadas de cometeram infanticídio será o tema dos discursos e da ação dos legistas, para ele convergirão os olhares, também dos juristas. Nele se dará a busca pela verdade do que aconteceu, assim como também o corpo do recém-nascido será investigado. É através do que o corpo feminino produziu e procurou eliminar, que teremos a exposição de padrões morais, devido às rupturas geradas por um crime que fere a maternidade.

Lacquer nos fala de uma “narrativa humanitária”, surgida no século XVIII, em que “passou a abordar de forma [...] minuciosa, os sofrimentos e a morte de pessoas comuns”.⁴⁰ Como exemplo desta narrativa, este pesquisador apresenta um relatório elaborado por médicos cirurgiões daquele século acerca de uma mulher acusada de cometer infanticídio. Em seu relatório o médico apresenta a mulher como alvo de compaixão, que estava a tentar esconder a gestação. Para

³⁸ BOURDIEU, Pierre. **Razão práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996, p.23.

³⁹ Ibid, p. 22.

⁴⁰ LACQUER, Thomas W. Corpos, detalhes e narrativa humanitária. In: HUNT, Lynn. **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 240.

Lacquer neste tipo de narrativa “o papel fundamental do corpo para a exposição do mal e a criação de uma sensibilidade em bases comuns é bastante claro”.⁴¹ Isso significa que o mal estaria relacionado ao crime, à gravidez; e a sensibilidade em noções morais consideradas comuns a sociedade e dirigidas a determinados grupos.

Os médicos estavam envolvidos na investigação dos corpos dos criminosos e das vítimas, agindo junto ao judiciário, emitindo seus pareceres, e narrativas. Lacquer afirma ser necessário “um estudo aprofundado das mensagens morais explícitas quanto da questão central do motivo por que a franquia moral é estendida, em qualquer época, a um determinado grupo e não a outro”.⁴²

Nesse sentido, Chartier nos fala que:

a História Cultural [...] tem como seu principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, formada, dada a ler. [...]. As representações do mundo social, [...] são sempre determinadas pelos grupos de interesses que as fazem. [...]. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas.⁴³

No que se refere ao discurso jurídico encontrado nos processos crimes, estes serão entendidos “como jogos estratégicos de ação e reação, de perguntas e respostas, de dominação e de esquiva, como também de luta”.⁴⁴ A ação dos agentes da lei nos processos pode ser subjetiva, pois não se alcança a verdade total sobre o acontecimento, mas podem tentar aproximar-se dela, através das testemunhas, interrogatórios, da ciência e das práticas, espaços de ação e reação dos sujeitos. Os processos se constituem como um campo de disputa pela versão verdadeira, ainda que se queria como objetivo e generalizador.

Nesse sentido, Foucault aponta:

⁴¹ LACQUER, 1992, p. 255.

⁴² Ibid, p. 277.

⁴³ CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002, p. 17.

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003, p. 09.

existem, na nossa sociedade, ou pelo menos, em nossas sociedades, vários lugares onde a verdade se forma, onde um número de regras do jogo são definidas – regras de jogo a partir das quais vemos nascer certas subjetividades, certos domínios do objeto, certos tipos de saber – e por conseguinte podemos, a partir daí, fazer uma história externa, exterior da verdade”.⁴⁵

A busca pela verdade, do que realmente teria acontecido no momento do ato criminoso, foi constante nos processos crimes de infanticídio, seja através dos interrogatórios, da análise do corpo das réis ou do recém-nascido. Porém, Foucault⁴⁶ alerta que é primordial atentarmos para os efeitos do discurso da verdade. Os desdobramentos deste discurso, nos casos analisados podem resultar na condenação ou absolvição das réis.

Os processos judiciais se configuram como um lugar de busca pela verdade e seus efeitos; são fontes privilegiadas para o estudo dos populares, pois é aí que os encontramos e podemos analisá-los com um maior cuidado e riqueza de informações. Porém, em relação as mulheres, Perrot afirma que elas

[...] aparecem apenas quando perturbam a ordem, o que justamente fazem menos que os homens, não em virtude de uma natureza rara, mas devido à sua fraca presença, à sua hesitação também em dar queixa quando elas são vítimas. Consequentemente, os arquivos de polícia e de justiça, infinitamente preciosos para o conhecimento do povo, homens e mulheres, devem ser analisados na forma sexuada de seu abastecimento.⁴⁷

Sendo assim, devemos perceber o documento histórico em toda sua integridade, identificando quem o escreveu, para quem escreveu e com qual objetivo, especialmente no caso de processos crimes, onde o aparato judicial era composto exclusivamente por

⁴⁵ FOUCAULT, 2003, p. 11.

⁴⁶ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁴⁷ PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

homens, e talvez, os próprios depoimentos femininos tenham sido modificados, censurados, antes de chegarem aos tribunais.⁴⁸

Em relação aos interrogatórios, Perrot nos diz que estes “permitem abordar, de alguma forma, as mulheres das classes populares em suas realidades cotidianas. Ouve-se o eco de suas palavras que os comissários de polícia, ou os próprios policiais, esforçam-se para registrar, e mesmo por traduzir”.⁴⁹

A invisibilidade foi considerada comum das mulheres e perpetuada pelas religiões, sistemas políticos e manuais de comportamento.⁵⁰ As mulheres seriam responsáveis pela vida comum e ordinária, construída de “mil atos mecânicos”, esfera privada e secundária, sem necessidade de ser relatada. Porém, neste espaço mais privado que público encontraram estratégias para burlar ou mesmo romper o que havia sido imposto a elas, como normas e regras de conduta.

Ao longo da História, houve uma proliferação de imagens acerca das mulheres; porém estas imagens eram provenientes, muitas vezes, de descrições de mulheres feitas pelos homens, podendo ser então, a imagem que os homens faziam delas e não precisamente como elas se percebiam. Em alguns momentos, são homens escrevendo sobre mulheres, sendo que estes que circulavam pelos setores públicos da sociedade, da sua economia, da política e estavam envolvidos mais diretamente com a apreciação das condutas. As mulheres foram, por muito tempo, mais imaginadas do que descritas:

Os tênues vestígios que elas deixaram provêm não tanto delas próprias [...] como do olhar dos homens que governam a cidade, constroem a sua memória e gerem seus arquivos. O registro primário do que elas fazem ou dizem é mediatizado pelos critérios de seleção dos escribas do poder. Indiferentes à vida privada, eles dedicam-se à vida pública, em que elas não participam.⁵¹

⁴⁸ FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORI, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

⁴⁹ PERROT, 2007, p. 27.

⁵⁰ Id., 2005.

⁵¹ DUBY, Georges; PERROT, Michele (orgs.). **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1990, p. 09.

O corpo feminino foi objeto de análise do masculino, os homens falavam sobre ele, do que seria correto, desde a sexualidade até o comportamento. As mulheres pouco falavam de si, e as poucas coisas que elas produziram “são elas mesmas que destroem, [...] julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial a noção de honra”.⁵²

Esta noção honra é que levaria muitas a cometerem infanticídio, uma situação limite em que a partir dela, a mulher teria sua vida exposta, assim como aquilo que tinha de mais íntimo: seu corpo.

O infanticídio, segundo Perrot, era o recurso “de camponesas, jovens, sozinhas na maioria das vezes criadas, no campo ou na cidade, que, tendo procurado dissimular a gravidez sob as pesadas dobras da saia ou do avental, [...], veem-se literalmente coagidas a matá-la para preservar a honra”.⁵³

A honra esta ligada a sexualidade⁵⁴ feminina. E no caso dos processos, é posta em questão pelos homens que compunham o aparato jurídico, e também por aqueles que são arrolados como testemunhas nos inquéritos.

Ao longo deste trabalho encontraremos as falas das mulheres sobre si mesmas, sobre outras mulheres, e também a fala de homens sobre mulheres, nos mostrando a construção e definição dos papéis e comportamentos socialmente construídos.

Entendendo as relações estabelecidas como cultural e socialmente construídas, estamos nos referindo ao gênero como uma categoria de análise, o que remete a historicidade das concepções acerca do masculino e feminino. O sexo seria um dado biológico, enquanto o

⁵² PERROT, 2007, p.17.

⁵³ PERROT, Michele. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria. I. S. de; SOIHET, Rachel. (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003, p. 17.

⁵⁴ A sexualidade será aqui entendida “de uma maneira mais ampla, definida como a construção social desses usos, a formatação e ordenação dessas atividades, que determina um conjunto de regras e normas, variáveis de acordo com épocas e sociedades. Essas regras e normas proíbem uma série de atos sexuais e prescrevem outros, e determinam as pessoas com as quais tais atos podem ou não e devem ou não ser praticados”. LHOMOND, Brigitte. Sexualidade. In: HIDRATA, Helena; LABORIE, Françoise (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 231.

gênero, cultural, estabelecendo a construção social das diferenças dos sexos.

Segundo Scott, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é o primeiro modo de significar as relações de poder”.⁵⁵

Nesse sentido, Pinsky nos fala que “a afirmação de que o gênero é um campo primário no qual ou por meio do qual o poder é articulado [...] conduz o historiador a buscar as formas pelas quais as relações de gênero a organização concreta e simbólica de toda a vida social”.⁵⁶ Deste modo, é possível pensar como se constroem os significados a partir das diferenças atribuídas a homens e mulheres.

Para Scott, o gênero enquanto fundado nas diferenças implica em alguns elementos, como perceber os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas, suas modalidades e seus contextos; os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido do simbólico. Tais conceitos reforçam a oposição binária entre masculino e feminino, estabelecendo o lugar de cada um na sociedade. Como exemplo disso, pode-se pensar os mulheres como donas de casa, a maternidade como uma função inerente a feminilidade.

É a partir desta perspectiva que o gênero será aqui entendido e ainda “tendo entre suas preocupações evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas, os estudos de gênero procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas, através de símbolos, jogos de significação, cruzamento de conceitos e relações de poder, conceitos normativos, relações de parentesco, econômicas e políticas”.⁵⁷

Na primeira parte desta pesquisa, será apresentado, resumidamente o processo crime de infanticídio ocorrido no ano de 1910, na cidade de Santa Maria, para delinear o cenário da análise, Rio Grande do Sul, onde ocorreram os demais crimes. Procurando identificar como o Positivismo, através do Castilhismo se configurou naquele estado, e reforçou a imagem das mulheres como destinadas a maternidade, enaltecendo a ideia de pureza feminina intimamente

⁵⁵ SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.15, n.2, p.5-22, jul./dez. 1990, p. 14.

⁵⁶ PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, p. 159-189, Florianópolis: UFSC, 2009, p. 165.

⁵⁷ MATOS, Maria Izilda Santos de. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. In: PISCITELLI, Adriana (org.). **Olhares femininos**. Brasília: Ministério da Educação e UNESCO, 2009, p. 285.

relacionada à manutenção da honra, através da virgindade. Os 15 processos crimes de infanticídio serão analisados, objetivando identificar o discurso jurídico acerca da moralidade e honestidade das rés, assim como aspectos do cotidiano dos arrolados nos inquéritos, e as relações estabelecidas entre eles. Em seguida, será apresentado um panorama de como, em um contexto mais geral, eram articuladas as ideias que tinham como alvo, principalmente a proteção à maternidade, e a busca por parte da Medicina em se apropriar do saber sobre o corpo feminino.

Na segunda parte da pesquisa, veremos como o princípio da liberdade profissional se estabeleceu no Rio Grande do Sul, no período em análise, e como isto se configurava quando ocorria o encontro do saber médico com o judiciário, através dos processos crimes de infanticídio, em um território marcado pelo Positivismo, reelaborado como Castilhismo. Identificando como o corpo das rés e dos recém-nascidos era investigado, assim como se dava a busca pela verdade do que teria acontecido no momento do crime, através das marcas nele contidas.

Na terceira parte, os desfechos dos casos analisados serão apresentados, junto a busca por identificar como se construía a moralidade feminina e os elementos que compunham o discurso médico legal e jurídico que culminava na condenação ou absolvição das rés. Deste modo, iremos agora ao encontro das possibilidades e subjetividades contidas nas páginas dos processos.

CAPÍTULO 1

O CASO JOSEPHINA: TRAJETÓRIA COMPARTILHADA POR OUTRAS MULHERES

A mesma cidade que viu nas páginas dos jornais ser noticiado na primeira década do século XXI, a morte de dois recém-nascidos, havia sido cenário de outro crime de infanticídio. Porém, mais de um século distante no tempo – é possível que tenha ocorrido outros neste mesmo período, mas tivemos acesso somente a esse – que foi exposto à sociedade e julgado.

No ano de 1909, Josephina, uma jovem de 21 anos, havia tido relações sexuais com Honorino Rodrigues, de quem era noiva. Porém, este não pode levar a efeito suas possíveis intenções, pois veio a falecer, e ela a engravidar e dar à luz em 1910.

Durante o período de sua gestação, Josephina tentou de diversas maneiras ocultar o que era considerado como sua desonra, pois seria mãe solteira. Para muitas pessoas de seu convívio cotidiano ela negou seu estado de gestante, ora dizendo que sofria de doenças, ora usando roupas que ajudavam a disfarçar o volume que seu ventre ganhava com o decorrer dos meses. E quando o parto veio à tona, afirmou que o filho havia nascido sem vida.

Ao narramos resumidamente o que aconteceu com esta mulher, percebe-se que através daquele gesto, houve o seu encontro com o sistema jurídico do período. Josephina se tornou ré em um processo crime do início do século XX, mas assim como ela, outras mulheres, compartilhavam a mesma trajetória, como Maria, Conceição, Dejanira, Etelvina, Emma, Carolina, que se envolveram em um emaranhado de relações a partir de um ato considerado criminoso: o infanticídio.

O infanticídio era definido pelo Código Penal de 1890, no Artigo 298, da seguinte maneira:

Matar recém-nascido, isto é, infante, nos sete primeiros dias de seu nascimento, quer empregando⁵⁸ meios diretos e ativos, quer recusando à vítima os cuidados necessários a manutenção da vida e impedir sua morte.

⁵⁸ Nesta dissertação será mantida a grafia original presente nas fontes historiográficas.

Pena – de prisão celular por seis a 24 anos.⁵⁹

Através da análise das partes que compõem os processos, podemos vislumbrar além do ato em si, parte do cotidiano de homens e mulheres considerados comuns, e também parte da elite, que está presente nos processos através das falas dos considerados “homens da lei”, como advogados, juízes, promotores e médicos. As falas dos homens e mulheres nos conduzem para o início do século passado, para suas casas, suas vidas, relações estabelecidas em um cotidiano simples, a margem nas cidades, ou vivendo em colônias de imigração no interior do estado.

Os processos nos possibilitam olhar além daquilo que foi condenado, tentado perceber as redes tanto de poder como de solidariedade, a conduta das rés e as estratégias para provarem sua inocência. Relações estabelecidas entre as pessoas, principalmente, mulheres pobres do interior do Rio Grande do Sul, que se viram às voltas com a eliminação do fruto de uma gestação indesejada, em um território marcado pela ideologia Positivista, que colaborava para a reafirmação de padrões morais ligados ao feminino.

1.1 POSITIVISMO E CASTILHISMO (RIO GRANDE DO SUL 1889-1928): APONTAMENTOS INICIAIS

No período de transição do regime monárquico para o republicano, alguns intelectuais brasileiros, como médicos e juristas, começaram a discutir qual o modelo ideal de República deveria ser implantado. Uma das linhas ideológicas foi o Positivismo. Sistema de ideias elaborado no início do século XIX, pelo filósofo francês Augusto Comte, que articulou uma proposta político religiosa para o desenvolvimento e organização da sociedade.

Para este filósofo, seria necessário “fornecer aos homens novos hábitos de pensar de acordo com o estado das ciências de seu tempo”.⁶⁰ A ideologia foi articulada em três temas:

⁵⁹ FARIA, Antonio Bento de. **Anotações Theorico-Praticas ao Código Penal do Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1929, p. 518.

⁶⁰ COMTE, Augusto. **Os pensadores**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.10.

A filosofia positiva se voltaria a observação dos fatos, dos fenômenos. Neste sentido, não seria possível alcançar uma unidade de conhecimentos reduzindo os fenômenos a um só princípio. Para Comte, cada ciência deveria se ocupar de um grupo de fenômenos, para que seu conhecimento não fosse subjetivo. A observação traria a previsibilidade, que caracterizaria o pensamento positivo. A ciência investigaria o real.

Em relação à reforma das instituições, Comte desenvolveu uma reforma religiosa, que propunha uma renovação social. Deveria haver a substituição do teológico pelo metafísico, retirando o poder do sobrenatural sobre o homem, propondo que os cientistas tomassem o poder espiritual, antes restrito aos sacerdotes, e o poder material deveria passar para os industriais. O progresso seria o resultado da ordem, e esta “aperfeiçoaria os elementos permanentes de qualquer sociedade: religião, família, propriedade, linguagem, acordo entre o poder espiritual e temporal”.⁶¹

Nesse sentido, percebe-se que Augusto Comte desenvolveu esse sistema de ideias em duas esferas, a religiosa e a científica. Nos últimos anos de sua vida, elaborou o que chamou de Religião da Humanidade, propondo uma substituição dos dogmas católicos pelos positivos.

No que se refere ao Positivismo religioso, afirmava que a sociedade estava des governada e que deveria ser reorganizada por um regime com base no conceito de “ordem e progresso”. Para isso ocorrer, deveriam criar uma religião que atingisse o aspecto moral, intelectual e material da humanidade.⁶² Esta religião teria os mesmos elementos que compõem as demais: culto, dogma e rituais. Assim, correu a formação da “Religião da Humanidade”, na qual o culto seria destinado aos homens e não ao céu.⁶³ É interessante ressaltar aqui, a distinção que Orlandi faz entre discurso teológico, e discurso religioso:

[...] discurso teológico como o discurso em que a mediação entre a alma religiosa e o sagrado se faz por uma sistematização dogmática das verdades religiosas, e onde o teólogo, ele mesmo aparece como aquele que faz a relação entre dois mundos. [...]. O discurso religioso seria aquele em que há uma relação espontânea com o sagrado. Em geral,

⁶¹ COMTE, 1983, p. 13.

⁶² OLIVEIRA, H. B. da Silva. **Nota sobre o positivismo**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1968.

⁶³ Ibidem.

distingui-se do discurso teológico por ser aquele mais formal e este mais informal.⁶⁴

O discurso teológico do Positivismo seria voltado para o plano terrestre, entendendo a humanidade como formada pelos sujeitos, em todos os tempos. O culto seria dirigido para a humanidade e não para um deus, como nos demais sistemas religiosos. Se na maioria das outras religiões o representante, o deus, é geralmente personificado no homem, no masculino, no Positivismo, a figura feminina e materna era representante. Havendo uma idealização da imagem das mulheres: “representada por uma mulher de trinta anos com seu filho nos braços, a Humanidade reúne atributos supremos da natureza humana, o máximo de altruísmo e o mínimo de egoísmo, a maior ternura e a maior pureza, no tipo da Virgem mãe [...]”.⁶⁵

Em relação ao culto, estava dividido em quatro formas: culto humano, pessoal, doméstico e público. O primeiro seria voltado para a humanidade, e objetivava relembrar os ausentes. O culto pessoal seria destinado às mulheres, mães, esposas e filhas, consideradas “verdadeiros anjos da guarda”.⁶⁶ O culto privado procurava ligar a vida privada à vida pública, sendo destinado à família, considerada célula da sociedade e fonte de felicidade. O culto público seria realizado conforme um calendário próprio da religião positivista, com datas específicas a serem celebradas.

No templo ao invés de imagens de santos, a humanidade estaria representada no altar pela imagem de Clotilde de Vaux (acredita-se que tenha sido um amor platônico de Augusto Comte), abaixo dela, a imagem do filósofo francês, devendo haver quatorze capelas interiores destinadas a

Moisés, representando a teocracia inicial; Homero, a poesia antiga; Aristóteles, a filosofia antiga; Arquimedes, a ciência antiga; César, a civilização militar; São Paulo, o catolicismo; Carlos Magno, o feudalismo; Dante, a epopeia moderna; Gutenberg, a indústria moderna; Sheakspeare, o drama moderno; Frederico, a

⁶⁴ ORLANDI, Eni Pucinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4 ed. Campinas: Pontes, 1996, p. 246.

⁶⁵ OLIVEIRA, 1968, p. 03.

⁶⁶ Ibid.

política moderna; Bichat a ciência moderna; e Heloísa, a santificação feminina.⁶⁷

Sendo assim, o dogma estava relacionado à ciência, a filosofia e a arte. A humanidade deveria se desenvolver no progresso moral e material. O primeiro ficava ao encargo das mulheres, o segundo ao dos homens.

Quando o Positivismo adentrou no Brasil, ele se encontrava cindido, pois com a morte de Comte, seus principais seguidores se dividiram entre um grupo que apoiava o sistema de ideias positivista de uma forma total, e outro que propunha a implantação do ateísmo, não considerando a religião proposta pelo pensador.⁶⁸

No Rio Grande do Sul, houve a aplicação, salvo algumas alterações, das ideias científicas ligada ao político, entre os anos de 1891 a 1928, e este “foi o único Estado no Brasil a adotar uma perspectiva positivista após a Proclamação da República, consolidada na Constituição Estadual de 1891”.⁶⁹

Junto com as ideias científicas introduzidas no campo político, multiplicou-se uma série de padrões morais, especialmente relacionados às mulheres, ocorrendo uma proliferação de imagens idealizadas do feminino, reforçando conceitos já existentes. Tal sistema de pensamento entendia a mulher como destinada à maternidade, sendo de sua responsabilidade a educação dos filhos e o cuidado do marido.

O Positivismo entendia as mulheres como responsáveis pelo bem estar da sociedade, que possuíam uma função considerada sagrada: a maternidade. Com a implantação deste sistema de ideias no Rio Grande do Sul, os preceitos religiosos de Comte, foram incorporados no campo científico, ligado à política local.

A propaganda dos preceitos religiosos, da chamada “Religião da Humanidade” foi difundida principalmente em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, aonde existem os templos, a Capela Positivista. Seus adeptos foram principalmente membros da elite intelectual do final do século XIX e início do XX. Defendiam ser este um meio de alcançar o desenvolvimento social, através da evolução moral e pela educação.

⁶⁷ OLIVEIRA, 1968, p. 06.

⁶⁸ WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**. Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-grandense – 1889/1928. Santa Maria: UFSM, 1999.

⁶⁹ Ibid, p. 31.

A Religião da Humanidade pretendia reger as práticas dos sujeitos, especialmente as mulheres. Não alcançou uma vasta gama de adeptos, porém muitos de seus preceitos foram incorporados no Positivismo científico, ligado à esfera política. O Rio Grande do Sul foi o palco onde ocorreu a tentativa de aplicação das normas e dos conceitos. Percebendo a mulher como “um anjo”, “reserva moral da sociedade”, “a santa mãe”, reafirmando a importância da maternidade. Reforçando a dicotomia existente entre o que seria uma “boa mulher” e uma mulher desajustada socialmente.

O Positivismo dominou o campo político daquele território por três décadas, e teve na figura de Júlio de Castilhos seu principal defensor, que não só se envolveu com sua propaganda, mas conferiu-lhe uma interpretação pessoal, marcada por uma visão autoritária do poder.

A interpretação positivista elaborada por Júlio de Castilhos foi denominada de Castilhismo, e teve alguns pontos de diferenciação da obra de Augusto Comte. Seria o modelo posto em prática, e assim, “é preciso considerar que um sistema de pensamento não mantém a mesma coerência interna atribuída por seu autor ao entrar em contato com o dinamismo e com a diversidade da vida social”.⁷⁰

As diferenças se deram no campo político: para Comte, a assembleia política deveria ser constituída por deputados escolhidos pela agricultura, pela manufatura e pelo comércio; já para Castilhos, a Assembleia Estadual seria composta por todos os grupos sociais, “aglutinados ao redor do Partido Republicano Rio-Grandense, que era imaginado como agremiação partidária única, uma vez que não se tolerava o pluralismo partidário, e muito e menos o funcionamento da oposição”.⁷¹ Outra diferença consiste em que, para Comte a regeneração espiritual, através da renovação mental e social deveria preceder à organização política, Castilhos propôs o contrário, dando preferência à renovação política, e defendendo que através dela viria a mudança moral e espiritual.

Em oposição ao Partido Republicano Rio-Grandense, estava o Partido Liberal, liderado por Gaspar Silveira Martins, que desejava a implantação “de uma República Federativa com o Executivo centrado

⁷⁰ PEZAT, Paulo. Leituras e Interpretações de Augusto Comte. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). **República Velha (1889-1930)**. v.3 t. 2. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 30.

⁷¹ RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. O Castilhismo e outras ideologias. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). **República Velha (1889-1930)**. v.3 t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 73.

no presidente, mas de base política representativa e parlamentar. A proposta de Silveira Martins, ajustando-se a concepção liberal de governo, conferia a primazia do poder público ao Legislativo, ao qual deve se submeter o Executivo, garantindo, de outro lado, a independência do Judiciário”.⁷²

Nesse sentido, constata-se que:

A década de 1890 foi um período bastante conturbado no Rio Grande do Sul. A instalação da República não se deu sem conflitos, uma vez que os liberais, até então principal força política do estado, reagiram com firmeza ao seu alijamento de poder pelo grupo republicano liderado por Castilhos. Tais conflitos chegaram ao ponto máximo com a Revolução Federalista que eclodiu em 1893. Vencidos os federalistas com o apoio militar enviado por Floriano Peixoto, se iniciaria o chamado período da *pax positivista*,⁷³ que se estenderia por toda a República Velha.⁷⁴

A proximidade entre elementos do Catolicismo e do Positivismo ajudou na disseminação desse ideário sem tanto estranhamento. Aliado a isso, as ações do estado através de jornais – em especial *A Federação*, veículo do PRR e órgão de propaganda – auxiliaram nesse processo.

O Castilhismo influenciado pelo Positivismo estabelecia como um de seus preceitos a não exigência de diplomas para o exercício das profissões, o que se configurava como liberdade profissional; separando o poder temporal e espiritual, e instituindo o ensino primário leigo, livre e gratuito, sendo o ensino secundário e superior de responsabilidade da iniciativa privada.⁷⁵

Devido a complementação do ensino ser de iniciativa privada, houve a possibilidade do ensino religioso ser ensinado nas escolas. Isaia afirma que com o “PRR vai haver a aproximação entre os governos

⁷² RODRIGUEZ, ibidem.

⁷³ Em relação a esta questão, sugerimos a leitura: PESAVENTO, Sandra J. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁷⁴ MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004, p. 39.

⁷⁵ PEZAT, 2007.

republicanos e a autoridade eclesiástica no Rio Grande do Sul”.⁷⁶ Um dos pontos de aproximação entre Catolicismo e Castilhismo, seria para Isaia, a exclusão da participação popular e a defesa da soberania das maiorias. Assim, o Castilhismo defendia “um estado forte que se julgava acima dos mesquinhos interesses individuais. Era uma concepção elitista e messiânica, que desdenhava da participação popular, pregando o monopólio da ação política a uma minoria”.⁷⁷

Outro ponto de aproximação seria a vontade de um regime “onde o individualismo liberal fosse substituído pela solidariedade orgânica, onde a competição desenfreada fosse substituída pela ordem corporativa”.⁷⁸ Comte propunha o contrário do liberalismo individualista, a instauração de uma ordem social baseada em “ideias impessoais”.⁷⁹ Ambos desejavam a regeneração moral da sociedade.

Isaias nos fala que no Castilhismo, o interesse da coletividade era confundido com a obra legislativa do governante esclarecido, indiferente aos interesses individuais, assegurada a superioridade do líder.

Não somente os preceitos do Positivismo científico circularam pelo Rio Grande do Sul, houveram também os preceitos morais. E assim, Pezat afirma que conforme o pensamento de Augusto Comte, o matrimônio possuía uma importância fundamental na sociedade, “pois ele seria a base para a constituição da família e para a posterior educação dos filhos, preâmbulos essenciais à regeneração futura do conjunto da humanidade”.⁸⁰ A mulher deveria permanecer no lar, sendo ao esposo fiel por toda sua vida, inclusive, em caso de viúves, recusando herança de qualquer espécie; ao passo que o homem deveria garantir o sustento da família, enquanto a esposa seria responsável pela educação dos filhos.

Se aos homens era destinada a esfera pública, às mulheres – consideradas como reserva moral da sociedade – a esfera privada, conforme a divisão dos sexos. Todavia devemos ressaltar que o espaço público não detém o centro de poder e de autoridade, pois sabemos que

⁷⁶ ISAIA, Artur Cesar. Catolicismo e Castilhismo. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). **República Velha (1889-1930)**. v.3 t. 2. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 24.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ Ibid., p.25.

⁷⁹ Idem, ibidem.

⁸⁰ PEZAT, 2007, p. 63.

o Estado interferiu no âmbito do privado e do cotidiano, bem como o espaço privado foi politizado.⁸¹

Segundo Pesavento:

O Positivismo consagrava a mulher como o “sexo afetivo” reserva moral da sociedade, freio dos maus instintos e suavizadora dos conflitos. Sua permanência no lar, dedicada à educação dos filhos e a fornecer bons exemplos, era uma garantia da manutenção da ordem social. Portanto, a defesa positivista da posição da mulher como elemento central da família era um fator de controle dos conflitos sociais, que poderiam ser contornados e mesmo impedidos através da ação moralizadora da personagem feminina. Mas entre o discurso e a prática intervinham as duras condições de vida, que obrigavam as mulheres das classes subalternas ao trabalho nas fábricas ou nas casas de família, como criadas domésticas.⁸²

As mulheres eram consideradas superiores em relação aos homens nos aspectos sentimentais, e por isso, elas deveriam guiar a sociedade através do exercício pleno da maternidade. Havia um caráter idealizador que procurou santificar as mulheres, mas entre uma idealização e o real, há uma distância, muitas vezes, intransponível. Para Berger,⁸³ os sujeitos, ao transgredirem os valores tendem a sentirem-se culpados, pois há uma tentativa social de enquadramento no que se quer enquanto norma e prática social.

Estes preceitos estavam relacionados também, com o ideal feminino presente no Catolicismo exemplificado principalmente na figura de duas mulheres: Eva e Maria. A primeira está ligada ao mito da criação dos humanos, mais especificadamente das mulheres, contido no Gênesis,⁸⁴ o qual apresenta a mulher como uma derivação do homem, e

⁸¹ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história, trabalho e cidade. São Paulo: EDUSC, 2002.

⁸² PESAVENTO, Sandra J. **O cotidiano da República**: elites e povo na virada do século. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 72-73.

⁸³ BERGER, Peter. **O dossel sagrado**. São Paulo: Paulus, 1985.

⁸⁴ Primeiro capítulo da Bíblia – livro sagrado para os cristãos, sendo que este mito da criação está presente também na tradição judaico-cristã. Sobre essa ideia ver: PANTEL, Pauline Schmitt. “A criação da mulher”: um artil para a

em consequência disso, deveria ser submissa a ele. Pantel afirma que “a dupla dependência da mulher – material, pois ela é criada a partir do homem, e existencial, já que é criada para o homem – parece alicerçada na Escritura”.

Eva foi criada para ser companheira de Adão no Paraíso, e devido a sua desobediência, ambos foram expulsos de lá. Deste modo, o mito da criação da humanidade serve também, para fundamentar o princípio que as mulheres são mais sentimentais que racionais, visto serem descendentes de Eva – aquela que originalmente agindo por impulso causou danos irreversíveis à ordem estabelecida. Segundo Ismério, “Eva seria o arquétipo da mulher pecadora, e como responsável pela expulsão do Paraíso, deveria ser punida submetendo-se ao marido e “parir na dor, enquanto o homem proveria o sustento através do trabalho”.⁸⁵

Mas se Eva era, como nos mostra o Catolicismo, o oposto do ideal feminino, Maria consagrou-se devido a sua pureza – intimamente relacionada com a virgindade – ao seu recato, e amor materno, e é o exemplo, segundo tais ideias, que deveria ser seguido por todas as mulheres da humanidade. Pois assim, o regramento moral estaria garantido dentro dos lares, ressaltando o caráter divino da maternidade. Ao se apropriar de muitos conceitos do Catolicismo, o Positivismo procurou garantir a manutenção da ordem, e do que consideravam como moralidade e ideal feminino.

Conforme o pensamento positivista, a mulher seria responsável pelo progresso da sociedade – principal objetivo do Positivismo – seu comprometimento se dava na medida em que ela ficava encarregada de proteger a família, educando os filhos e zelando pelo marido. Nesse sentido Ismério afirma que:

O caráter conservador é observado no discurso referente à mulher. Considerando a mulher responsável pela manutenção da moral e pela realização do culto privado, Comte impôs modelos de conduta feminina baseados na mentalidade patriarcal, formada ao longo da História da Humanidade. A mulher deveria ser a rainha do lar e o anjo tutelar da família [...],

história das mulheres? In: MATOS, M. I.; SOIHET, R. (orgs). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003, p. 137.

⁸⁵ ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher: a moral e o imaginário: 1889-1930**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

Comte codificou todo o pensamento conservador em torno da mulher.⁸⁶

As mulheres, representadas na figura de Maria, para o Catolicismo, e de Clotilde de Vax, para o Positivismo, deveriam ser exemplos de pureza, perfeição e sacrifício. Seres assexuados, sem desejo sexual, cumprindo o dever da maternidade, resguardando assim, o futuro da nação. A imagem da mulher como um ser sexuado, poderia afastar o papel da mãe, rainha do lar.

Conforme este entendimento, a função considerada essencial da mulher, somente poderia ser exercida dentro de um casamento legítimo, que deveria ter como objetivo o aprimoramento moral, e ser livre de toda a sensualidade. O sexo feminino deveria disciplinar o impulso carnal masculino.⁸⁷ O casamento, segundo Comte tinha a função de preservar os homens de doenças venéreas, e era estimulado “por ser o alicerce da organização social e por prescrever o controle e a submissão da mulher”.⁸⁸

Em casos de viúves as mulheres não poderiam receber heranças, e este estado deveria ser eterno, e voluntário. Comte afirmava que a monogamia estaria ameaçada se as mulheres pudessem casar-se novamente, “novas núpcias produzem uma poligamia subjetiva”.⁸⁹ A mulher deveria permanecer casta, se estabelecendo novamente como um ser angelical, dotado de pureza, porém exercendo a função da maternidade.

O Positivismo reforçou também a ideia do homem provedor da família, pois segundo Augusto Comte, a mulher seria preservada do trabalho exterior para poder exercer a maternidade em todo seu potencial. O homem deveria sustentar a família. O filósofo afirmava que isto seria um instinto universal, mas somente o Positivismo sistematizou este preceito. O lar seria um santuário doméstico, onde a mulher aperfeiçoaria moralmente seu esposo e seus filhos. A mulher deveria estar sempre sob a tutela de um homem,

⁸⁶ ISMÉRIO, Clarisse. As representações do feminino na educação rio-grandense segundo o discurso positivista (1889-1930). **História e Reflexão**. Vol.1 - n.1 – UFGD: Dourados, Jan/Jun. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/484/353>>. Acesso em: 24 Maio 201, p. 02.

⁸⁷ COMTE, 1983.

⁸⁸ ISMÉRIO, 2007, p. 12.

⁸⁹ COMTE, op. cit., p. 273.

sustentada primeiro pelo seu pai ou irmãos, cada mulher é em seguida sustentada pelo esposo, ou pelos seus filhos. Na falta destes amparos especiais, a obrigação do sexo ativo para com o sexo afetivo torna-se geral, e o governo deve prover isso [...]. Tal é a base material da verdadeira constituição doméstica.⁹⁰

Porém, os preceitos não restringiram-se ao plano religioso e político, a ciência foi utilizada para respaldar essas teorias, pois o discurso sobre as mulheres, durante o século XIX, foi marcado pela divisão dos sexos em duas “espécies distintas”, ou seja o homem com o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão, e as mulheres com o coração, a sensibilidade, sentimentos. Apesar das mulheres serem consideradas responsáveis pela família, Perrot pondera que

Augusto Comte [...], fala da “inaptidão radical do sexo feminino para o governo, mesmo da simples família”, em virtude da “espécie de estado infantil contínuo” que caracteriza o sexo feminino. O doméstico não lhe poderia ser entregue sem controle; mas concorda-se em confiar as mulheres – dentro de certos limites – a família, a casa, núcleos da esfera privada.⁹¹

O Positivismo adentrou na sociedade sul rio-grandense através da política local, reforçou padrões sociais existentes e os aprofundou, marcando ainda mais as condutas femininas. Porém, uma idealização não corresponde com a realidade, com a necessidade dos indivíduos, principalmente em uma sociedade, em que o trabalho do homem pobre rendia poucos lucros, onde havia relações de amasamento⁹² e

⁹⁰ COMTE, 1983, p. 275.

⁹¹ PERROT, 1992, p. 178.

⁹² Para que um relacionamento fosse identificado como amasamento, deveria apresentar algumas características: as pessoas deveriam se encontrar com regularidade, devendo haver responsabilidade mútuas entre o homem e a mulher, a relação deveria ser pública, com outras pessoas sabendo da existência. Para os populares o amansiameto, era relacionado com um estado de sua cultura, equivalente a um estado civil jurídico. A Polícia e a Justiça

concubinato. As ideias circulavam pela sociedade, e mesmo que os sujeitos não às vivenciassem, as reconheciam, e poderiam usá-las a seu favor, como as mulheres ao terem que defender sua honestidade na Justiça, devido ao infanticídio.

Nesse sentido, vamos agora centrar a narrativa na trajetória de Josephina, e a partir dela iremos expor os acontecimentos da vida de outras mulheres que cometeram o mesmo gesto, procurando vislumbrar um contexto maior, no qual está presente a idealização do feminino e o cotidiano simples, marcado pelas relações de poder.

1.2 OS PROCESSOS CRIMES DE INFANTICÍDIO E ALGUMAS QUESTÕES EM DEBATE: HONESTIDADE, MORALIDADE, TRABALHO FEMININO E OLHARES VIGILANTES

Nas primeiras páginas que compõe o processo,⁹³ o Promotor Público da Comarca de Santa Maria, apresentou denúncia contra Victoria e Josephina, narrando da seguinte forma os acontecimentos:

Josephina, solteira, no dia 17 de fevereiro, ao meio dia, mais ou menos, em sua residência, a rua Riachuelo nº 15, nesta cidade, deu à luz a uma criança do sexo masculino. Tendo a criança nascido viva, e com suficiente desenvolvimento para a vida extra-uterina, Josephina e Victoria mataram-na, enterrando debaixo do assoalho no quarto de dormir da já referida casa. E como as denunciadas assim procedendo, incorreram na tenção do artigo 298 do Código Penal da República, vem o Promotor Público oferecer a presente denúncia, para a fim de julgada provada, serem as denunciadas punidas.

consideravam os amásios como solteiros. O não reconhecimento do amasiamento como estado civil, demonstra o embate cultural e a tentativa de imposição da norma dominante do casamento. AREND, Sílvia Maria Fávero. **Amasiar ou casar?** A família popular no final do século XIX. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

⁹³ Processo nº 01, Cx.: 01, de 1910. Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Maria. Ré: Josephina.

A notícia deste crime chegou até o conhecimento da polícia devido a denúncias feitas por vizinhos das rés, e, assim, iniciou-se as diligências do processo, a apuração e também, um período na vida destas mulheres marcado pela defesa de sua honestidade, colocada à prova pelos “homens da lei”, e por pessoas que faziam parte de suas relações sociais cotidianas, como as testemunhas arroladas nos inquéritos.

No relatório, o Delegado João Belém afirmou que assim que soube que Josephina poderia ter dado à luz a uma criança, e que esta teria sido morta e enterrada no quintal da casa de residência da acusada, para lá se deslocou, a fim de averiguar a veracidade dos fatos. Lá chegando, Josephina e Victoria negaram que tal crime tivesse ocorrido. O Delegado, frente a isso, mandou realizar escavação em todo o pátio da residência, com o objetivo de encontrar o cadáver do recém-nascido. E cavando junto a uma cerca encontrou a placenta, que havia sido pouco enterrada, devido, segundo a autoridade, por isto ter sido feito às pressas.

Mesmo frente à prova de que alguém havia tido um parto recentemente, as rés continuavam a negar, e por isso, Josephina foi submetida a um exame de corpo de delito, que concluiu que ela havia dado à luz por entre aqueles dias. Para justificar seus atos,

Josephina disse que na verdade havia parido e como nasceu morto o filho, fê-lo enterrar no quarto, a fim de ocultar sua desonra.

Victoria, mãe da parturiente, declarou que entrando no quarto viu a filha guari desmaiada, e que esta mostrando-lhe o recém-nascido, dissera-lhe “minha mãe, já que nasceu morto, salva-me da vergonha”, o que de fato a declarante pretendeu fazer, enterrando no quarto, de baixo do assoalho, o neto recém-nascido.

A alegação de que o filho nasceu morto e que apenas o enterraram, numa tentativa de esconder do meio social em que viviam que Josephina havia dado à luz, servia como um recurso para tentarem ser absolvidas da acusação, pois para que a morte do recém-nascido fosse caracterizada como infanticídio, seria preciso que ele tivesse

vivido após o nascimento e que a vontade de matar estivesse presente, através das marcas de violência no cadáver.⁹⁴

Este foi o primeiro ato de defesa que consta no processo, e partiu delas próprias, pois nesta fase ainda não estavam sendo orientadas por um advogado para defendê-las. Nestas palavras de Josephina: “minha mãe, já que nasceu morto, salva-me da vergonha”, percebe-se que a vergonha está relacionada ao nascimento do filho, pois ela era solteira, e que os padrões de moralidade entre os populares, estavam embutidos, se não em suas condutas, em suas mentalidades, utilizando-os a seu favor, como estratégias frete ao Tribunal: sabiam que ter um filho fora do casamento era considerado uma vergonha, uma desonra e assim o sentiam, ou diziam sentir. O medo e a vergonha são elementos a serem pensados como justificativa das rés que cometeram infanticídio.

No processo mais antigo que dispomos, do ano de 1891, da cidade de Rio Pardo, temos Etelvina⁹⁵ como ré. Uma jovem de 19 anos, de profissão costureira, que deu à luz a uma criança encontrada enterrada em um forno, na casa de seu cunhado. Esta mulher alegou que o filho nasceu sem vida, que o “escondeu porque ficou com medo de seu pai”, que ela mesma havia enterrado o recém-nascido. Seu cunhado, afirmou que não sabia do ocorrido, e que muitas pessoas já falavam que Etelvina havia tido um filho em sua casa. Foi o próprio Guilherme que efetuou a denúncia. Perguntado se “não ouviu o momento em que ela deu à luz, ou se notou algum sinal que [?] o fato? Disse que ela tinha dores na barriga, que tomou um chá que ela mesma havia feito. Ela chamou sua mulher para ajudar nas dores, e que estas passando ela voltou a deitar-se”.

Esta testemunha afirmou que Etelvina não foi ajudada pela irmã, nem por ninguém de sua casa. Contou que a ré morava alguns meses como o pai, e outros na casa dele e da esposa. Na continuação do interrogatório, temos as seguintes perguntas e respostas:

Perguntado se explica o procedimento de Etelvina pelo temor que tivesse de seu pai Déllor?

Respondeu que sim, que o pai Déllor, sempre foi muito rigoroso com os filhos, e que era sabido que o pai dissera e a ameaçou de morte caso ela se apresentasse com um filho em casa. [...].

⁹⁴ FARIA, 1929.

⁹⁵ Processo Cx.: 358, M: 05, de 1891. Cartório de Processos Cível e Crime de Rio Pardo. Ré: Etelvina.

Perguntado se ela era uma boa moça, ou [?] capaz de cometer um infanticídio?
 Respondeu que era boa, e julga que só teve [?] ato, por vergonha e medo de seu pai Déllor.

O pai de Etelvina, Déllor, não foi chamado a depor; conforme o depoimento de Guilherme, o medo da ré era real, pois ela era ameaçada de morte caso sua honra fosse perdida. O ocultamento da vergonha poderia para as mulheres que cometeram infanticídio, estar à cima de tais atos criminosos.

No ano de 1922, na cidade de Itaqui, uma mulher de nome Maria Dias,⁹⁶ 18 anos de idade, deu à luz a uma criança do sexo masculino, na casa aonde era empregada – uma casa em que residiam apenas mulheres.

A ré afirmou que não foi ajudada no momento do parto, detalhou que ele ocorreu no quarto de banho da casa “e que a criança chorou pouco e depois parou, que ela não lhe deu banho, nem fez atadura em seu cordão umbilical; que voltou ao quarto depois de uma hora, mas que ela não verificou seu pulso nem ouviu seu coração”. Após ter voltado ao quarto, pegou o recém-nascido e o atirou em uma fossa que servia para despejo daquela residência onde morava e trabalhava.

O motivo que Maria alegou para cometer o crime foi diferente do demais rés: “fez tudo escondida, porque tinha brigado com o pai da criança, e não queria que o mesmo soubesse que ela estava grávida”.

Maria ocultou a gestação das pessoas de seu convívio, nenhuma testemunha neste processo falou do corpo da ré. Nem mesmo o pai de seu filho sabia da gestação. A ré afirmava não ter matado o filho, mas omitiu os cuidados necessários a manutenção de sua vida.

Nos processos as testemunhas se configuram como peças-chave para o desvendamento do crime, e também para a determinação da conduta de vida das rés. Em suas declarações emitiam seu juízo de valor, suas considerações pessoais sobre aquelas mulheres. Na maioria das vezes, as testemunhas arroladas nos processos eram vizinhos (as), patrões (as), amigos (as) e familiares das acusadas. Suas falas apontavam os sinais de gestação, o possível parto, os namoros, assim como o enquadramento nos padrões aceitáveis para as mulheres pobres de então, o trabalho honesto em atividades como doméstica, lavadeira, costureira, principalmente quando as rés viviam nas cidades; e lavradoras ou agricultoras, quando na região rural.

⁹⁶ Processo M: 87, Est.: 116-G3, de 1922. Cartório de Processos Cível e Crime de Itaqui. Ré: Maria Dias.

Através do inquérito, também buscava-se a verdade sobre o que teria acontecido, o que realmente teria acontecido em um espaço de tempo já não alcançado, localizado no passado. Foucault nos fala que os interrogatórios são “uma maneira de prorrogar a atualidade, de transferi-la de uma época para outra e de oferecê-la ao olhar, ao saber, como se ainda estivesse presente”.⁹⁷ Para tanto, seria necessário arrolar como testemunha, pessoas que soubessem o que teria ocorrido no momento do ato criminoso, ou que estiveram presentes. As testemunhas ajudariam a reconstruir o cenário do crime quando não havia flagrante, mas suas declarações poderiam ser desqualificadas pelo advogado da ré, caso a sua conduta fosse considerada desregrada, o que colocaria em questão a veracidade de suas palavras.

O inquérito, para Foucault, é uma forma de saber/poder no sentido que a busca pela verdade, forma não um conteúdo, mas um saber: “forma de saber situada na junção de um tipo de poder e de certo número de conhecimento de conteúdos de conhecimento, [...], modalidade de exercício de poder e modalidade de aquisição e transmissão do saber”.⁹⁸

Em muitos processos, eram as testemunhas que fizeram a denúncia do crime, geralmente vizinhos das rés, como foi o caso do processo que teve como personagens principais Josephina e Victoria, ocorrido na cidade de Santa Maria, no ano de 1910. Nesse sentido, Neckel⁹⁹ aponta que “é relevante perceber que a denúncia, de certa forma, demonstra uma convivência, até certo ponto, da comunidade com o aparato jurídico-policial, bem como as diferentes motivações que levavam uma pessoa a fazer a denúncia”.

No momento em que Josephina iniciava o trabalho de parto, estava em sua casa uma vizinha, de nome Paulina, que era tão jovem quanto a ré, com 22 anos, também solteira. O Delegado interrogou esta mulher, obtendo o seguinte depoimento:

Que [...] estava na casa de Josephina, onde ia frequentes vezes conversar, e chegando a porta do quarto em que se achava a mesma, esta lhe disse

⁹⁷ FOUCAULT, 2003, p. 72.

⁹⁸ Ibid, p. 78.

⁹⁹ NECKEL, Roselane et. al. Aborto e infanticídio nos códigos penais e nos processos judiciais: a pedagogia de condutas femininas. In: PEDRO, Joana Maria (org.). **Práticas Proibidas**: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 83.

que estava com cólicas, [...] pediu Josephina que fechasse a porta um instante porque ia vestir-se, que a declarante fechou a dita porta e foi para a cozinha onde então estava Victoria; que minutos depois ouviu choro de criança no quarto de Josephina e que Victoria ouviu também, e por isso começou a falar alto e a fazer barulho, com o fim de não ser notado o choro da criança; que depois foi ao quarto, encontrou um móvel sobre a porta, tendo nesta ocasião o recém-nascido chorado novamente, e que ela, declarante, da sala ouviu claramente Victoria dizer “é homem”; que ouviu pela terceira vez o choro do recém-nascido, mas desta vez passou logo [...] o choro foi fraquíssimo, quase imperceptível.

Esta fala nos mostra que Victoria poderia estar a espera do nascimento do neto, e por isso começou a fazer barulho na cozinha, a fim de que Paulina não escutasse. Porém, ela não foi embora da casa das acusadas, e assim pode ouvir mais algumas vezes o choro do recém-nascido. Este depoimento corroborou para a confirmação de que filho de Josephina havia nascido com vida, somando com a prova científica que será analisada mais adiante.

Este processo contava ainda com o depoimento de Luiza, que declarou que “no dia em que se espalhou a notícia de que Josephina tivera um filho, ela, depoente, viu a velha Victoria muito assustada, cavando junto à cerca e enterrando ali alguma coisa que trazia em seu avental”. Luiza era casada, e também vizinha das acusadas, seu depoimento, segundo o Delegado é

indestrutivelmente verdadeiro, pois mandando cavar no lugar indicado ali encontrei a placenta que fora retirada após o parto. O depoimento de Paulina é também irrecusavelmente verdadeiro, pois ela afirma que ouviu a velha mãe de Josephina dizer no quarto “é homem”, e de fato retirando o cadáver do recém-nascido da cova em que fora sepultado, verificou-se tratar de uma criança do sexo masculino. Devo fazer nota que Paulina fez esta declaração antes da exumação. Em vista disto, o mais do auto de autópsia que afirma que a criança nasceu com vida, estou convencido de que Victoria e Josephina mataram

o recém-nascido e o enterraram no local onde foi encontrado.

O Código Penal de 1890 afirmava que existiam crimes e contravenções, e assinalava que o crime não é apenas a ação, podendo ser também a omissão.¹⁰⁰ Talvez isso justifique a negação dos familiares sobre o conhecimento da gravidez das rés, principalmente as mulheres da família, mães e irmãs. As narrativas de Paulina e Luiza nos fazem refletir se Victoria, mãe de Josephina, realmente desconhecia o estado da filha. Nesse sentido Rohden afirma:

A referência á participação efetiva dos patrões, locatários, parentes e vizinhos como denunciante ou como testemunhas, mostra que a suspeita dos casos de aborto ou infanticídio parecia interessar às pessoas que habitavam a mesma casa ou viviam próximas. É difícil saber o motivo que levava cada pessoa a delegacia. Não se deve afastar o medo do envolvimento com um crime.¹⁰¹

Pensando este elemento, temos o caso ocorrido no ano de 1919, na cidade de Porto Alegre, em que uma jovem de 19 anos de idade, de nome Leopoldina,¹⁰² teve um filho na casa onde trabalhava como empregada doméstica, e sua patroa, Eugênia, alegou que “[...] não poderia imaginar semelhante fato, porque a denunciada não mostrava sinal algum de gravidez, isto é, não tinha o ventre crescido como normalmente ocorre; não ouviu gemidos ou barulhos que isso denunciase no quarto de Leopoldina no dia do fato”.

Porém, Leopoldina declarou que quando foi trabalhar de serviço na casa Dona Eugênia, estava grávida de seis meses de Edmundo. Provavelmente seu ventre deveria estar bastante crescido. Em relação a testemunha não ter ouvido nenhum barulho que denunciase o parto, esta afirmativa soa estranho, pois a ré por ser “muito obediente, dócil e quieta, conquistou a confiança de todos na casa, indo dormir em um quarto no interior da casa, próximo ao de Dona Eugênia”.

¹⁰⁰ Cf. CANCELLI, 2001.

¹⁰¹ ROHDEN, 2003, p. 131.

¹⁰² Processo M: 119-C2, Cx.: 2020, de 1919. Cartório de Processos Cível e Crime de Porto Alegre. Ré: Leopoldina.

Em relação às mulheres, sabemos que elas partilhavam de seus “problemas” do corpo feminino,¹⁰³ formando um espaço considerado próprio, onde além de compartilharem os saberes sobre o corpo, formavam redes de solidariedade. Nesse sentido, Witter afirma que

embora se possa inferir que a solidariedade feminina estivesse presente em boa parte do tempo da existência destes sujeitos, [...] esta pode ser percebida mais facilmente em momentos bem específicos e, normalmente, de perigo dentro da esfera do que era considerado “o espaço” feminino. Este “espaço” era especialmente aquele em que ficava o cuidado das doenças, os partos, o trato das crianças, no luto e no desamparo.¹⁰⁴

Neste espaço considerado próprio do feminino se encontravam as parteiras, e assim a própria ré Victória, mãe de Josephina, alegava que se soubesse que a filha estava grávida, “viria uma parteira para assisti-la”. Em relação a isto, Oliveira afirma que

as antigas parteiras possuíam os saberes sobre o corpo feminino herdados da cultura popular: usavam métodos naturais de partejar, como o parto de cócoras, e também chás e rezas que, de certa forma remetiam ao imaginário funcionando como apoio psicológico à parturiente, aliviando tensões.¹⁰⁵

As parteiras estavam presentes no cotidiano das mulheres, e segundo Weber “esse universo, envolvendo a moral e o pudor feminino, exigiria uma abordagem que só as mulheres pareciam poder entender. As parteiras compartilhavam uma intimidade com as dificuldades femininas, sendo companheiras e confidentes”.¹⁰⁶ Tratavam de doenças venéreas, inflamações, mas o maior “incomodo” era a gravidez

¹⁰³ WEBER, 1999.

¹⁰⁴ WITTER, Nikelen Acosta. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran (orgs.). **Nova história de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria: [s.n.], 2010, p. 268.

¹⁰⁵ OLIVEIRA, Anelda Pereira de. **Sobre os saberes femininos**: parteiras e médicos. Comunicação apresentada na ANPUH-RS-1998, p. 02.

¹⁰⁶ WEBER, op. cit, p. 196.

indesejada, muitas atendiam mulheres casadas que não desejavam mais filhos, e também moças solteiras que precisavam esconder a desonra.¹⁰⁷

Nos processos crimes que dispomos muitas testemunhas afirmaram ser visível a gravidez das ré, e que estas quando perguntadas sobre a gestação, negavam o fato e ficavam irritadas com a desconfiança, alegando que estavam doentes. O processo instaurado contra Veneranda¹⁰⁸ pode nos ajudar a elucidar este elemento.

Veneranda, 18 anos de idade, morava na cidade de Porto Alegre, quando em 1903, eliminou através do infanticídio, o fruto de seu relacionamento com o noivo João de Deus.

Neste processo diversas vezes a ré foi questionada se sua mãe sabia de seu estado de gestante. Foi lhe perguntado: “Porque razão ela não contou a sua mãe, e ela nunca desconfiou de tal estado? Respondeu: que ocultou de sua mãe, e se esta sabia, nada lhe disse”. Insistindo nesta questão o Promotor declarou:

“Perguntado como é que sua mãe não notou a gravidez quando é certo que todos os vizinhos notaram a ponto de suspeitarem ser a interrogada a mãe da criança [?] enterrada? Respondeu que sua mãe só notou depois que os vizinhos perguntaram”.

Seguindo o processo, tem-se o interrogatório da mãe de Veneranda. Esta declarou que apenas tinha estranhado que sua filha estava volumosa, mas que aquela afirmava “que aquilo era doença, que era uma inchação que sofria”. Porém, no relatório ficou constatado que:

Efetivamente a vizinhança murmurava contra essa moça, pois parecia a alguns que estivesse estado grávida, pelo volume que seu ventre apresentava, tendo depois desaparecido aquele indício; outros diziam que ela era enferma, guardando leito por dias, que já na atualidade andava a pé por ser muito forte, [...] o seu jeito de andar nada tinha de natural e seu aspecto fisionômico parecia doentio.

Voltando ao processo que teve como ré Josephina, da cidade de Santa Maria, as vizinhas das acusadas, Paulina e Luiza, afirmaram que era visível o estado da ré, mas ela “se incomodava quando diziam que estava grávida, e negava o fato”.

¹⁰⁷ WEBER, 1999.

¹⁰⁸ Processo sem referência, de 1903. Cartório de Processos Cível e Crime de Porto Alegre. Ré: Veneranda.

Se a vizinhança comentava que elas pareciam grávidas, as mulheres e outros membros da família negavam, alegando doenças associadas a falta de menstruação. E neste sentido, Pedro ao estudar processos crimes de infanticídio ocorridos em Florianópolis, nos fala que “a ré e os familiares afirmavam desconhecer a existência da gravidez; entretanto, os vizinhos constataam as transformações do corpo e encontram os produtos deste nos mais inusitados lugares”.¹⁰⁹

A ré Josephina, alegava que desconhecia seu estado de gestante, apesar de ter tido relações sexuais com seu noivo. Para justificar seu desconhecimento, argumentava que havia, por diversas vezes, consultado dois médicos ilustres da cidade no período, os Drs. Mariano da Rocha e Victor Teltz. Victoria mãe de Josephina, afirmava que

há muitos meses faltando a menstruação a filha Josephina, a denunciada procurou por diversas vezes os médicos Drs. Victor Teltz e Mariano da Rocha, que receitaram para sua filha, julgando que a mesma estava enferma por não ser sangrada a tanto tempo; que nas vésperas do dia descrito na denuncia, sua filha contou-lhe que felizmente havia aparecido a menstruação, ficando ambas satisfeitas; que porém, na noite do dia 16 de fevereiro sua filha queixou-se de muitas dores na barriga e no ventre, dores semelhantes a cólicas, as quais atribuiu ao fato da menstruação.

A narrativa que segue, procura mostrar o cenário que Victoria encontrou ao deparar-se com a filha na manhã seguinte: Josephina encostada em um lavatório, e uma criança desfalecida dentro do urinol, a qual a ré alegou ter nascido sem vida.

A ré Josephina, revelou que “ia consultar os médicos sempre usando espartilho”. Sobre esta questão, Pedro, afirma que: “resultado de relações extraconjugais, a gravidez indesejada era ocultada de diferentes formas. Roupas largas, cintas apertadas, pouco contato com o público tentavam esconder as formas arredondadas que o corpo ganhava”.¹¹⁰

¹⁰⁹ PEDRO, Joana Maria et. al. Mulheres, memórias e experiências.... usos e disputas sobre o controle e autonomia do corpo feminino. **Práticas Proibidas:** práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 163.

¹¹⁰ Idem, ibidem.

Isto nos mostra a tentativa destas mulheres em esconder a gestação, para que fosse facilitada a eliminação da criança após o parto, e a manutenção de sua honra ligada aos padrões sexuais e comportamentais; também colaborava no momento em que algumas acusadas alegavam desconhecer a gestação.

O parto muitas vezes se dava em situação adversa e precária, no quarto de dormir destinado à empregada da casa, em latrinas, plantações, e apesar da hipótese de que elas poderiam ter sido ajudada por alguém, é possível que muitas estivessem sozinhas nessa hora, em que o auxílio se faz tão necessário. E assim Soihet considera que

não vacilavam em permanecer sozinhas, arriscando sua vida, o que revela ser a situação tão penosa, que estavam dispostas a qualquer sacrifício para se desfazerem do ônus representado por um filho que não tinham condições de manter, sem falar a vergonha que o fato significava, e da ameaça de perda do emprego.¹¹¹

Esta pesquisadora faz uma relevante reflexão, ao pensar que se por um lado, estas mulheres se esforçavam para esconder a gestação e eliminar o filho, sem que as pessoas de suas relações cotidianas percebessem, por outro, deixavam vestígios ao ocultar o cadáver do recém-nascido, colocando-o em lugares que ele seria “fatalmente descoberto”, o que demonstrava o desespero da situação que limitava suas ações.¹¹² Nos processos crimes analisados, os recém-nascidos foram encontrados em lugares como galinheiros, quintais, debaixo do assoalho ou da cama, e as mulheres deixavam vestígios como sinais de sangue, manchas no chão ou em tecidos.

Os processos crimes de infanticídio evidenciam que as relações sexuais entre a camada pobre da população poderia iniciar antes do casamento. O que é possível de ser conferido na fala de diversas rés, como a ré Josephina que alegava desconhecer a gestação, mas admitia ter tido relações sexuais com seu noivo Honorino; assim como Veneranda que engravidou de seu noivo João de Deus.

¹¹¹ SOIHET, Rachel. **Condição feminina e forma de violência:** mulheres pobres e ordem urbana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 364.

¹¹² Ibid.

Essa iniciação sexual ocorrida antes de legitimar socialmente a relação através do casamento se justifica, em parte, devido a maior flexibilidade dos padrões de conduta e por não haver a preocupação em manter a linhagem familiar, ou com a manutenção do poder político e econômico, como ocorria entre a elite.¹¹³ Somava-se a isso o fato das despesas e dos trametes burocráticos, e o homem pobre muitas vezes apresentava dificuldades em assumir o papel de mantenedor do lar. Para a elite, segundo Pesavento,

o casamento era o caminho natural, mas, antes de lá chegar, era preciso vigiar as jovens e preservar a virgindade das moças, coibindo namoros nos vãos das janelas. [...] uma vez realizado o casamento, ao marido, naturalmente, cabia a direção, o mando e a proteção da família.¹¹⁴

O matrimônio entre a elite poderia representar,¹¹⁵ a união de interesses, e a família, especialmente a autoridade paterna interferia na escolha do cônjuge. A união entre diferentes grupos sociais ou étnicos, se deu mais em de forma esporádicas e de concubinação do que através de casamentos. Os valores e conceitos morais implícitos a cada grupo social, interferiam nos casamentos. Os populares, muitas vezes não consideravam fatores como consanguinidade ou riqueza como elementos importantes para a escolha do par, ressaltavam o amor e o carinho como elementos relevantes em suas relações.

A escolha do namorado entre os populares era feita pela própria pessoa e, segundo Arend,¹¹⁶ analisando os processos crimes de defloração ocorridos no final do século XIX na cidade de Porto Alegre, os pobres quando namoravam, mantinham relações sexuais. Esta historiadora constatou que alguns processos foram instaurados devido ao desmanche do noivado e não por causa das relações sexuais e que, algumas mulheres alegavam para punirem os ex-namorados, que haviam sido defloradas.

Deve-se resaltar que para a sociedade deste período, a honra de uma mulher estava representada em sua virgindade, que deveria ser

¹¹³ AREND, 2001.

¹¹⁴ PESAVENTO, 1992, p. 74.

¹¹⁵ SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

¹¹⁶ AREND, op. cit.

zelada, principalmente pelos homens de suas relações, como pais e irmãos. Caulfield afirma que “a honestidade feminina referia-se à virtude moral no sentido sexual, [...]. A honestidade não significava necessariamente não mentir, exceto no sentido de que os depoimentos das vítimas de estupro ou defloração teriam credibilidade se elas fossem “honestas”.¹¹⁷ Ser honesta significava ser uma mulher que não tivesse tido relações sexuais com outros homens, mas somente com aquele que estava sendo indiciado. A honestidade, seria então, atributo moral e uma condição fisiológica, no caso, determinada por ter ou não o hímen inviolado. No caso dos processos, mesmo que algumas rés alegassem que haviam sido defloradas, o que está em questão não é esta acusação, mas sim o crime de infanticídio.

Nesse sentido, temos o exemplo de Leocádia,¹¹⁸ que em 1919 na cidade de Porto Alegre, ao ser interrogada, confessou que “foi deflorada pelo sargento do exército Mário, que ficou grávida, e para esconder tamanha desgraça, foi obrigada a jogar fora o recém-nascido, [...] mandando que um menor o abandonasse na Praia de Bellas”. Seus familiares negaram saber da gestação, mas afirmaram que ela ficou dois dias acamada. A ré dizia ter sido deflorada por aquele homem, e uma testemunha, sua vizinha, afirmou que:

era de voz corrente que Leocádia estava grávida, mas quando ele perguntou a ela e a sua mãe, elas negaram terminantemente; que no dia 22 de fevereiro, Leocádia queixou-se de fortes dores na barriga e que sua mãe disse a ele e a sua esposa que lhe faltava menstruação há quatro meses. Ele disse, ainda que Leocádia foi noiva de um sargento do exército que se achava no Rio de Janeiro.

Estas falas nos suscitam questionamentos: teria sido Leocádia deflorada? Ela teria usado esta palavra para tentar defender sua honra e afirmar que havia sido forçada a ter relações sexuais com Mário? Não podemos afirmar sobre o que teria ocorrido, mas a alegação de defloração surge, aparentemente, como uma estratégia de defesa desta

¹¹⁷ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1818-1940). Campinas: UNICAMP, 2000, p. 77.

¹¹⁸ Processo M: 119-C-2, Cx: 2021, de 1919. Cartório de Processos Cível e Crime de Porto Alegre. Ré: Leocádia.

mulher. Porém, não isso não foi questionado no processo, recaindo a denúncia apenas contra Leocádia.

Fato semelhante ocorreu em 1903, também na capital do Rio Grande do Sul, com a ré Veneranda¹¹⁹ – citada anteriormente – que ao dar à luz dentro de um urinol, e tendo seu filho nascido com vida, o asfixiou. Ela alegou que assim agiu, devido ao “receio da vergonha de ser mãe, pelo fato de ter dado à luz solteira”. Veneranda era noiva havia cinco anos de João de Deus, sobrinho de sua madrinha, e afirmou que o casamento não era levado a efeito porque sua mãe e seu padrinho eram contra, pois consideravam João pobre demais ou muito velho para ela, pois Veneranda contava com 17 anos, e João 40.

Veneranda disse que seu noivo tinha conhecimento da gravidez, e que foi ele que a aconselhou a ir para Porto Alegre, pois pensava que lá seria mais fácil esconder a gestação e a desonra, matando o filho. Afirmou que somente esta pessoa sabia de seu estado de gestante. E considerava que “se tal fato ocorreu foi apenas para evitar a divulgação de sua desonra”. O atenuante ocultar a desonra foi desconsiderado neste processo, pois ao ser interrogado, João de Deus proferiu o seguinte:

Se chamar João de Deus, 40 anos, solteiro, lavrador, da cidade de São Jerônimo.

[...] disse que de fato ele, depoente, foi quem deflorou Veneranda, tendo consciência desse fato, que tendo os padrinhos dela vindo de Porto Alegre, trazendo-a para passear, nada disse, e como voltaram sem ela, o depoente tomou [?] de vir a esta cidade com o fim de casar-se com Veneranda, sendo já marcado os preparativos; que ignorava o mais que consta na denuncia, sendo certo que o depoente residia na casa, onde também morava Veneranda, com quem tinha casamento contratado.

Perguntado se ele mantinha a resolução de se casar com Veneranda? Respondeu que sim.

Com estas declarações João de Deus desqualificou o argumento de Veneranda, de que ela havia matado o filho para ocultar sua desonra, pois aparentemente não teria motivos para matar seu filho, pois ele se casaria com ela, e sua honra estaria a salvo. Esta argumentação fez

¹¹⁹ Processo sem referência, de 1903. Cartório de Processos Cível e Crime de Porto Alegre. Ré: Veneranda.

diferença no parecer final do processo, no julgamento. Mas nota-se que João de Deus não foi questionado acerca da afirmação feita por Veneranda, de que ele sabia da gestação e teria a aconselhado a ir para a capital; bastou ele afirmar que desconhecia o fato, e que manteria o casamento com a ré. Nem o defloramento foi questionado.

Ainda na cidade de Porto Alegre, voltamos o olhar novamente para o caso Djanira,¹²⁰ de 1919 – que havia consultado o médico Leopoldo Cabral, que constatou que ela estava doente de tuberculose, e não identificou a gestação. Este processo revela uma faceta da relação estabelecida entre patrões e empregados.

Esta mulher, contava com 20 anos de idade, alegava que havia tido relações sexuais com Francisco, filho de sua patroa. Este dizia que a princípio “ignorava que Djanira estava grávida, e que só mais tarde, percebendo o aumento do volume de seu ventre é que desconfiou, tendo ela negado”. E Djanira afirmava que “quando começou a trabalhar na casa de Francisco, já não era mais virgem, e que em Pelotas, havia dado à luz a uma criança, que estava em companhia de uma família cujo nome não se recordava”. Francisco dizia que, ao constatar que Djanira não era mais virgem, manteve relações sexuais com a ré, sem perceber que ela estava grávida. Esta fala nos mostra que o fato de Djanira não ser mais virgem apareceu como uma desqualificação e agiu como um mecanismo para eximir a responsabilidade de Francisco pela gravidez. Djanira morava na mesma casa que ele, e foi lá que a gestação se desenvolveu.

Caufield nos diz que uma mulher que não era mais virgem, poderia ser considerada uma prostituta em potencial, e que “para muitos homens era simplesmente natural fazer sexo sempre que a oportunidade (uma mulher não virgem) surgisse”.¹²¹ Os homens seriam impunes dos crimes sexuais desde que suas parceiras não fossem virgens. Em relação aos que eram noivos, esta pesquisadora nos fala que “outros diziam que haviam tido relações sexuais com a noiva somente depois de ela ter “confessado” que já havia sido deflorada, uma confissão que eles consideravam como uma anulação do casamento”.¹²²

No caso exposto, Francisco continuou a ter relações com ré após saber que ela não era mais virgem, logo, não seria ele responsável por

¹²⁰ Processo M: 119-C2, Cx.: 2016, de 1919. Cartório de Processos Cível e Crime de Porto Alegre. Ré: Djanira.

¹²¹ CAUFIELD, 2000, p. 215.

¹²² Ibid, p. 214.

seu desonra. Fato que colocou a moralidade de Djanira em questão. Já Leocádia,¹²³ talvez tivesse sido deflorada por Mário, que foi embora de Porto Alegre, deixando-a grávida, sendo de voz corrente que eram noivos. Sobre ela não é dito se era ou não virgem antes de se relacionar com Mário.

Retomando o processo de Djanira, o elemento “tive um filho que está em Pelotas, na companhia de uma família que não recordo o nome”, mostrou a circulação de crianças presente entre os grupos populares, que se articulavam para formar estratégias para a sobrevivência das crianças.¹²⁴ A circulação de crianças era um ato que poderia ocorrer dentro do grupo familiar, entre vizinhos ou pessoas desconhecidas, através da adoção. Esta deve ter sido a forma encontrada por Djanira para “dar” seu filho a uma família da cidade de Pelotas, a qual ela nem lembrava o nome – ou não quis dizer.

No processo, Djanira alegou que seu filho com Francisco havia nascido morto, e que numa tentativa de ocultar de seus patrões o que havia acontecido, escondeu o corpo do recém-nascido no pátio do prédio vizinho ao da família em que trabalhava. Faz sentido pensar que a alegação de que o filho nasceu morto é reforçada na justificativa de que ela já tinha um filho, ou seja, o argumento usado por ela em sua defesa, que havia tido outro filho, pode ter sido uma tentativa de provar que seu filho realmente havia nascido sem vida, pois ela já era mãe, logo, se havia deixado à outra criança viver, porque mataria o recém-nascido, seu filho e de Francisco?

O que Sohiet afirma sobre as dificuldades em que as mulheres se encontravam no momento do parto, e como elas escondiam o recém-nascido as pressas,¹²⁵ pode ser percebido neste processo, pois o Delegado relata que ao chegar na cena do crime

havia pegadas de sangue no quintal do referido prédio, seguindo-as deparou-se com a falta de uma tábua em uma cerca, passou por ela e entrou no prédio de nº 8, da rua José do Patrocínio, onde havia manchas na sala, na cozinha, no assoalho, mas já haviam sido limpas por uma serviçal de nome Djanira.

¹²³ Processo M: 119-C-2, Cx: 2021, de 1919. Cartório de Processos Cível e Crime de Porto Alegre. Ré: Leocádia.

¹²⁴ FONSECA, 2000.

¹²⁵ SOHIET, 1989.

Neste processo consta um desenho com a planta do local onde ocorreu o crime, que detalha desde o lugar onde havia dado à luz, indo até o pátio do prédio vizinho, deixando um rastro de sangue no caminho que percorrerá após o parto.

Não é possível determinarmos o tipo de relação estabelecida entre Francisco e Djanira, porém temos um caso em que o pai da criança era filho da patroa da ré.

Djanira mulher pobre, moça do interior, do sul daquele território, vinda da cidade de Pelotas para a capital, passou a trabalhar de doméstica, era solteira, com 20 anos de idade. Provavelmente, seu salário era para seu sustento, ou trabalhava em troca de abrigo naquela casa, já havia dois anos.

O fato dela não ser mais virgem, para Francisco, justificava a continuação do ato sexual com a criada da família, pois não havia sido ele a desonrá-la. A conduta sexual desta mulher não é posta em questão no processo, mas sim o fato de que ela havia engravidado do filho de sua patroa.

A partir do que foi exposto, propomos pensar as relações de trabalho encontradas nos processos crimes de infanticídio;

Segundo Martins “a construção ideológica que opôs o mundo do trabalho assalariado ao mundo da casa e da família nasceu sob o signo das diferenças de gênero”.¹²⁶ O homem era visto como o provedor, responsável pelo sustento familiar, através de seu trabalho. O Positivismo reforçou esse conceito, pois entendia o “trabalho feminino como uma forma de degradação moral da mulher e de sua família”.¹²⁷ Porém, mesmo sendo forte a propagação deste ideário, a idealização não correspondia à realidade de muitas famílias, de homens e mulheres, pois nem todos se encontravam em uma boa situação financeira e, segundo Pesavento:

O positivismo consagrava a mulher como o “sexo afetivo” reserva moral da sociedade, freio dos maus instintos e suavizadora dos conflitos. Sua permanência no lar, dedicada à educação dos filhos e a fornecer bons exemplos, era uma garantia da manutenção da ordem social. Portanto,

¹²⁶ MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**. A medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004, p. 175.

¹²⁷ ISMÉRIO, 1995, p. 47.

a defesa positivista da posição da mulher como elemento central da família era um fator de controle dos conflitos sociais, que poderiam ser contornados e mesmo impedidos através da ação moralizadora da personagem feminina. Mas entre o discurso e a prática intervinham as duras condições de vida, que obrigavam as mulheres das classes subalternas ao trabalho nas fábricas ou nas casas de família, como criadas domésticas.¹²⁸

Isto nos mostra que, as mulheres pobres eram forçadas pelas circunstâncias a garantirem o seu sustento e o de sua família, através do trabalho nas fábricas ou nos serviços domésticos, afastadas de seus lares, o que se contrapõem à ideia de submissão feminina e isolamento no espaço privado.

O trabalho feminino fora do lar, quando não podia ser evitado, causava contrariedade principalmente entre os médicos que, em seus discursos, defendiam que o trabalho externo colocaria em risco a integridade física e moral da mulher.¹²⁹ Esta atividade era caracterizada como um desperdício das energias femininas, que deveriam ser canalizadas para a procriação, e ressaltavam a ideia de que o trabalho masculino deveria ser o único meio para o sustento familiar.

Sobre o trabalho feminino, Fonseca destaca que, “a mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. [...]. Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da mulher pública”.¹³⁰

Assim, nota-se que a mulher pobre, ao ter de tirar de seu trabalho o sustento para si e para sua família, tinha sua honestidade exposta, já que o termo “mulher pública”, estava vinculado a prostituição, e a mulher que exercia atividades remuneradas fora do lar, tinha que provar que seu dinheiro provinha de um trabalho considerado honesto.¹³¹ As mulheres trabalhadoras estavam também expostas à possibilidade de assédio sexual, que havia por parte, principalmente de seus patrões, seja no trabalho nas fábricas ou nos lares.

¹²⁸ PESAVENTO, 1992, p. 72-73.

¹²⁹ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história, trabalho e cidade. São Paulo: EDUSC, 2002.

¹³⁰ FONSECA, 2000, p. 516.

¹³¹ PERROT, 1998.

Pensando o contexto do Rio Grande do Sul, do início do século XX, Fonseca destaca que estatisticamente o censo de 1900¹³² comprova que “42% da população economicamente ativa era feminina: as mulheres trabalhavam principalmente em “serviços domésticos”, mas sua atuação era também importante nas “artes e ofícios” (41,6%), na indústria manufatureira (46,8%), e no setor agrícola”.¹³³

Neste sentido, quando nos referimos à sociedade do Rio Grande do Sul, no período que analisamos, estamos apontando para um cenário em que o trabalho do homem pobre rendia poucos lucros. Além dos trabalhos serem, em sua maioria, temporários, eram mal pagos, devido à falta de especialização da mão de obra, o que levava os indivíduos a realizarem qualquer serviço que estivesse disponível.¹³⁴

Como o trabalho dos homens pobres significava poucos lucros,¹³⁵ o trabalho feminino, mesmo estando na mesma situação de desvalorização, poderia surgir como uma complementação à renda familiar. As mulheres tinham a possibilidade de realizar um maior número de ofícios, principalmente aqueles que já realizavam em seus lares, como trabalho de domésticas, costureiras, bordadeiras, doceiras, engomadeiras.¹³⁶ Embora o trabalho das mulheres solteiras servisse, algumas vezes, apenas para o próprio sustento, os ofícios femininos davam as mulheres uma maior autonomia, no sentido de mobilidade espacial, pois podiam trabalhar tanto nas ruas, nas fábricas, como nas casas de famílias.

Nos processos crimes de infanticídio encontramos homens na maioria, comerciantes, agricultores, lavradores, jornaleiros, e alguns que seguiam a carreira pública, como um oficial do exército. Este apontamento, contou não só com os homens acusados de serem pais das crianças, mas também as testemunhas, ou seja, pessoas arroladas nos

¹³² Dados registrados em: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do Rio Grande do Sul, 1903-1950. Porto Alegre, 1986. Cf. FONSECA, 2000.

¹³³ FONSECA, op. cit., p. 517.

¹³⁴ AREND, 2001.

¹³⁵ Weber aponta que “um jornal registra o salário de um operário e de algumas de suas despesas, em 1898: salário médio de 100 a 120 mil réis, podendo chegar a 150 mil réis; aluguel de uma casa: 40 mil réis; lenha para uma casa com casal e quatro filhos: 12 mil réis; pão para um mês para essa família: 18 mil réis”. A Situação do Operariado do Rio Grande do Sul. *Echo Operário*. Porto Alegre, 23 jan. 1898. AEL/UNICAMP. Cf. WEBER, 1999, p. 220.

¹³⁶ MATOS, 2002.

processos. Em relação às profissões femininas, a tabela abaixo identifica que nos processos crimes de infanticídio, que duas rés trabalhavam como costureira, uma como bordadeira, três na agricultura e nove como empregada doméstica.

Tabela 1- Dados das rés acusadas de acometerem infanticídio entre os anos 1891 – 1922

ANO	CIDADE	NOME	IDA- DE	PROFIS- SÃO	ESTADO CIVIL	COR	NACIO- NALI- DADE
1891	Rio Pardo	Etelvina	19	Costureira	Solteira	Branca	Brasileira
1897	Pelotas	Eulália	18	Serviços domésticos	Casada	Branca	Brasileira
1900	Lajeado	Maria Thereza	19	Serviços domésticos	Solteira	Branca	Brasileira
1903	Porto Alegre	Veneranda	18	Bordadeira	Solteira	Branca	Brasileira
1904	Santa Cruz	Carolina	19	Serviços domésticos	Solteira	Branca	Brasileira
1904	Santa Cruz	Emma	15	Agricultora	Solteira	Branca	Brasileira
1904	Lajeado	Ida	14	Serviços domésticos	Solteira	Branca	Alemã
1910	Santa Maria	Josephina	22	Costureira	Solteira	Branca	Brasileira
1913	Lajeado	Conceição de Quadros	14	Agricultora	Solteira	Indiática	Brasileira
1917	Lajeado	Augusta	32	Agricultora	Viúva	Branca	Alemã
1919	Dom Pedrito	Conceição Cardoso	24	Serviços domésticos	Solteira	Negra	Brasileira
1919	Porto Alegre	Leocádia	21	Serviços domésticos	Solteira	Branca	Brasileira
1919	Porto Alegre	Djanira	20	Serviços domésticos	Solteira	Branca	Brasileira
1919	Porto Alegre	Leopoldina	19	Serviços domésticos	Solteira	Branca	Brasileira
1922	Itaqui	Maria Dias	18	Serviços domésticos	Solteira	Branca	Brasileira

É interessante ressaltar que não encontramos nenhuma mulher que trabalhasse como operária, ainda que o Rio Grande do Sul, no início

do século XX estivesse passando por um processo de industrialização.¹³⁷ Apesar do trabalho feminino ter sido uma constante, Fonseca nos lembra que as mulheres, “em geral, mal ganhavam o mínimo necessário para o próprio sustento, muito menos para manter seus filhos”.¹³⁸

As mulheres envolvidas nos processo de infanticídio analisados eram na maioria solteiras, apenas uma era casada e outra viúva. Todas as rés eram pobres, jovens com idade entre 14 e 32 anos. As atividades que realizavam eram ensinadas as mulheres de baixa renda, pois não era preciso que dispensassem muitos esforços financeiros para que aprendessem aqueles ofícios, eram geralmente, ensinadas pelas mães ou avós. A leitura, a escrita, o magistério, as artes ou a música eram destinados às mulheres de boas condições financeiras, que possuíam tempo e dinheiro para aprender tais tarefas, porém todas tinham o dever, segundo o discurso vigente, de educar a sua prole conforme os padrões exigentes.

A mulher, de acordo com o discurso positivista, deveria manter-se afastada do trabalho externo, e Augusto Comte, afirmava categoricamente que o homem deveria sustentá-la.¹³⁹ Nesse sentido a mulher seria inativa, estaria fora do mercado de trabalho, e o homem teria obrigação de ser o provedor da família. Caso exercesse atividades remuneradas, ela estaria sujeita a degeneração moral, principalmente se enriquecesse com o seu trabalho.¹⁴⁰ Com o homem trabalhando para o sustento da família, a mulher permaneceria no lar, e assim cada um estaria ocupando o espaço que lhes era destinado, uma ordenação social. Sobre isso Ismério afirma que:

para que fosse mantida a ordem social e, por conseguinte, o progresso das instituições, a mulher deveria permanecer em casa dedicando-se ao papel de guardiã da moral e dos bons costumes, garantindo seu estado puro. O fato de ficar restrita ao lar era por ser considerada inferior ao homem no que diz respeito a inteligência e ao raciocínio, sob o argumento de que a mulher era movida unicamente pela emoção. [...]. E, uma vez que são

¹³⁷ Sobre esta questão, ver: PESAVENTO, Sandra J. **O Cotidiano da República**. Elites e povo na virada do século. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

¹³⁸ FONSECA, 2000, p. 518.

¹³⁹ COMTE, 1983.

¹⁴⁰ Ibid.

os sentimentos que determinam sua ação era considerada irracional, tinha que ser protegida pelo homem. Tal discurso demarcava o espaço do homem e da mulher na família e na sociedade, tendo ele como senhor supremo e ela como subalterna.¹⁴¹

Porém a idealização do feminino não correspondia com realidade, como vimos anteriormente às mulheres pobres trabalhavam fora de seus lares, exercendo diversas atividades. No caso dos processos crimes em análise, as mulheres tinham que comprovar que eram honestas, ficavam frente a uma “moralidade oficial completamente deslocada de sua realidade, viviam um dilema imposto pela necessidade de escapar da miséria com seu trabalho e o risco de ser chamada de “mulher pública”.¹⁴²

Estabeleceu-se, segundo Chalhoub, nos primeiros anos da República, a necessidade de valorização do trabalho. A moralidade foi associada ao trabalho honesto, “quanto mais dedicação e abnegação o indivíduo tiver em seu trabalho, maiores serão os seus atributos morais”.¹⁴³ A ociosidade deveria ser combatida, pois representava a falta de moralidade e responsabilidade.

O trabalho servia como regulador da sociedade e agia como um controle social. Nesse sentido, Mauch afirma que quando as mulheres eram arroladas como rés em processos criminais era difícil para elas provarem sua honestidade. E, que esta honestidade, seria o enquadramento de suas condutas nos padrões de feminilidade idealizados pelos juízes e magistrados. Neste sentido, esta historiadora aponta:

Tendo sido construído a partir do modo de vida familiar burguês europeu, o padrão de mulher honesta se chocava com as efetivas condições de vida das mulheres pobres que, no seu cotidiano, acabavam por transgredi-lo [...]. [...]. O trabalho feminino, regular ou não, constituía importante

¹⁴¹ ISMÉRIO, 2007, p. 07.

¹⁴² FONSECA, 2000, p. 519.

¹⁴³ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, p. 44.

fator de sobrevivência para muitas famílias pobres.¹⁴⁴

Sueann Caulfield identificou que algumas testemunhas arroladas nos processos de defloração por ela estudados, relatavam não somente o comportamento sexual das ofendidas, mas também se eram mulheres trabalhadoras, que se enquadravam ou não no perfil de ética do trabalho.

As testemunhas que queriam abonar a honra da ofendida muitas vezes afirmavam que a moça era “muito trabalhadeira, sempre pronta para qualquer serviço”, ou que era “moça de bom comportamento, vivendo em companhia de sua mãe e trabalhando para ajudar o sustento da casa”, ou que “era honesta e trabalhadora”.¹⁴⁵

A comprovação de que as mulheres acusadas de cometerem infanticídio exerciam uma atividade remunerada considerada honesta, era importante e utilizada como argumentação para que as rés fossem inocentadas.

Identificamos nos processos que nem todas as mulheres moravam nas maiores cidades do estado, algumas habitavam as regiões de colonização do Rio Grande do Sul, e por isso estavam sujeitas ao trabalho no campo, na agricultura. Soihet afirma que “de modo geral não havia diferença no trabalho de homens e mulheres que deviam limpar os campos, trabalhar com a enxada e na colheita. Apenas, também, recaí sobre elas o encargo das tarefas domésticas e o cuidado com as crianças menores”.¹⁴⁶

Ao analisar as cartas escritas por Pierina, uma jovem mulher de 24 anos, da cidade de Garibaldi, no Rio Grande do Sul, que matou sua filha de três anos de idade, e por isso foi internada no Hospício São Pedro, em Porto Alegre, devido a alegação, por parte dos juristas, de que sofria de problemas mentais, Waddi¹⁴⁷ afirma que Pierina trabalhava dia e noite, na agricultura e no artesanato, confeccionando chapéus de trança de palha em casa no período da noite. A venda destes chapéus servia

¹⁴⁴ MAUCH, 2004, p. 101.

¹⁴⁵ CAUFIELD, 2000, p. 217.

¹⁴⁶ SOHIET, 1989, p. 175.

¹⁴⁷ WADDI, 2009.

como um complemento à renda gerada do trabalho da lavoura. Porém, conforme a historiadora, Pierina somente classificava como trabalho aquele realizado no campo, pois as tarefas que geravam renda eram consideradas próprias do masculino.

A economia colonial-imigrante era caracterizada pela propriedade familiar produtora de gêneros de subsistência. As pessoas que foram para o campo, se deslocaram lentamente para as cidades.¹⁴⁸ Quando Waddi nos fala da cidade de Garibaldi, está se referindo a uma região de imigração italiana, onde seus habitantes trouxeram consigo os traços culturais de sua pátria de origem.

O Rio Grande do Sul, a partir da segunda metade do século XIX, recebeu contingentes de imigrantes europeus, que foram trabalhar nas indústrias e na agricultura. Nos processos de infanticídio, temos ao alcance traços da vida de cinco mulheres que residiam em Lajeado e Santa Cruz. Apesar de morarem nestas localidades e serem descendentes da Alemanha, e não da Itália como Pierina, encontramos elementos em comum nos processos de infanticídio, e nas cartas daquela mulher da cidade de Garibaldi.

No ano de 1900, na cidade de Lajeado, Maria Thereza,¹⁴⁹ com 19 anos de idade, estava hospedada no casebre onde moravam Antônio José e sua família. Certa manhã foi em direção ao potreiro desta casa, que ao que tudo indica, era uma pequena propriedade rural, um lote de terras, e quando voltou, a esposa de Antônio José estranhou sua fisionomia, indo em seguida verificar no potreiro se Maria Thereza havia dado à luz. Quando lá chegou se deparou com um cão atacando o recém-nascido.

A própria família de Antônio José efetuou a denúncia, e o delegado se deslocou até a residência. Lá chegando, encontrou segundo ele, Maria Thereza acamada, em “estado de excitação e desespero, só chorando, sem responder minhas perguntas e só depois de longas e demoradas exortações, fez as seguintes declarações, interrompidas de constantes lamentos e compulsivos choros: que naquela manhã sofrendo dores (?) e lembrando-se de toda a sua desgraça e infelicidade, abandonada e corrida de todos e expulsa por seus pais, correu louca, privada de toda a razão não tendo lembrança de como isso aconteceu”.

A família que a acolheu sabia de sua gravidez, de sua condição de mãe solteira, porém não foram chamados a darem maiores

¹⁴⁸ MAUCH, 2004.

¹⁴⁹ Processo M: 34, Est.: 150-A4, de 1900 a 1913. Cartório de Processos Cível e Crime de Lajeado. Ré: Maria Thereza.

esclarecimentos sobre o ocorrido, provavelmente devido à confissão de Maria Thereza. Mas seu pai, David, que era vizinho de Antônio José, declarou sobre a filha que esta, “desde anos não querendo sujeitar-se ao trabalho na roça, ajustando-se como criada em diversas casas, não parando em lugar nenhum por muito tempo [...] foi alugar-se na casa de Miguel R. da onde saiu grávida e que assim foi para a casa onde se acha, cuja família sempre interessava-se muito por ela, muito em contradição com ele declarante”.

Destas falas, destacamos dois elementos: a alegação de loucura feita por Maria Thereza; e a fala de seu pai sobre sua negação em trabalhar na agricultura.

Maria Thereza foi a única ré, dentre os processos crimes de infanticídio analisados, que usou a palavra “loucura”. A alegação de loucura servia como um atenuante nos casos de infanticídio, pois a parturiente estaria privada da razão e dos sentidos no momento do parto. Porém, quando a ré fez esta declaração, ainda se encontrava acamada, sem ter sido orientada por um advogado de defesa.

O artigo 27 do Código Penal de 1890, no § 4º aponta: “Não são criminosos: Os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no acto de commetter o crime”.¹⁵⁰

Em relação ao trabalho no campo, Maria Thereza neste aspecto nos remete a ré Pierina, personagem de Waddi, que ao matar sua filha afirmou que fazia isso para que ela não precisasse passar por restrições em uma vida no campo, marcada pela pobreza e dificuldades.

Maria Thereza trabalhava como criada em diversas casas de família, segundo a declaração de seu pai. Logo, exercia uma função considerada honesta, ainda que não se fixasse nos empregos.

O processo em que Maria Thereza foi ré pouca coisa nos mostra em relação ao julgamento, ao inquérito, e não nos traz detalhes do cotidiano através da fala das testemunhas. Diferente do cenário que se desenhou três anos depois, na cidade vizinha a Lajeado, Santa Cruz.

No ano de 1903, Augusto¹⁵¹ declarou que “sua filha não tivera tido um filho, mas que sofria a treze meses de suspensão da menstruação, que ela havia menstruado e por isso estava pálida. Ele afirmou também, que sua outra filha, Amália, não menstruava havia oito meses, que não estava grávida, mas doente como Carolina”.

¹⁵⁰ FARIA, 1929, p. 89.

¹⁵¹ Processo M: 47, Est.: 152-F5, de 1902 a 1905. Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Cruz. Ré: Carolina.

Estas afirmativas haviam sido dirigidas ao Delegado que esteve na casa de Augusto para averiguar a denúncia de infanticídio, que envolveu toda a família da ré, pois devido a negação do fato e do ato, Augusto, Carolina e Amália foram presos temporariamente, com o objetivo de que fossem realizados exames em ambas, para verificar se elas estavam ou estiveram grávidas.

O exame seria realizado por duas parteiras profissionais, Juliana e Lambertina. Quando estas chegaram para exercer suas funções, as irmãs pediram que o exame não fosse realizado, pois “estavam resolvidas a dizerem a verdade”, e assim Carolina relatou da seguinte forma o ocorrido:

ter dado à luz a uma criança do sexo masculino, que quando nasceu estava com vida, mas que faleceu logo, e que ela para ocultar o ocorrido a seus pais e irmãos, colocou o recém-nascido debaixo das cobertas [...], esperou ficar só para jogar fora o recém-nascido nas águas do rio Pardinho, nos fundos da colônia do seu pai, o que fizera.

Amália dizia estar grávida de oito meses, e sua mãe Augusta, afirmou que sabia que a filha Carolina tinha dado à luz,

porque entrou no quarto em que estava sua filha e que chegando a porta viu que ela estava dando à luz, mas que não foi pra junto dela, e que voltou da porta para onde entrara; que só soube do destino da criança dias depois, quando esta (Carolina) contou que a criança morreu logo depois de nascer, e que havia o enterrado.

Mesmo frente à confissão da filha e da afirmativa da esposa, Augusto continuou a negar que suas filhas estivessem grávidas. Alegava que não sabia do ocorrido, nem da gravidez de Amália. O Delegado afirmou que ele fazia isso para “furtar-se da cumplicidade do hediondo crime que fora cometido no seio de sua família, em companhia da qual tem convivido sem afastar-se um dia que fosse”.

Estas frases nos remetem ao que falamos anteriormente sobre a cumplicidade. Em um artigo específico do Código Penal de 1890, Faria comenta: “Art. 17. Os agentes do crime são autores ou cúmplices. A co-

autoria não é uma forma de participação acessória em acção de outrem, mas auto-produção ou não impedimento do resultado”.¹⁵²

No caso de Antonio, a negação poderia servir para se livrar do enquadramento penal, pois ele não havia impedido sua filha de praticar o ato. A cumplicidade seria “o concurso acessório ou secundário prestado a consumação do crime”.¹⁵³

Não somente neste processo identificamos alguém provavelmente desejando furtar-se da cumplicidade, visto que o mesmo fez Victoria, mãe de Josephina, que alegava não ter ajudado a filha no parto; a patroa de Leopoldina; o noivo de Veneranda, João de Deus, e outros mais que arrolados nos processos negaram terem auxiliado as rés, ainda que estivessem próximos a elas, como no caso de Carolina, que além da negação do pai, temos a negação da mãe, que diz não ter ajudado a filha, mesmo que tenha visto que estavam iniciando as dores do parto.

Faria segue comentando que:

A cumplicidade, distingui-se em: Instigação e assistência.

Instigação – [...] é a dolosa determinação de outrem para a ação punível que o induzido dolosamente praticou.

Assistência – é o auxílio dolosamente prestado para o crime que outro dolosamente cometeu.¹⁵⁴

A assistência, promessas de auxílio, instruções, conselhos, configurariam em cumplicidade moral. Os familiares das acusadas que foram indiciados como réus e as testemunhas tinham a preocupação de esclarecer que não auxiliaram no parto que desconheciam a gestação.

Corroborando para o fato de Augusta não ter ajudado a filha ser questionável, também provavelmente ligado a ação de defesa, uma tentativa de se livrar da acusação de cumplicidade, sendo que ela mesmo havia ajudado a polícia a localizar o corpo de seu neto, o Delegado afirmou que “ela presenciou a exumação desta criança com o maior sangue frio”.

Neste processo, assim em outros analisados, temos a fala de pessoas vizinhas aos denunciados. As testemunhas Ana e Luiza, afirmaram que

¹⁵² FARIA, 1929, p. 52.

¹⁵³ Idem, Ibidem.

¹⁵⁴ Ibid, p. 53.

ouviram os gritos de Carolina na noite em que teve a criança. Gritos que não podiam passar despercebidos pelos pais de Carolina, ainda mais que todos se achavam em casa. Além de tudo, não é admissível que Augusto e sua mulher queiram fazer crer que ignoravam o estado de gravidez de suas filhas; porquanto Augusto nos últimos tempos se empenhava para obter remédios, sendo que até na farmácia de Adolpho Evers, nesta vila, ele procurou remédios.

Na sequência do inquérito temos o depoimento de Augusto, que contava com 53 anos, casado, lavrador. Afirmou que nada sabia, que não era verdade o que estava sendo dito, pois Carolina não menstruava a treze meses, e por isso ele procurava os remédios “para combater o incomodo de sua filha”. Augusto buscou remédios para suas filhas com algumas pessoas da vila, e não obteve sucesso.

Que há mais ou menos 17 dias, ele estava trabalhando na roça com as filhas, e Carolina sentiu dores e recolheu-se, que depois soube que tinha vindo a menstruação da filha. Que a filha sentiu dores fortes, que ele foi a residência de Carlos pedir remédios para a filha, que ele negou dizendo que poderia ser multado se isso fizesse. Ele voltou para a casa e mandou suas filhas a casa de negócios de Guilherme [...], (?) um vidro de essência de *maina* (?) cujo remédio deu a sua filha e que sua mulher ficara durante a noite junto a doente, que ele depois foi chamado para ver a grande quantidade de sangue que ela perdera.

Após isso, Carolina só saiu de casa depois de muitos dias, e somente para ir para a roça trabalhar.

Dando continuidade ao processo, Carlos foi chamado a depor. Afirmou ser pastor evangélico, contando com 38 anos de idade, natural da Alemanha. Sua fala foi breve, mas remete a elementos importantes.

Disse que não podia dar remédios para Augusto, porque não sabia o que tinha Carolina e Amália, que era para ele levar no Dr. Muller ou em uma parteira. Que ele (Augusto) conseguiu remédios

com Guilherme e fez a filha tomar junto com vinho, disse que com duas doses ela já estava melhor.

Em relação ao uso de remédios Pedro, através de entrevista realizada com mulheres nascidas ente 1920 e 1939, moradoras da cidade de Florianópolis, destaca que “a maior parte das receitas eram definidas como *remédios para “vir as regras”, tratava-se de beberagens*, ou seja, algo que era engolido e que providenciaria através do vômito ou da diarreia que provocava, a saída das *regras recolhidas*”.¹⁵⁵

Os saberes sobre a fabricação dos medicamentos populares usados para fazer com a menstruação voltasse ou que provocasse um aborto, eram do domínio feminino. As mulheres compartilhavam dos saberes sobre o corpo, remédios, partos, menstruação.¹⁵⁶ Porém, para fazer parte destas redes de solidariedade era preciso que as mulheres compartilhassem das mesmas vivências, logo, as mulheres solteiras poderiam ter o acesso restito a estes assuntos. Pedro afirma que “as mulheres solteiras não participavam, de maneira geral, dessas redes de solidariedade e autoajuda feminina”.¹⁵⁷

O que temos no processo da ré Carolina, não são mulheres utilizando do saber popular e feminino para fazer com que voltasse a menstruar. Mas um homem, seu pai, que buscou remédios com outros homens. Sobre esta questão, Pedro que nos diz “as referências sobre a utilização de remédios vendidos em farmácias também nos indica que, aos poucos, os chás e os conhecimentos femininos foram sendo substituídos pela ciência”.¹⁵⁸

O fato de Augusto ter ido em busca dos remédios, em um primeiro momento sugere que ele seria um pai procurando ajudar as filhas, indo até o farmacêutico da cidade e de outras pessoas. Ao olharmos mais atentamente os trechos que se seguem, nos deparamos com uma fala importante, mas que não foi explorada por nenhuma parte dos autos: “José Carlos, cunhado de Carolina e Amália, afirmou que não sabia de nada. Que desconfiava de que Carolina estivesse grávida pelo tamanho de seu corpo, mas que ela negava”.

¹⁵⁵ PEDRO et. al., 2003, p. 161.

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ PEDRO, op. cit.

¹⁵⁸ Ibid., p. 163.

Até aqui temos, como ocorreu em outros processos, o olhar vigilante sobre o corpo feminino. Mas a testemunha seguiu contando que falou à um homem de suas relações que

admirava-se da atitude de seu sogro, por não procurar este saber das mesmas cunhadas, na qualidade de pai (?) o autor da desonra delas, porquanto para ele, depoente não restava a menor dúvida que elas estavam grávidas; e que em vista do proceder de seu sogro até dava a parecer que ele mesmo é quem mantinha relações com as próprias filhas.

Esta suposição feita por José, de que Augusto mantinha relações com as filhas, induz que os netos, eram na verdade seus filhos, e por isso ele procurava remédios para as duas, como o objetivo que a menstruação delas regulasse, ou que abortassem.

O possível incesto poderia ter sido alvo de investigação por parte das autoridades, mas foi não averiguado, e em nenhum momento foi questionado sobre quem seria o pai dos filhos de Carolina e Amália.

Sobre o incesto, Fleck e Korndörfer afirmam que no final do século XIX, o Código Penal de 1890 determinou que “a relação sexual incestuosa não era considerada propriamente um crime, entretanto, era penalizada como defloração ou estupro”.¹⁵⁹ E, para que o crime de estupro ou sedução fosse julgado e punido, era preciso que a vítima formaliza-se a queixa.

Mesmo com toda moralidade que cerca a fala das autoridades e testemunhas sobre o comportamento das rés, não temos a formalização da acusação do incesto. Logo, nos casos analisados, o que estava em questão era o crime materno, o infanticídio.

Catarina, vizinha da ré e testemunha de acusação, afirmou que avisou Augusta que suas filhas estavam grávidas, “aconselhando que tivessem cuidado afim de não dar-se qualquer crime, como já se deras na família de Carlos Winrcher”. Esta mulher, além de ter percebido a gestação através das modificações e sinais do corpo das irmãs, salientou que poderia haver um crime, possivelmente por saber que eram mulheres solteiras. Não tivemos acesso ao processo instaurado a

¹⁵⁹ FLECK, Cristina D.; KORNDÖRFER, Ana Paula. Infância, violência urbana e saúde pública. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). **República Velha (1889-1930)**.v.3 t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 153.

respeito do ato por ela referido, mas fica evidente que trata-se de outro infanticídio cometido naquela localidade.

Esta depoente, mesmo não tendo presenciado a cena do crime, seguiu dizendo:

Carolina foi ajudada por seus pais, que estes enterraram o recém-nascido; que ela como parteira afirma que não tem como uma mulher parturiente caminhar um quilometro. Que se este crime não tivesse sido descoberto, eles teriam assassinado o filho de Amália também, que nasceu posteriormente.

As testemunhas de defesa neste processo utilizaram elementos como honra e vergonha para procurar inocentar Carolina. Carlos Mario, afirmou que a criança poderia ter nascido morta, e por vergonha Carolina a enterrou. A própria ré reinterou que ninguém a ajudou no parto, que teve o filho sozinha, que o puxou pela cabeça, ocasionando a morte do recém-nascido. E por isso escondeu a criança debaixo do colchão, e no outro dia a enterrou em uma capoeira velha para esconder de seus pais e vizinhos. Carolina nesta fala sugere que desejava esconder o motivo de sua vergonha, seu filho, fruto de um relacionamento fora dos padrões matrimoniais, pois era solteira.

O genro de Augusto, José Carlos voltou a depor, e em novo depoimento lhe foi perguntado “se é verdade que Augusto quando voltou da cadeia dessa vila onde tinha sido recolhido para indagações [...] teria dito: se ele soubesse que acontecia isto, teria dito que a criança nasceu morta. Respondeu que é exato ter Augusto lhe dito isso quando voltou”.

A partir deste depoimento a defesa começou agir. A defesa dos réus Augusto e Augusta, pais de Carolina, começou a se desenvolver. O Promotor Público declarou não haver provas de que eles tivessem sido cúmplices e que os vizinhos não eram confiáveis; “que a testemunha, a parteira Catarina, estava despeitada por não ter sido chama para o parto. Que as mulheres da colônia ao terceiro dia após o parto já fazem o serviço da casa e tem muitos filhos com interrupção apenas de momentos”.

Esta fala contrapõe-se ao que Catarina havia dito, que o filho de Carolina estava enterrado a um quilometro de sua casa, e por ter acabado de dar à luz não conseguiria percorrer esta distância. Sendo assim, poderia ter contado com a ajuda de seus pais. Mas também

mostra a ideia de serem as mulheres da colônia, no caso imigrantes alemãs, trabalhadeiras. Usando aqui esta palavra e não trabalhadoras, no sentido que Wolff nos fala: significa que elas têm disposição para o trabalho, estão sempre realizando tarefas, cozinhando, limpando, etc. Já os homens são trabalhadores, o que implica em disposição, mas para um trabalho específico, não para as múltiplas tarefas “femininas”¹⁶⁰.

O trabalho que gerava renda familiar era considerado masculino, mesmo quando realizado por mulheres. As tarefas domésticas eram entendidas como femininas. As mulheres referidas nos processos crimes em questão eram imigrantes e descendentes de alemães, mas ao falar da trajetória de Pierina, Wadi aponta:

às mulheres cabiam todas as tarefas domésticas – o preparo das refeições, lavagem das roupas, limpeza da casa e um sem número de pequenos nada nunca computados nas estatísticas de trabalho –, além daquelas consideradas atividades complementares, como o cuidado das hortas e pomares, o cuidado de animais de pequeno porte, a ordenha das vacas leiteiras, os trabalhos artesanais, os pequenos consertos de cerca. Entretanto, também frequentemente ou quase sempre, cabia a elas, acompanhar os homens como “auxiliares” em suas tarefas, especialmente na roça.¹⁶¹

O campo, seja ele lavrado por imigrantes italianos ou alemães, exigia o mesmo trabalho, a divisão de tarefas, o auxílio mútuo. As mulheres dessas localidades que se envolveram em crimes de infanticídio, quando perguntadas sobre a profissão/ocupação, afirmavam serem de profissão agricultoras.

Wolff, ao falar de Blumenau, no estado de Santa Catarina, cidade colonizada por imigrantes alemães, afirma que às crianças desde pequenas eram ensinado algum ofício.

Desde pequenos, as filhas e os filhos em tarefas domésticas ou agrícolas simples e leves, no início,

¹⁶⁰ WOLFF, Cristina Scheibe. **As mulheres da colônia Blumenau** – cotidiano e trabalho (1850-1900). 124p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, 1999, p. 50.

¹⁶¹ WADI, 2009, p. 58.

e gradativamente ganhavam importância na economia familiar, seja na propriedade rural ou no empreendimento artesanal ou manufatureiro da família, seja trabalhando como assalariados para pessoas.¹⁶²

Retomando a análise do processo, já em sua fase final, o último testemunho de José Carlos sobre o sogro, revelou a busca pela inocência de Augusto. Pois ele alegou ser verdade que o pai de Carolina, havia afirmado que se soubesse dos efeitos da lei teria mentido, dito que o neto havia nascido morto. Cabendo ressaltar, que Augusto não disse que a criança nasceu com vida – ao menos não foi registrado no processo que ele havia dito – pois afirmou durante o processo que sua filha estava com suspensão, por um período maior que os nove meses de uma gestação.

Um ano após o desfecho do processo de Carolina, a cidade foi palco de outro infanticídio.¹⁶³ Este que também envolveu a família da ré.

O Delegado de polícia em seu relatório declarou:

tive conhecimento de que era acusada uma moça, pertencente a uma família de colonos [...] de haver dado à luz sem que houvesse aparecido seu filho, fazendo tal fato recair sobre ela a suspeita de haver cometido o nefasto crime de infanticídio, tão severamente condenado pelos mais elementares princípios da moral, e que contra o qual repetidamente em casos se sucedem, com intervalos pequenos, que esta delegacia tem agido sem desalento.

Este seria o terceiro caso de infanticídio ocorrido em Santa Cruz em curto espaço de tempo, pois além do crime que teve como ré Carolina, havia ocorrido o citado pela parteira Catarina, testemunha do processo anteriormente analisado.

O Delegado afirmou que a delegacia estava agindo de forma efetiva nos casos de infanticídio ocorridos naquela cidade, e disse que os

¹⁶² WOLFF, 1999, p. 57.

¹⁶³ Processo M: 47, Est.: 152-F5, de 1902 a 1905. Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Cruz. Ré: Carolina.

preceitos morais condenavam este crime. Tais preceitos estariam relacionados à maternidade, ao dever da mulher de cuidar e amar os filhos, e também de preservar sua virgindade.

Neste processo, uma jovem de 15 anos de idade, agricultora, denominada Emma, foi alvo da investigação acerca da morte de seu filho. A jovem teria dado à luz na casa em que residia com a família. Seus pais estavam passeando em um distrito de Santa Cruz – o mesmo que moravam os pais de Carolina – e quando regressaram, encontraram o neto morto, e ajudaram a enterra-lo. Sendo assim, foram indiciados como cúmplices.

No momento do parto, a ré se encontrava apenas com as irmãs em casa, estas que desmentem o depoimento de Emma de que o filho nasceu sem vida, pois presenciaram o parto e o auxiliaram.

No relatório o Delegado afirmou que:

Emma estava grávida, [...] deu à luz a uma criança de cor parda, sendo o parto absolutamente normal, sem acidentes notáveis. Emma foi feliz (?) ajudada por suas irmãs, [...], principalmente por Wanda que aparou o feto e tanto foi sua presença de espírito em conjectura que ela mesmo cortou o cordão umbilical do recém-nascido com as unhas, tendo sido ligado por Wanda, que serviu-se para isso de um fio de linha de cosura.

[...] Assim passou alguns momentos de vida o pequeno ser oriundo de um crime que ele próprio antes em pouco seria o objeto de outro crime mais degradante que o gerou. Pelo entardecer Wanda e Felipina tiveram que retirar-se da companhia de Emma, pois foram a roça cortar pasto para os animais, e esta moça que conta menos de 15 anos e já tem malignidade de uma mulher que houvesse atingido o acesso de uma existência libertina em um bordel, aproveitou-se da solidão em que se encontrou para satisfazer o instinto criminoso que a dominava desde que se pressentiu grávida.

Nesta fala a autoridade sugeriu que Emma possuía um instinto assassino, desconsiderou o meio em que ela estava envolvida e o que significava uma gestação para uma moça pobre e solteira. Sua gravidez não foi esperada, e Emma sabia ou imaginava o que ter um filho sem um marido significava. Referiu-se à ré como uma prostituta por ter tido

relações sexuais antes do casamento. Associando a criminalidade à periculosidade, no caso, a prostituição. Afirmou ela ter pouco idade, embora as mulheres no início do século XX, casavam-se muito jovens, assim que iniciava-se o ciclo menstrual.

Na frase “pequeno ser oriundo de um crime que ele próprio antes em pouco seria o objeto de outro crime mais degradante que o gerou”, sugeriu que Emma tivesse sido seduzida ou deflorada, pois ela era menor de 21 anos, e anteriormente à sua gravidez, poderia ser virgem. Mas o que está em jogo, é o fato de Emma ser solteira e ter tido relações sexuais com dois homens; e homens negros. Em relação ao pai de seu filho, a ré não disse o seu nome, mas a criança seria fruto de uma relação com um, de dois homens negros, com quem manteve relações sexuais na casa de seus avós.

Após o Delegado saber que o pai do filho de Emma seria um homem negro, afirmou “Emma estrangulou o próprio filho [...] por ser de cor parda o recém-nascido”. Para o Delegado o crime não foi para ocultar a desonra da ré, mas para que as pessoas não soubessem que ela mantinha relações sexuais com um homem negro.

Era necessário que o círculo de suas relações não soubesse que ela era mãe; e mãe de um menino mulato, que naturalmente importava a um pai preto e um amante negro para ela. Nenhuma consideração a deteve diante do espetáculo que qualquer alma bem governada teria visto comovida. [...] ela o estrangula dilacerando-lhe o terno pescoço com as unhas! Estava consumado o crime.

Não temos uma fala de Emma justificando o infanticídio devido à cor da pele de seu filho. Para o Delegado este motivo seria inaceitável. Estes aspectos da vida de Emma, que ela se relacionava com outros homens e que seu filho era mulato, foram expostos por Wanda, irmã da ré. Esta sim, afirmou que Emma matou o filho por causa da cor de sua pele.

A ré relatou que matou o filho quando estava a sós, o que livrou suas irmãs da acusação de cumplicidade. Seus pais foram acusados, pois ao voltarem de viagem, se depararam com o neto morto e não tomaram providências legais, enterrando o corpo do recém-nascido em terras de suas propriedades.

Está evidentemente provado que Emma cometeu o crime de infanticídio na pessoa de um filho seu recém-nascido, de cor parda, e que foram com ela convenientes nesse crime, seus pais Henrique e Clara, que são por isso cúmplices dela. Não alegam os delinquentes móvel de ocultar sua desonra, mas revelam a sangue frio o capricho de não querer ser mãe de mulato, depois de ter sido concubina de dois negros.

O fato de Emma ter se relacionado sexualmente com dois homens negros a desqualificava antes mesmo do próprio crime. Se ela não queria ser mãe de um filho mulato, por que mantinha relações com homens negros? Subentende-se essa questão através daquelas afirmativas.

Em seu depoimento, a irmã da ré contou que todos na casa sabiam que Emma estava grávida, e que ajudou no parto por não contarem com a presença de uma parteira, e por não haver tempo para chamar alguma.

A defesa de Emma começou a agir alegando que

o Delegado errou ao culpar Emma pelo crime, pois não chamou o pai da criança para depor, e obriga-la a falar o nome dele, que deveria ser acusado de estupro violento, por ela ser menor. [...]. E tal se sabe a repugnância da mulher branca pelo homem negro. [...]. Que ela é vítima, que o Delegado ignorou isso e a culpou.

Se acusação agia no sentido de afirmar que matar o recém-nascido por causa da cor de sua pele seria injustificável, que isso não seria plausível, a defesa da ré em sua afirmativa mostra o preconceito daquela sociedade, na qual havia uma população majoritariamente branca, de descendência europeia naquela região. Para o advogado além da acusada não ter cometido o crime, seria praticamente impossível que ela tivesse se relacionado com um homem negro, e se caso isso tivesse ocorrido, teria sido um estupro violento.

A defesa de Emma seguiu alegando que ela primeiramente confessou o crime para a polícia, e o advogado afirmou que não cabia à polícia julgar, e pediu que fosse desconsiderado o que a ré declarou em juízo, pois, além disso, toda a família falava a língua alemã, e no interrogatório o interprete havia sido o próprio escrivão, o que

configurava desvio de função, visto que o Delegado era descendente de portugueses e não tinha conhecimento daquele idioma.

Em alguns processos também há outras pessoas arroladas que afirmavam não falar português e terem nacionalidade alemã. Segundo Wolff isso expressa “um caráter conformador de identidade étnica, expressa principalmente no uso corrente da língua alemã e na manutenção de tradições e valores trazidos das culturas germânicas e reelaborados”.¹⁶⁴ Os envolvidos nos processos que falavam a língua alemã estariam agindo nesse sentido, de preservar sua cultura e sociabilidade étnica.

Se na documentação analisada em geral, há de se ser pensado a respeito da interpretação do escrivão, do que ele deixou de registrar, e em que sentido escreveu, nos casos em que as pessoas falavam outro idioma, tem-se mais um elemento a filtrar a fala das mulheres acusadas de cometerem infanticídio e das testemunhas. Este elemento é o intérprete.¹⁶⁵

Esse processo é interessante no sentido de que temos uma jovem de 15 anos de idade que dá à luz a uma criança fruto de seu relacionamento com um homem negro. A fonte historiográfica data dos primeiros anos da República brasileira, neste período havia, por parte dos políticos, médicos, juristas e membros da elite letrada, um projeto de modernização da nação, esta que recém havia abolido a escravidão.

Nesse sentido, Chalhoub afirma que “uma das formas de promover o “progresso” era tentar “branquear” a população nacional”.¹⁶⁶ Deste modo, pode-se aqui pensar na eugenia,¹⁶⁷ que tinha como uma de suas metas interferir na reprodução das populações, entendendo

as raças como resultados imutáveis, e todo o cruzamento entendido como um erro, compreendendo a mestiçagem como sinônimo de degeneração racial e social. [...]. Visava à produção de “nascimentos desejáveis e

¹⁶⁴ WOLFF, 1999, p.17.

¹⁶⁵ Ibid.

¹⁶⁶ CHALHOUB, 1986, p. 75.

¹⁶⁷ O termo eugenia foi criado em 1883, pelo cientista inglês Francis Galton, influenciado pela leitura de Charles Darwin, mas o texto considerado fundador da eugenia foi publicado em 1869 e buscava provar que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação. Cf. WEBER, 1999, p. 69.

cotrolados”, preocupava-se em produzir casamentos entre determinados grupos e em desencorajar certas uniões consideradas nocivas a sociedade.¹⁶⁸

Os preceitos eugênicos reforçaram a ideia que as pessoas brancas seriam superiores as negras nos aspectos físicos, intelectuais e morais.¹⁶⁹ Assim, seria condenável o relacionamento de Emma, descendente de uma família de nacionalidade alemã, com um homem negro, que poderia ser até mesmo, um ex-escravo.

O corpo de Emma, assim como o de algumas outras ré, denunciou seu estado de gestante. Foi alvo de olhares que se transformaram em acusações.

Voltando as palavras do Delegado, temos essa passagem em que ele afirmou: “[...] após um longo período de gravidez, revelado a olhos públicos pelo escandaloso volume de seu ventre, que havia voltado a seu estado normal, sem que soubesse do destino do fruto daquele estado interessante”. As formas do corpo denunciavam a gravidez, as pessoas de seu convívio esperavam pelo nascimento e pelo desdobramento dos fatos. A defesa também fala deste corpo que produziu frutos indesejados: Emma “não parece ter gestado, e que até mesmo para o aborto não há provas”. Seu corpo teria voltado ao estado “normal”, suas formas estavam em ordem, o que servia de argumento para a defesa, mas também de estranhamento para a acusação.

Neste mesmo ano, Santa Cruz foi palco de mais um infanticídio: “No dia 22 para 23 de setembro, Ida, que era solteira, deu à luz a uma criança do sexo feminino em condições perfeitas de existência, e para ocultar sua própria desonra matou logo que nasceu a criança [...]”.¹⁷⁰

O grifo do parágrafo a cima consta no processo, destacando o que havia motivado o ato de Ida. Assim como os processos crimes anteriormente analisados, este também envolveu alguns familiares da ré, no caso seus pais, Alberto e Henriqueta, arrolados como cúmplices.

A suspeita do crime chegou até as autoridades por intermédio do pai de Ida, que havia ido registrar o óbito do neto, mas como estava nervoso, apresentando um comportamento considerado alterado, o Delegado o chamou para ser interrogado.

¹⁶⁸ WEBER, ibidem.

¹⁶⁹ CHALHOUB, 1986.

¹⁷⁰ Processo M: 47, Est.: 152-F5, de 1902 a 1905. Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Cruz. Ré: Ida.

No interrogatório Alberto contou que a criança apresentava uma contusão na testa por que sua filha quando deu à luz, sentou-se próximo à beira da cama e a criança caiu, vindo a morrer por este motivo. Sua esposa levantou-se várias vezes durante a noite, mas soube somente no dia seguinte que Ida havia tido o parto.

Ao chegar na casa da acusada, a autoridade afirmou que a residência era pequena e dividida com uma parede de madeira, e por isso não havia como os familiares deixarem de ouvir os gemidos de Ida, logo, seus irmãos sabiam o que se passava.

Ida tinha 14 anos de idade, dizia ser natural da Alemanha, trabalhava de serviços domésticos. Sua mãe ao ser interrogada argumentou que sabia da gravidez, mas não imaginou que a filha fosse dar à luz naquela noite. Afirmou que não ouviu o choro, mas foi várias vezes ao quarto, e só viu o recém-nascido no outro dia, já sem vida.

A defesa da ré se manifestou afirmando que:

Não poderá qualificar o presente fato de (?) por que a parturiente é uma criança de 15 anos, a qual indubitavelmente por algum sedutor (?) foi colocada em estado de gravidez. E que no ato de dar a luz, o medo e o receio do pai, quis ocultar deste o seu estado, e que devido ao seu desfalecimento na ocasião, caída ao chão, produziu a morte devido a queda.

Neste processo a alegação do medo de pai e desejo de esconder a vergonha, também foi destacada pela defesa. O pai como chefe da família, provedor, deveria proteger a honra das mulheres, esposa e filhas.

A afirmativa de que a ré foi engravidada por algum sedutor procurou inocentar a ré, mas ainda assim, o pai de seu filho não foi chamado a depor, nem sua identidade revelada.

Na década seguinte, tivemos acesso a dois casos de infanticídio ocorridos na cidade vizinha a Santa Cruz, de nome Lajeado.

No ano de 1917, os cunhados de Augusta¹⁷¹ denunciaram que ela havia dado à luz e que a criança não apareceu. Logo, seu ventre era alvo de vigilância da vizinhança, que esperava o fruto da gestação.

¹⁷¹ Processo M: 49, Est.: 150-A2, de 1916 a 1917. Cartório de Processos Cível e Crime de Lajeado. Ré: Augusta.

Augusta mantinha um relacionamento extraconjugal com João. Este que era irmão de seu falecido marido, e casado. O caso veio à tona e passou a conhecimento público através dos inquéritos, onde a ré afirmou que estava viúva há sete anos, e se relacionava com João há quatro. Antonia era mãe de uma criança de três anos de idade, não afirmou que João era pai de seu filho, mas suponha-se que sim, devido ao tempo que estavam juntos.

É possível que o relacionamento de João e Augusta fosse de conhecimento das pessoas de suas relações. Visto que a denúncia foi feita pelos irmãos de João, e também pelo fato de que “os vizinhos disseram que não sabiam que ela tinha matado a criança, mas que estava próximo dela dar à luz”.

Augusta primeiramente negou ter tido um filho por entre aqueles dias, e que apenas “não havia tido passagem da menstruação”. Após ser examinada por uma parteira e novamente interrogada, constatou-se que “seu amante João, irmão do falecido marido de Augusta, e portanto cunhado da indiciada, que havia ensinado para Augusta que com um pau procurasse no ventre a cabecinha da criança e batesse afim de matar”.

João foi quem incentivou Augusta a matar o filho, fruto de seu relacionamento. Nesta fala temos um homem dando instruções a uma mulher sobre com interferir em seu corpo para interromper a gravidez indesejada. Esta seria uma prática muito própria do feminino, um entendimento desenvolvido sobre seu corpo,¹⁷² mas o que temos é João orientando Augusta sobre como agir. Este é o único processo em que há a possibilidade de introdução de algo no útero, nos demais foi revelado o uso de beberagens e remédios, pois

estes métodos não poderiam ser camuflados sob a intenção de *fazer descer as regras*; na verdade, a introdução de objetos era uma forma de reconhecer que, possivelmente, a falta de menstruação significava a existência de uma gravidez, enquanto as beberagens poderiam ser pensadas como remédios para as regras em atraso.¹⁷³

O Delegado ao saber que João teria incentivado Augusta a matar o filho quando este ainda estava no ventre, mandou que ele

¹⁷² PEDRO et. al., 2003.

¹⁷³ Ibid., p. 167.

comparecesse a subdelegacia, mas segundo os vizinhos, João “viu quando as autoridades entraram na casa de Augusta e se retirou para um lugar ignorado”.

A ré não conseguiu matar seu filho quando este ainda estava sendo gestado, porém retirou sua vida logo após seu nascimento, enforcando-o com um cipó e ferindo sua cabeça com uma pedra. O Delegado afirmou que ela somente confessou o crime porque havia sido convencida de que seu amante seria penalizado. Augusta levou as autoridades até o lugar onde estava enterrado o corpo do recém-nascido, o Delegado afirmou que ela “não mostrou um gesto de arrependimento”.

Através da análise das declarações de algumas testemunhas, percebe-se que a moralidade de Augusta foi posta em questão. Quase todas as testemunhas arroladas eram seus cunhados, e um deles afirmou: “fora o fato de a acusada ter amante, ela tem bom comportamento. Sobre os precedentes: disse que moralmente tem mau comportamento, que materialmente é trabalhadora, e que seus interesses progridem”.

Aqui podemos ver a questão do trabalho honesto como mediador da moralidade, assim como no caso de Victoria e Josephina, da cidade de Santa Maria. O seu comportamento sexual era condenado, mas era uma mulher honesta e trabalhadora, regrada conforme a ética do trabalho.

O Positivismo defendia “a santa lei da viuvez eterna”, em que a mulher não poderia casar-se novamente, pois estaria realizando uma “poligamia subjetiva”.¹⁷⁴ Conte afirmava que durante a vida sexual no casamento, o comportamento da mulher é alterado, e a viúves faria com que ela voltasse a ser assexuada.

Nesse sentido, além de Antonia ser viúva, o fato de manter um caso com seu cunhado, seria uma dupla traição à memória e a honra de seu falecido marido. O que implicava em uma falta moral da ré.

Quatro anos antes, na cidade de Lajeado, Conceição de Quadros¹⁷⁵ foi acusada de ter matado o filho recém-nascido. Era ano de 1913, e a ré havia dado à luz a uma criança do sexo feminino, que teve como nome Maria, que contava com cinco dias de vida quando morreu. Sua morte foi investigada, e o processo revelou alguns aspectos do cotidiano dos personagens através de suas declarações.

¹⁷⁴ COMTE, 1983.

¹⁷⁵ Processo M: 43, Est.: 150-A3, de 1913. Cartório de Processos Cível e Crime de Lajeado. Ré: Conceição de Quadros.

Ao ser interrogada Conceição de Quadros revelou ter 14 anos de idade, e que trabalhava na roça. A partir de seu interrogatório o subdelegado apresentou o seguinte relatório:

que na noite [...] sua filhinha chorava muito e seu amásio Apolinário dormindo na cozinha, esse não acordou-se com o chamado dela e por isso ela levantou-se, trepou em um banco para tirar da prateleira uma tigela para dar água com açúcar a sua filhinha, visto não ter leite para a mesma, e que ela subiu no banco, este virou, caindo ela depoente com sua filhinha no chão, batendo com a cabeça da criança contra o banco; ficando com a cabeça partida, vindo a falecer sobre a madrugada.

Tudo indica através deste depoimento, que a morte da recém-nascida de nome Maria, havia sido causada por um acidente doméstico. Mas com o desenrolar do processo, os fatos tomam outra dimensão.

Na sequência Conceição revelou que Apolinário não era pai de sua filha, que eles viviam em estado de amasiamento há apenas seis meses, e que o pai de Maria chamava-se Olívio, seu amásio anterior.

Ao ser perguntado se Apolinário não se opunha a criar uma criança que não era sua filha, a ré respondeu que ele não fazia oposição, que fazia gosto que ela criasse. Conceição afirmou ainda que desejava criar a filha e que a criança era saudável.

O amásio da ré foi interrogado e prestou o seguinte depoimento: “que está amasiado com Conceição há mais ou menos seis meses; que ao juntar-se com ela a encontrou grávida, *enchertada* por outro”.

Apolinário tinha 21 anos de idade, era solteiro e trabalhava como jornalista. Aparenta em um primeiro momento, estar de acordo com a gravidez de Conceição, pois quando ela iniciou o trabalho de parto, ele foi atrás de duas parteiras, mas estas não chegaram a tempo na casa deles, e quem a ajudou, foi uma mulher de nome Conceição Ribeiro, que não conhecia o ofício, mas é chamada de parteira durante o processo. Maria nasceu no assoalho da casa, no chão. Foi dado sequência ao interrogatório de Apolinário:

Disse que a ré manifestava desejo de criar a filha. [...]. Que se o depoente não lhe cuidasse, ela dava a filha a seus pais, então o depoente disse que ela voltaria para a casa dos pais. Que não se sujeitava

a ficar com uma mulher que teve filho de outro, mas que a levava [...].

O amásio de Conceição afirmou que não aceitava criar um filho que não fosse seu. Esta afirmativa nos remete a pensar que sua masculinidade estaria ameaçada. Além do que ele não teria responsabilidades para com o filho de sua amásia.

Foi lhe perguntado se Conceição tinha matado a criança para não se privar da companhia dele; ao que Apolinário respondeu que não, que ela estava decidida a se separar e ir morar com os pais. E afirmou também que a acusada demonstrava amor à filha, tanto que sempre a tinha nos braços.

A testemunha de nome Sebastião, que era marido da mulher que fez o parto, contou mais detalhes da noite em que Maria havia morrido. Segundo ele, “Apolinário estava jogando cartas quando foi chamado para ir até a casa de sua amásia, ele se recusou a ir, mas foi com muita insistência, porque diziam que o recém-nascido estava doente”.

Provavelmente esse jogo de cartas se dava em uma venda, um botequim, espaço de socialização masculino, frequentado pelos homens que moravam pela região, lugar em que além de realizarem jogos, poderiam beber em seu tempo de não produção.¹⁷⁶ Neste espaço também ficavam sabendo da vida dos vizinhos.

Sebastião afirmou que ouviu dizer que a pequena Maria havia caído da cama. Esta fala se contrapõe a da ré Conceição, que proferiu em depoimento, que havia caído de cima de um banco segurando a filha. No entanto, Sebastião diz que não ouvir falar que a ré tivesse matado a filha.

Esta testemunha confirmou que Conceição desejava criar Maria, mas que Apolinário fazia oposição, pois queria que ela desse a criança à um vizinho, “tanto que foi a casa do mesmo, porém não o encontrou e voltou encilhado no cavalo para levar a denunciada a casa dos pais, no dia anterior a morte de Maria”.

A mulher que fez o parto da ré, chamada nos autos de parteira Conceição, não pode comparecer para prestar depoimento. Seu esposo Sebastião, justificou a ausência alegando que eles haviam tido um filho, que contava com quase um mês, que ficou em casa com a mãe, porque havia pego chuva da outra vez que ela havia ido depor.

¹⁷⁶ WADDI, 2009.

Ao declarar isto, ele nos fala um pouco de seu cotidiano afirmando que não tinham meios de transporte, como um cavalo. Eram pobres, com muitos filhos, vivendo em um ranchinho, ocupavam uma pequena área de terra por arrendamento.

Esta poderia ser a realidade econômica de outros arrolados nos processos, como as rés e as testemunhas. Pessoas pobres, envolvidas em um cotidiano simples, que a margem da sociedade desenvolveram meios de sociabilidade.

Sebastião dizia que não possuía um cavalo, reafirmando seu estado de pobreza. Wadi nos fala que “a posse de cavalo – especialmente de um cavalo de sela e não só de tração – garantia certo prestígio a quem o possuía, entre seus conterrâneos”.¹⁷⁷ Porque adquirir e manter um animal desses despenderia altos custos, o que não seria possível para uma família como a de Sebastião. Apolinário afirmou ter voltado da residência do homem que desejava criar Maria, encilhado em um cavalo, mas não sabemos a quem pertencia o animal.

A família de Sebastião era vizinha do casal Apolinário e Conceição, por isso a esposa deste conseguiu auxiliar a ré no momento do parto com mais rapidez que as parteiras.

Antes do filho da parteira adoecer por causa da chuva, ela prestou um depoimento no qual revelou que Apolinário “tinha intenção de levar Conceição e a filha para a casa dos pais da ré, ela negou-se”. Relatou ainda que Conceição havia dito que: “não voltava para a casa do pai e que não dava a criança a ninguém, que antes matava”.

Porém, a parteira Conceição não pode mais prestar depoimentos, devido a falta de condições adequadas para se locomover até a vila, como Sebastião relatou: “ser impossível uma mulher ir andando até a vila para depor, porque é uma viagem de mais ou menos 14/15 léguas”.

A defesa da ré argumentou que não havia provas de que Conceição teria matado a filha, e que os relatos são no sentido de que houve um acidente. Pedindo por isso, o arquivamento do processo, pois a morte não foi por recusa dos cuidados ou meios diretos e ativos. Sendo assim, foi procedente o pedido de arquivamento dos autos por falta de provas.

¹⁷⁷ WADI, 2009, p. 107.

1.3 MATERNIDADE EM FOCO: SABER MÉDICO BUSCANDO CONTROLAR A SOCIEDADE

No momento em que se estabeleceu o Código Penal de 1890, o Brasil estava passando por mudanças políticas, econômicas e sociais. Dava-se a passagem do século XIX para o XX, momento em que ocorreu a conversão do trabalho escravo ao livre, o que gerou uma grande porcentagem de desempregos, assim como a imigração passou a ser incentivada pelo governo brasileiro.

Nesse contexto, a população das cidades e a pobreza aumentaram. Junto a isso, as ideias de modernização, especialmente para as capitais, segundo os modelos europeus de civilização, viam os pobres como um incomodo social, que deveria ser retirado das regiões centrais. Nesses locais, a população pobre habitava os cortiços, casarões de propriedade da elite, em que eram alugados quartos aos pobres. A região central da cidade favorecia o acesso aos seus locais de trabalho.¹⁷⁸

Conforme Fleck e Korndörfer,

não apenas os espaços urbanos deveriam ser reformados, mas homens e mulheres deveriam ser higiênicos, sadios e moralizados, bons trabalhadores e membros de uma família que deveria atender aos critérios da monogamia, conjugalidade, fidelidade e reprodutividade.¹⁷⁹

Foi nesse período que o trabalho passou a ser percebido como determinante na avaliação da honestidade de um sujeito. Nesse sentido, o pobre somente deixava de ser um elemento perigoso caso empregasse seu tempo disponível em um trabalho considerado honesto, pois caso dispusesse de tempo livre, o usaria para cometer algum delito. “Na década de 1890, para um indivíduo pobre o fato de não ter trabalho fixo era crucial na sua identificação como pessoa honesta ou desonesta tanto pela imprensa como pelas instituições judiciárias e policiais”.¹⁸⁰

Criou-se, na cidade de Porto Alegre, nesta mesma década, uma campanha denominada de “Saneamento Moral”, que tinha como intuito normatizar as práticas cotidianas da população, especialmente dos

¹⁷⁸ PESAVENTO, 1992.

¹⁷⁹ FLECK; KODÖRFER, 2007, p. 135.

¹⁸⁰ MAUCH, 2004, p.106.

grupos pobres. Mauch ao analisar os discursos dos jornalistas que circulavam em jornais na capital neste período nos diz que o uso das expressões “saneamento moral” e “doença social” demonstra a associação da sociedade a um organismo vivo, “bastante em moda na época, essa metáfora médica ou biológica fazia do vício e do crime uma doença contagiosa que ameaçava a saúde da sociedade como a peste bubônica ou a varíola”.¹⁸¹ Esta ideia tinha respaldo científico, devido ao incremento de estudos nas áreas da Medicina, biologia, higiene e na criminologia.

Neste período foi reforçado o papel das mulheres como responsáveis por gestar, gerir e educar as crianças e os jovens. As mulheres brasileiras passaram a obter um *status* fundamental na sociedade, em um contexto onde estava começando a imperar um regime de saber pautado pelo rigor dos métodos científicos. Buscou-se instituir práticas e estabelecer normas ao cotidiano da população.

A maternidade teria uma função social: garantir o futuro e o progresso da nação. Sendo assim, as crianças deveriam ser sadias, passou-se a pensar uma “maternidade científica”. Nesse sentido, Martins afirma que “a crença na missão ‘civilizadora’ dos médicos levou-os a formular um projeto de reorganização da sociedade, visando a produzir indivíduos saudáveis no corpo e no espírito, capazes de efetuar transformações não apenas em suas vidas particulares, mas no destino do país”.¹⁸²

O aparato científico passou a questionar a percepção de que todas as mulheres seriam naturalmente boas mães, que agregava às mulheres a ideia do instinto materno, e para embasar tal questionamento, elaborou um conjunto de preceitos que tinham como objetivo educar as mulheres para o exercício da maternidade, fundamentando assim, a chamada “maternidade científica”.¹⁸³ A educação das mulheres passou a ser questionada, assim como a ideia de que todas seriam naturalmente boas mães, apesar de que o ideal de amor materno incondicional continuou em vigor, assim como o instinto materno.¹⁸⁴

A chamada maternidade científica negava e se opunha a um passado ligado a uma herança colonial e escravocrata, considerado fora

¹⁸¹ MAUCH, 2004, p. 90.

¹⁸² MARTINS, 2004, p. 127.

¹⁸³ FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

¹⁸⁴ Sobre a construção do amor materno ver: BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

dos padrões civilizatórios europeus, e desejado para o Brasil de então. Surgem, nesse contexto, outras concepções de mulher e de infância, onde o discurso científico, especialmente o médico, procurava se consolidar enquanto prática normatizadora dos sujeitos.

A partir da análise de Freire,¹⁸⁵ pode-se perceber a circulação do poder da ciência, que tentava reger as práticas sociais, principalmente das mulheres, através da elaboração de um discurso normatizador, que emanava sobre a sociedade. Assim vemos a atuação da ciência médica além da esfera restrita da clínica, passando para outros campos de controle, e assim, de poder.

Sobre a educação das mulheres para a maternidade, têm-se no início do século XX, um conjunto de discursos sobre amamentação, higiene, educação da prole e os cuidados que as mães deveriam ter com os recém-nascidos. Os preceitos técnicos permaneceram por algum tempo, mais situados no plano das ideias, do que colocados em prática. Porém, aos poucos a ciência foi ocupando, em parte, seu espaço no cotidiano feminino. As mães, apesar de serem orientadas pelos médicos de como agir em caso de doenças com seus filhos, eram aconselhadas a levá-los ao consultório médico, indicando assim não só uma busca pela cientificidade, mas por definir este espaço como exclusivo da atuação médica, em meio a mães, comadres e parteiras. Houve uma aproximação da Medicina ao estado, enfatizando o papel das mulheres em educarem e cuidar das crianças consideradas o futuro da nação.¹⁸⁶

No final do século XIX durante primeira metade do século XX, alguns membros de uma parcela da elite brasileira, formada principalmente por médicos, advogados e políticos, se puseram em uma “cruzada” em prol do que consideravam a proteção e salvação das crianças do Brasil.

Segundo Wadsworth, neste período o país “enfrentava sérios problemas sociais, tais como urbanização crescente, aumento populacional, presença de doenças endêmicas, elevada taxa de mortalidade infantil e delinquência juvenil”.¹⁸⁷ Passou a haver uma campanha em favor da assistência à infância, que relacionava seus problemas a questões políticas, econômicas, sociais e culturais.

¹⁸⁵ FREIRE, 2009.

¹⁸⁶ ROHDEM, 2003.

¹⁸⁷ WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência a infância no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.19, nº 37, 1999, p. 104.

No país recém republicano, houve entre as elites, a rejeição de práticas anteriormente corriqueiras entre a população, tais como o compartilhamento de saberes sobre o corpo feminino, redes de solidariedade, circulação de crianças, uso de amas de leite. Passou-se a pensar meios de inserir o Brasil no contexto internacional, no qual já havia a individualização das crianças, e a estas eram destinados cuidados considerados necessários para a manutenção da vida. As crianças passaram a serem vistas como garantidoras do progresso nacional. Neste contexto, através de métodos entendidos como científicos, buscava-se interferir no cotidiano da população e instituir normas e práticas.

Pensando na proteção das crianças, as mulheres foram o alvo de uma política higienista, pois eram consideradas responsáveis pela saúde e educação dos filhos. O discurso médico alegava que seriam as mulheres as responsáveis pelo impedimento das doenças nos lares, o que servia para reforçar o papel da dona de casa, em uma sociedade que dizia estar preocupada com a higiene social e com os cuidados com a infância.

Em relação à puericultura, esta pode ser entendida como “o conjunto de medidas adotadas para aumentar a natalidade, como a higiene no casamento, a prevenção de doenças infantis e um grande número de regras higiênicas no cuidado com criança, referentes à habitação, à alimentação, ao vestuário, aos cuidados corporais, aos exercícios físicos e a educação”.¹⁸⁸

A maternidade científica se caracterizou como um conjunto de preceitos que tinham como objetivo educar as mulheres para o exercício da maternidade dentro dos padrões aceitos pela ciência. Se antes as práticas destinadas à infância estavam ligadas somente ao feminino, no início da República, os homens da ciência procuram se apropriar deste saber/poder, que era campo das mulheres.

Conforme Freire,

com base na supremacia da razão sobre a emoção [...], a puericultura oferecia um amplo e diversificado estoque de ensinamentos técnicos a guiar a conduta das mulheres na criação de seus filhos, em substituição aos “antigos” dogmas

¹⁸⁸ MARTINS, 2004, p.198.

religiosos ou palpites de curiosas, vizinhas ou avós, considerados perniciosos e “arcaicos”.¹⁸⁹

Surgem assim, prescrições de como deveriam ser os cuidados com o corpo do infante e também com o ambiente em que ele vivia. Os corpos, além de serem higienizados, deveriam ser robustos e saudáveis, o que remete a eugenia, em sua teoria de aprimoramento das raças/etnias. Surgindo a associação entre febre e infecção, a preocupação com a profilaxia das doenças é evidenciada, e os germes e bactérias entendidos como um perigo constante. Mas as crianças não deveriam ser privadas do lazer e de brincarem ao ar livre, seus quartos deveriam ser arejados e preferencialmente iluminados, enfatizando a higiene.¹⁹⁰

Notamos os médicos adentrando em um espaço anteriormente considerado das mulheres. As práticas consideradas populares do cuidado com as crianças foram desqualificadas por este saber, apropriadas e reelaboradas. Sendo assim, torna-se possível pensar na ideia de um saber/poder, em que o projeto médico e político foi também pedagógico, com a finalidade de reger a população, normatizando e disciplinando as práticas sociais.

Nesse sentido, é possível considerarmos em relação ao saber/poder, que ele não está concentrado, mas circula pelo corpo social. O poder se exerce e funciona em rede – o indivíduo o exerce e também sofre suas ações.¹⁹¹ Pedro afirma que “é possível dizer que instituições como a família, a polícia e a classe médica utilizaram-se de técnicas de poder e saber afim de controlar a população, modificando e disciplinando sua forma de viver e de sentir”.¹⁹² A Medicina, como nos fala Foucault, é um instrumento de poder/saber, e o poder circula pela sociedade.

Podemos perceber a circulação do poder da ciência, que tentava reger as práticas sociais, principalmente das mulheres, através da elaboração de um discurso normatizador. Assim vemos a atuação da ciência médica, passando para outros campos de controle e, assim, de poder.

Os médicos tiveram como seus aliados, na divulgação do ideal materno, revistas, panfletos, matérias na imprensa periódica que divulgavam os princípios da puericultura. Apesar de estes princípios

¹⁸⁹ FREIRE, 2009, p. 127.

¹⁹⁰ FREIRE, 2009.

¹⁹¹ FOUCAULT, 1979.

¹⁹² PEDRO et. al., 2003, p. 113.

serem destinados a todas as mulheres, atingiam principalmente as classes média e alta urbanas, que compunham a elite letrada. Os discursos eram voltados para as mães, e não consideravam a realidade da população pobre. Para os médicos e juristas, o Estado deveria fazer o papel de patriarca, ou seja, interferir nas relações familiares da população pobre.¹⁹³

Junto ao conjunto de ideias que tinham como uma de suas finalidades normatizar a vida das pessoas, o trabalho feminino fora do âmbito domiciliar era condenado. As mulheres que trabalhavam fora do domicílio eram acusadas de serem mães relapsas, e relacionava-se a mortalidade infantil à falta de cuidados maternos. Visto que estas, ao contrário de se ocuparem com seus afazeres considerados básicos e fundamentais, tinham de trabalhar para o sustento de si e da prole.

A maternologia, que pretendia profissionalizar a maternidade, entendia as famílias pobres como um foco para doenças, como tuberculose, sífilis, desnutrição infantil, alcoolismo, entre outras. Determinava que as mulheres deveriam permanecer nos lares, onde poderiam exercer seu papel de mãe, em todo seu potencial.¹⁹⁴

Pensando os discursos sobre a maternidade e os cuidados com a infância, elaborados por uma parcela da elite brasileira, formada por intelectuais principalmente médicos e juristas, percebe-se que a mulher é o foco das falas, as políticas se destinam à elas, é para as mulheres que são feitas as recomendações acerca do cuidado com a infância e com a maternidade. As mulheres pobres se viam entre a “cruz e a espada”, frente ao real e ao ideal. Muito foi dito sobre como as mães deveriam cuidar de seus filhos, dentro de uma perspectiva científica, porém, pouco se falou do período da gestação, dos partos e dos crimes cometidos contra os recém-nascidos, como o infanticídio.

O saber médico procurou cuidar da saúde de toda a sociedade, com uma nova visão sobre saúde e doença, e os saberes femininos passaram a fazer parte de uma ciência considerada eficaz e detentora da verdade, mas que no início do século XX, ainda estava em formação e consolidação.¹⁹⁵ Esta busca pela verdade passou para o plano jurídico, e a Medicina, através dos médicos legistas, passou a integrar o judiciário brasileiro, a partir do início da República.

¹⁹³ WADSWORTH, 1999.

¹⁹⁴ MATOS, 2005.

¹⁹⁵ JARDIM, 1999.

Quando falamos que o saber médico, no início do século XX, ainda se consolidando no Brasil, nos referimos ao saber sobre o corpo das mulheres. Pois no século XIX, as principais discussões acerca da medicina da mulher ocorriam na Europa. Nesse território foram criados locais para tratar doenças femininas e realizar procedimentos cirúrgicos, objetivando o desenvolvimento da ginecologia e da obstetrícia.

Os brasileiros que iam estudar Medicina na Europa traziam as informações produzidas por este campo de saber, seus conhecimentos e técnicas. Conforme Martins,¹⁹⁶ a medicina da mulher, no início do século XX, tornou-se “um campo reconhecido tanto pela categoria, quanto pela clientela, que começava a procurar os serviços de obstetras e ginecologistas com maior frequência”. Neste período, os centros de ensino médico estavam localizados na Bahia e no Rio de Janeiro, nas escolas de medicina brasileiras ensinava-se até o ano de 1880, a obstetrícia, que englobava a gravidez, o parto, o puerpério, doenças do recém-nascido e ginecológicas, não havendo separação das especialidades.¹⁹⁷

Uma das dificuldades encontradas pelos estudantes de Medicina no Brasil, no que se refere ao ensino da obstetrícia e ginecologia, foi em relação às aulas práticas, que após 1882 passaram a fazer parte dos currículos,¹⁹⁸ o que se dava em parte, devido aos padrões morais da época. No Rio de Janeiro, havia uma reação por parte das autoridades civis e religiosas frente a criação de hospitais específicos para o atendimento ginecológico obstétrico, porque existia o temor de que esses estabelecimentos incentivassem a maternidade fora do casamento. A criação de enfermarias destinadas às mulheres foi fundamental para o ensino prático da medicina da mulher,

[...] somente no final do século XIX os estudantes de medicina começaram a ter um ensino de obstetrícia voltado para a clínica, aprendendo a realizar exames, a reconhecer as posições do feto, a utilizar o instrumento obstétrico e a fazer cirurgias. [...]. Somente no século XX as faculdades de medicina passaram a ter um espaço adequado ao ensino das clínicas obstétricas e ginecológicas, quando começaram a ser

¹⁹⁶ MARTINS, 2004, p. 141.

¹⁹⁷ Idem, ibidem.

¹⁹⁸ Ibid.

construídas as primeiras maternidades no Brasil.¹⁹⁹

A partir da inserção das aulas práticas, ocorreu o fortalecimento do saber médico sobre o corpo feminino, pois os estudantes puderam colocar em prática as instruções e conhecimentos advindos da Europa ou no Brasil. Até então construíam o conhecimento embasados, praticamente, somente naquilo que liam e ouviam.

O desenvolvimento das especialidades médicas acerca do corpo da mulher se deu em parte, devido ao interesse em conhecer o sistema de reprodução humana; mas principalmente devido ao surgimento de uma preocupação com a gravidez e o parto. Entendiam as mulheres responsáveis pela manutenção de um interesse coletivo, que seria a formação de uma sociedade sadia. Assim, os “médicos e outros intelectuais do final do século XIX procuraram transformar a maternidade em uma função política de extrema importância para ser abandonada às mãos de leigos”.²⁰⁰

Os leigos seriam as parteiras, presentes no universo feminino através de redes de solidariedade; eram elas que cuidavam das doenças das mulheres, assim como dos partos e problemas da gestação. Porém, as parteiras mantiveram-se presentes no cotidiano das mulheres, mesmo após a inserção da Medicina nesta área.

Analisando as práticas de cura no Rio Grande do Sul, do final do século XIX e início do XX, Weber nos fala que os médicos somente eram chamados para atenderem casos em que as parteiras não conseguiam administrar, e isso dependia da situação financeira da família da parturiente. As mulheres eram atendidas em casa ou na casa da parteira, e “não havia conhecimento suficiente sobre técnicas obstétricas como cesariana ou o funcionamento do corpo feminino”.²⁰¹

As parteiras poderiam ser pessoas próximas da parturiente, parentes ou vizinhas, que tinham o mesmo cotidiano simples, mas o seu saber as diferenciavam.

Possuíam os saberes sobre o corpo feminino herdados da cultura popular: usavam métodos naturais de partejar, como o parto de cócoras, e também chás e rezas que, de certa forma remetiam

¹⁹⁹ Ibid, p. 151.

²⁰⁰ MARTINS, 2004, p. 177.

²⁰¹ WEBER, 1999, p. 195.

ao imaginário funcionando como apoio psicológico à parturiente, aliviando tensões.²⁰²

Diferente do que ocorria com os estudantes de Medicina, as parteiras aprendiam a arte de partejar e sobre as doenças femininas através do exercício prático, um saber popular transferido de geração a geração de mulheres. O pudor não fazia parte das relações estabelecidas entre elas, compartilhavam o que havia de mais íntimo em seus corpos;

Entre o pudor e a imperícia, as mulheres e seus problemas de saúde foram relegados a um espaço próprio, no qual os médicos custaram a se envolver. E as mulheres, mesmo as ricas, preferiam as parteiras, em função do pudor em terem seus corpos expostos aos homens.²⁰³

Havia um pudor em relação à exposição do corpo feminino aos médicos, e por isso a Medicina teria que ser mais do que a simples prática científica, Osório afirma que

perante o médico rasgam-se todos os véus do pudor e desaparecem todas as hipocrisias do convencionalismo mundano. Ele penetra nos mais íntimos recessos do lar doméstico, torna-se depositário dos segredos que afetam a honra e a tranquilidade das família, recebe em seu seio as mais dolorosas confidências.²⁰⁴

No final do século XIX, a Medicina na busca por consolidar-se como verdade científica, procurou desqualificar outras práticas de cura, incluindo as parteiras, devido ao seu saber popular, defendendo que representavam o atraso e a ignorância.²⁰⁵

Weber²⁰⁶ afirma que é preciso cuidar para não se referir a Medicina como um conhecimento atemporal, com a mesma feição ao longo do tempo. O saber médico foi se modificando na busca por

²⁰² OLIVEIRA, 2000, p. 02.

²⁰³ WEBER, op. cit, p.196.

²⁰⁴ OSÓRIO, Joaquim Luís. **Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul**: Comentário. v. 12. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, p. 142.

²⁰⁵ MARTINS, 2004.

²⁰⁶ WEBER, op. cit.

adquirir status de verdade inquestionável. Os profissionais recebiam diferentes formações acerca das práticas de cura. E no que se refere ao Rio Grande do Sul, a complexidade em relação ao exercício das artes de curar deve ser destacada. O próximo capítulo trará esta questão ao debate, como se deu a relação entre a medicina legal e o judiciário, em um estado em que esta prática de cura não era exclusiva dos diplomados.

CAPÍTULO 2

LIBERDADE PROFISSIONAL NA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE (1889-1928)

O Positivismo, que havia sido adaptado no Rio Grande do Sul por Júlio de Castilhos, formando o sistema de ideias denominado “Castilhismo”, teve como uma de suas expressões a Constituição Estadual de 1891, que trazia entre seus preceitos, a liberdade profissional.

No artigo 71 § 5º, da Constituição de 1891, ficou estabelecido que: “Não são admitidos também no serviço do Estado os privilégios de diplomas eclesiásticos ou acadêmicos, quaisquer que sejam, sendo livre no seu território o exercício de todas as profissões de ordem moral, intelectual e industrial”.²⁰⁷

Nas sequência o §17º reinterava: “nenhuma espécie de trabalho, indústria ou comércio poderá ser proibida pelas autoridades do Estado, não sendo permitido estabelecer leis que regulamentem qualquer profissão ou que obriguem a qualquer trabalho ou indústria”. O exercício da Medicina se enquadrava neste preceito da Constituição, assim diferentes práticas de cura concorreram com a ciência médica, estudada nas instituições de ensino.

A defesa da liberdade profissional por parte dos positivistas sobre a Medicina estava baseada na ideia de que “[...] não era uma prática perfeitamente racionalizada, havia uma “anarquia mental” entre os médicos, cada um com suas teorias e práticas”.²⁰⁸ Para reforçar este elemento, juntava-se a defesa da liberdade religiosa, de culto, e os positivistas defendiam a adoção de diversas práticas de cura, de acordo com a crença e consciência dos indivíduos, sendo que a população não deveria ser forçada a adotar os princípios científicos, caso não estivesse suficientemente preparada. Nesse sentido, Augusto Comte afirmava que “apesar de estudarem o homem, os médicos, teóricos ou práticos, estão longe de poder conhecer nossa natureza”.²⁰⁹

²⁰⁷ Constituições Sul Riograndenses (1843-1947). Edição comemorativa ao 16º aniversário da promulgação da Constituição do Estado. Imprensa Oficial: Porto Alegre, 1963. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3d&tabid=3456&language=pt-BR>. Acesso em: 15 de Fev. 2014.

²⁰⁸ WEBER, 2009, p. 46.

²⁰⁹ COMTE, 1983, p. 260.

A liberdade religiosa era outro preceito estabelecido na Constituição, e assim o estado não poderia interferir nas questões de crenças. Osório argumenta que a escolha religiosa seria dada conforme a consciência de cada pessoa, logo, se não havia dogma religioso oficial, também não deveria haver dogma científico, que privilegiaria o exercício de certas profissões. Impor uma ciência oficial seria contraditório, pois “de um lado o Estado não se preocupa com o dogma religioso, mas por outro iria impor o dogma científica, fechando o acesso das profissões liberais aos que não recebessem o batismo nas águas lustrais das academias”.²¹⁰ Deste modo, Osório cita Júlio de Castilhos:

Se o estado não tem uma religião própria, também não pode ter uma sua ciência ou privilegiada; não sendo religioso, também não pode ser cientista; proclamando e mantendo a plena liberdade de cultos, sem subvencionar ou proteger qualquer deles, não pode logicamente deixar de reconhecer e manter a completa liberdade espiritual, abstendo-se de favorecer quaisquer doutrinas, seja qual for a natureza delas.²¹¹

Nesse sentido, pareciam respeitadas as doutrinas positivistas da liberdade espiritual e profissional e “os dirigentes, [...] empenharam-se em não fazer da saúde um domínio sob sua ingerência, acarretando uma verdadeira profusão de meios de cura e tratamentos não amparados na ciência – uma vez que ciência oficial não existia”.²¹²

A relação estabelecida entre médico e paciente deveria ser de confiança, pois “assim como cada um de nós procura o amigo de mais respeito para as expansões e conselhos nas dores morais, assim também trata-se cada um com quem mais confiança lhe inspirar, seja doutor em Medicina ou um simples prático”.²¹³

²¹⁰ OSÓRIO, 1982, p. 249.

²¹¹ Ibid.

²¹² SANTOS, Nádia Maria Weber dos. Práticas de saúde, práticas da vida: Medicina, instituições, curas e exclusão social. O Castilhismo e outras ideologias. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). **República Velha (1889-1930)**. v.3 t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 104.

²¹³ OSÓRIO, op. cit., p. 242.

As pesquisadoras Fleck e Korndörfer, trazem a reflexão de Witter,²¹⁴ em que recusa de ser atendido por um médico diplomado, pode ser pensada não somente como uma relação de disputa de poderes, mas como uma atitude de confiança no prático, o que não se garantia com o diploma, mas com o que a população identificava como saber e poder de curar.

Nesse sentido, pode-se pensar que os profissionais não diplomados estavam presentes no interior do estado, agido com suas práticas de cura, como benzeduras, homeopatias, chás. Assim como as parteiras que estabeleciam uma relação de confiança com as parturientes e outras mulheres.

Apesar de estarmos nos referindo ao princípio da liberdade profissional, defendido e assegurado na Constituição de 1891, do estado do Rio Grande do Sul, é interessante ressaltar que no Brasil, diferentes práticas de cura existiram em todo o território, principalmente no período colonial. As diversas práticas foram interiorizadas no cotidiano da população. Sendo assim, Weber afirma:

os envolvidos nessas práticas não estavam apenas reagindo aos procedimentos impostos pela Medicina científica. Muitas delas eram construções dos grupos sociais com os elementos aos quais tinham acesso, segundo as crenças e os rituais tradicionalmente conhecidos por eles.²¹⁵

As pessoas ao serem atendidas por práticos agiam dentro do que lhes era possível e conhecido, daquilo que estava arraigado em seus cotidianos, “não havia apenas reações ao controle dos saberes dominantes, mas uma produção/articulação própria de saberes, de acordo com a origem de cada grupo ou com as possibilidades entrevistadas por eles”.²¹⁶

Os positivistas do Rio Grande do Sul defendiam que o governo não poderia avaliar a capacidade intelectual, moral e as funções dos médicos.²¹⁷ E assim, para exercer essa atividade profissional, os interessados deveriam se inscrever na Diretoria de Higiene do Estado, o

²¹⁴ Fleck; Korndörfer apud Witter, Nikelen A. **Dizem que foi feito**. As práticas de cura no sul do Brasil (1845-1880). Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

²¹⁵ WEBER, 1999, p. 179.

²¹⁶ Idem, ibidem.

²¹⁷ WEBER, op. cit.

que seria feito também pelos diplomados. As pessoas que exercessem práticas de cura sem estarem registradas na Diretoria de Higiene seriam multadas, assim como aqueles que cometessem algum erro de ofício. Segundo Osório, seria “permitido a qualquer pessoa [...] o exercício livre de qualquer profissão, independente do diploma científico; mas sempre responsável pelas consequências de seus atos”.²¹⁸

A fala contida no interrogatório de um dos processos crimes de infanticídio evidencia esta singularidade. O pai de uma das rés afirmou que procurou Carlos Kerchim, em sua residência, para pedir remédios para a filha que estava com dores; este que negou dizendo que poderia ser multado se isso fizesse.²¹⁹

Osório defende que os conhecimentos necessários para o exercício de alguma profissão poderiam ser adquirido fora do ensino oficial, e que a prática e a observação seriam fundamentais para a formação profissional.

Tão habilitado pode ser um médico que cursou a academia como o indivíduo não diplomado, mas que lê, estuda, reflete, observa, que frequenta hospitais, que ouve atento as luminosas preleções de um ilustre professor ou que lê na solidão de seu gabinete a obra magistral de um sábio glorioso. Demais, o diploma acadêmico é apenas a presunção da ciência, de habilitação, mas não de certeza.²²⁰

Osório argumenta que nem todos que se formavam nas faculdades de Medicina seriam bons profissionais, havendo incerteza neste quesito, assim como na elaboração dos diagnósticos, “raramente dois médicos concordam em um mesmo diagnóstico”,²²¹ o que corrobora com a ideia de anarquia mental.

As parteiras permaneceram realizando suas atividades, principalmente no interior do estado, o que era resultado de uma escassez de médicos e da legislação, devido a liberdade profissional.²²²

²¹⁸ OSÓRIO, 1982, p. 241.

²¹⁹ Processo M: 47, Est.: 152-F5, de 1902 a 1905. Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Cruz. Ré: Carolina.

²²⁰ OSÓRIO, op. cit., p. 240.

²²¹ Ibid, p. 243.

²²² JARDIM, 1999.

A perseguição às pessoas que exerciam outras atividades de cura, como os curandeiros e parteiras, não seria apropriada devido à falta geral de médicos diplomados no interior do Brasil, onde os curandeiros seriam um recurso para a população. “É certo que há muito curandeiro ignorante, mas também é certo que tem havido e há grande número deles práticos, experientes, admiravelmente dotados de poder observador e que têm descoberto na nossa flora preciosas plantas medicinais”.²²³

A não aceitação e perseguição aos práticos, partia da premissa de que eles seriam ignorantes e de que a ciência estaria dotada de verdade e conhecimentos. Porém, para Osório²²⁴ o diploma acadêmico seria compensado pela demonstração de competência, pois o título sugeria saber, mas não o provava, já a liberdade profissional faria com que as provas fossem reais, empíricas.

A Faculdade de Medicina de Porto Alegre data de 1898, e anterior a ela foi à criação, na Santa Casa de Misericórdia, no ano de 1897, do Curso de Partos, que posteriormente foi transformado na disciplina de obstetrícia daquela faculdade. A Medicina institucionalizada procurava deslegitimar o saber popular das parteiras e se apropriava do conhecimento feminino sobre seus corpos.²²⁵

O sistema político do Rio Grande do Sul assegurava apenas a manutenção do ensino primário, que deveria ser livre e leigo, e o ensino superior deveria ser de responsabilidade da iniciativa privada. O governo defendia que assim não haveria concorrência de doutrinas, nem a proteção de uma específica. O Castilhismo, apoiado no Positivismo de Augusto Comte, defendia que se não havia uma religião oficial, também não deveria se privilegiar uma perspectiva científica.²²⁶

A partir da fundação da instituição houveram inúmeros conflitos entre os médicos contrários a liberdade profissional e o governo. Pois além de alguns se posicionarem contra o preceito de liberdade profissional, assegurado pelo governo do PRR, questionavam as políticas sanitaristas aplicadas no estado. Como os médicos não deveriam interferir em questões do âmbito privado, as aplicações de medidas para evitar a propagação de doenças foi restrita. Ao estado,

²²³ OSÓRIO, 1982.

²²⁴ Ibid.

²²⁵ JARDIM, 1999.

²²⁶ WEBER, 1999.

cabia a responsabilidade com o saneamento básico, como o tratamento de água, esgoto, recolhimento do lixo.²²⁷

Ainda utilizando as ideias de Weber, é interessante destacar o que esta historiadora nos fala sobre a consolidação da Medicina no território em análise:

No Rio Grande do Sul, diversos fatores influenciaram a implantação tardia da Medicina como poder. A ocupação regional, que só se intensificou no final do século XIX, mas em proporções bem menores do que nos centros como São Paulo e Rio de Janeiro, não gerou um acúmulo populacional que efetivasse os problemas urbanos em tão grandes proporções como nessas cidades. Provavelmente, as condições sanitárias, na capital do Estado, também favoreceram esse quadro, proporcionando áreas em que a cidade podia crescer, fornecimento de água abundante, bem como o escoamento dos dejetos, evitando em parte o acúmulo de lixo, habitações e pessoas. Além disso, o porto do Estado, por onde entravam os navios que podiam portar doenças, era em Rio Grande.²²⁸

Nos primeiros 40 anos da República, no Rio Grande do Sul houve a permanência do ideário castilhistas, adaptação das ideias positivistas de Augusto Comte. E o exercício da medicina não permaneceu exclusivo dos diplomados como em outros estados do país. Em 1889, Júlio de Castilhos transferiu o poder para Borges de Medeiros, que governou por 26 anos, com exceção de um único mandato.²²⁹ Durante todo este período, o sistema castilhista não foi modificado.

No início do século XX, a Medicina já se apresentava como uma ciência e assim desejava uma prática homogênea. No que se refere ao Brasil, temos Faculdades de Medicina na Bahia e o Rio de Janeiro,

²²⁷ WEBER, 1999.

²²⁸ Ibid, p. 123.

²²⁹ O governo do Rio Grande do Sul esteve presidido por Júlio de Castilhos até 1898. Ano em que passou o cargo à Borges de Medeiros, que se reelegeu até 1928. Neste período, houve um mandato que foi substituído pelo republicano Carlos Barboza Gonçalves, porém, o controle do partido continuava com Borges de Medeiros. Sobre isso ver: Weber, op. cit.

instaladas antes mesmo da Proclamação da República. A Medicina buscava, através de seu método experimental, a verdade acerca do tratamento das doenças, do funcionamento do corpo.

Porém, como vimos, nas primeiras décadas da República, esta situação foi peculiar no Rio Grande do Sul, havendo o preceito positivista da liberdade profissional, assegurado pela Constituição de 1891. Nesse sentido, é interessante pensar como se deva esta relação quando o sistema jurídico necessitava dos serviços da medicina legal, da perícia médica. Nas páginas a seguir, veremos a integração da Medicina ao judiciário.

2.1 A INTEGRAÇÃO DA CIÊNCIA AO JUDICIÁRIO: MEDICINA LEGAL E A LEGITIMAÇÃO DOS SABERES

Quando chegavam até as autoridades a notícia de um crime de infanticídio, o Delegado deslocava-se até o local indicado e iniciava as diligências necessárias para se estabelecer a “verdade” acerca do que teria ocorrido, a busca por provas. Segundo Griza,

as provas podem ser testemunhais, baseando-se nos relatos do ofendido, das testemunhas, e da confissão do indiciado, ou “materiais”. As provas materiais são aquelas levantadas a partir de exame de vestígios materiais, ou seja, do exame do “corpo de delito” [...].²³⁰

Os médicos legistas tornaram-se integrantes do cotidiano judiciário, atuando nos exames de flagrante e nos processos em que seus pareceres clínicos eram fundamentais para a construção da “verdade” dos crimes. Essa inserção da Medicina Legal ao judiciário estava legitimada pelo Código Penal de 1890, no qual estava prevista essa participação, no artigo 135:

²³⁰ GRIZA, Aínda. **Polícia, técnica e ciência**: o processo de incorporação de saberes técnico-científicos na legitimação do ofício de policial. 183 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 1999. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2564/000234702.pdf?seque nce1>>. Acessos em: 16 Jul. 2012, p. 45-46.

Quando o crime fôr dos que deixam vestígios, a autoridade nomeará dois peritos profissionaes, e, em falta destes, duas pessoas de idoneidade e capacidade reconhecidas, que, sob compromisso de bem e fielmente desempenhar os deveres do cargo, se encarregarrão de descrever com todas as circunstâncias tudo o que observarem em relação ao crime.²³¹

A partir do ano de 1907, tornou-se evidente a integração dos serviços médicos no judiciário brasileiro, a fim de instrumentaliza-lo e conferir-lhe um aparato técnico-científico.²³² Os médicos deveriam elaborar o auto de exame cadavérico e de corpo de delito, assim como identificar os envolvidos no caso, e determinar as causas da morte. Ainda segundo essa pesquisadora, o parecer médico legal deveria ser acompanhado de uma descrição minuciosa da investigação e dos exames, e não um conjunto de informações desacompanhadas.

Conforme Wadi, os médicos legistas elaboravam seus diagnósticos atentos às teorias médicas e também as questões jurídicas. Mas as posturas variavam conforme suas correntes teóricas, suas crenças científicas e de quem eram os réus. Para essa pesquisadora, “os médicos emitiam pareceres diferentes para casos semelhantes, porém, sempre muito bem embasados nas conquistas e avanços de seu próprio saber”.²³³ Nesse sentido, temos como exemplo os pareceres finais dos processos de infanticídio, em que o mesmo crime, poderia culminar em diferentes sentenças.

A utilização da Medicina no judiciário se deu também através da introdução da ideia do corpo social no campo jurídico brasileiro. No século XIX, foram adaptadas e introduzidas no Brasil teorias jurídicas advindas da Escola Positiva de Direito, denominadas de “criminologia positiva”, que teve como representantes intelectuais como os italianos Cesare Lambroso, Rafael Garafolo, Enrico Feni e outros. Estes defendiam a tese de que existia em alguns seres humanos, a propensão natural ao crime,²³⁴ que os criminosos tinham características físicas e patológicas específicas, que davam margem ao tipo “criminoso nato”. Uma das características da criminologia positiva era a elaboração da

²³¹ FARIAS, 1929, p. 809.

²³² CANCELLI, 2001.

²³³ WADI, 2009., p. 322.

²³⁴ MAUCH, 2004.

teoria para a prevenção do crime, que tinham como base à identificação dos criminosos, dos impulsos associados a suas tendências.

Assim, o criminoso era considerado um ser dotado de aspectos físicos e psicológicos específicos, considerados como patologia.²³⁵ Deste modo, a criminologia tinha a finalidade de analisar os criminosos, identificá-los, como uma tentativa de prevenção ao crime. Assim, “o criminoso é aquele que danifica, perturba a sociedade. O criminoso é o inimigo social”.²³⁶ A aplicação da lei seria para impedir que o crime novamente acontecesse. Nesse sentido, Foucault defende:

A grande noção da criminologia e da penalidade em fins do século XIX foi a noção [...] de periculosidade. A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não no nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam.²³⁷

O Código Penal de 1890 sofreu influência dessas ideias, e vigorou até 1942. Conforme a influência desse pensamento jurídico “a lei era um dos princípios mais gerais que construíam o olhar sobre a sociedade, ela regulava o dia a dia das pessoas, desde a opção de culto até as atividades profissionais”.²³⁸

Criou-se um código de condutas normativas, não apenas para a população, mas também para a justiça, a polícia, médicos higienistas, enfim, para a sociedade como um todo.²³⁹ Porém, este código oficial de condutas não dava margem a normas de grupos sociais diferentes, principalmente, no que diz respeito aos crimes contra os costumes. Com isso percebe-se a tentativa de fazer com que a norma oficial prevalecesse sobre todas as outras, especialmente entre os populares, sendo que esse discurso, segundo Mauch,

[...] tanto no que se refere a normas positivas ou ordens como normas negativas, se expressa segundo a fórmula básica do “deve ser/não deve

²³⁵ MAUCH, 2004.

²³⁶ FOUCAULT, 2003, p. 81.

²³⁷ Ibid, p. 85.

²³⁸ CANCELLI, 2001, p. 39.

²³⁹ MAUCH, 2004.

ser”. Mas não se pode estabelecer sobre uma norma se ela é verdadeira ou falsa. O critério que se utiliza para estabelecer se uma prescrição é aproveitada ou rejeitada é a sua validade. Um discurso normativo é válido quando formulado por uma autoridade reconhecida ou legitimada, ou quando esta de acordo com um determinado valor socialmente aceito.²⁴⁰

No que se refere aos processos de infanticídio, o discurso elaborado pelas autoridades jurídicas foi legitimado e também esteve de acordo com valores socialmente aceitos, visto que entre os crimes contra os costumes, encontram-se o estupro, a sedução, o infanticídio. Foi na procura por desvendar os criminosos e os crimes, que a estatística, a psiquiatria e a medicina se juntaram a esfera jurídica, com o objetivo de tornar o saber jurídico uma verdade incontestável. Foi na busca por esta “verdade incontestável”, que o saber médico legal tinha o intuito de instrumentalizar a polícia e o judiciário, além de possibilitar-lhe um aparato técnico-científico.²⁴¹

Como apontado anteriormente, de uma forma não linear e específica em cada território, houve na passagem do século XIX para o XX, a formação de um campo de saber sobre o corpo feminino e suas doenças. A ginecologia como

ciência da mulher, racionalizou ideias a respeito da natureza feminina ao transformar o corpo num objeto analisável, mensurável e sujeito as mais diferentes práticas e objetivações. Como medicina da mulher, ginecologia e obstetrícia concluíram o projeto de naturalização das diferenças sexuais que vinha sendo elaborado desde o século XVIII ao encerrar a mulher no seu corpo, justificando a necessidade de um campo de saber, de uma nova ciência que estabelece a verdade sobre a alteridade feminina.²⁴²

O desenvolvimento de uma ciência destinada às mulheres conferiu a Medicina um controle sobre esses corpos e, de certa forma,

²⁴⁰ MAUCH, 2004, p. 64.

²⁴¹ CANCELLI, 2001

²⁴² MARTINS, 2004, p. 135.

sobre sua sexualidade. Nesse sentido, Pedro, utilizando as ideias de Foucault, afirma:

O corpo feminino, analisado, qualificado e desqualificado, foi, [...], colocado em comunicação orgânica com o corpo social, com o espaço familiar e com a vida das crianças. Este “elo”, que se procurou estabelecer entre o corpo feminino e o corpo social, dizia respeito a um projeto médico, mas, sobretudo, político de administrar o sexo e a fecundidade.²⁴³

Este projeto médico e político foi também pedagógico, com a finalidade de regradar a população, normatizando e disciplinando as práticas sociais, principalmente as relacionadas a sexualidade. Este saber se constitui como um saber/poder, que procurou produzir e determinar a verdade. Foucault nos fala que “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade”.²⁴⁴

Essas considerações acerca do poder podem ser pensadas também em relação a verdade que se procura nos processos crimes de infanticídio, pois ela é o objetivo dos interrogatórios das rés e testemunhas, assim como exames e laudos. Foucault nos fala ainda, que:

Para caracterizar não o seu mecanismo mas sua intensidade, poderia dizer que somos obrigados a confessar a verdade ou a encontrá-la. [...]. Estamos submetidos a verdade também no sentido de que ela é lei e produz, ao menos em parte, efeitos do poder. Afinal, somos julgados, condenados e obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou de morrer em função de discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder.²⁴⁵

A busca pela verdade nos processos crimes de infanticídio teve o corpo das mulheres como um de seus alvos. Através de sua investigação

²⁴³ FOUCAULT, 2003, p. 120.

²⁴⁴ Id, 1979, p. 180.

²⁴⁵ Idem, *ibidem*.

poderia ser comprovada a gestação, indo contra a um possível falso depoimento da ré.

Além da obstetrícia e da ginecologia, a Medicina Legal também “teve no corpo feminino um dos seus objetos privilegiados, especialmente no que se refere a sexualidade, ao tratar assuntos como estupro, defloramento, aborto, infanticídio”.²⁴⁶ O saber médico legal conferia a cientificidade ao parecer jurídico, seria um olhar autorizado embasando os desfechos dos crimes, criminalizando ou absolvendo as mulheres acusadas de condutas desviantes.

A cientificidade acerca da medicina da mulher deveria ser desenvolvida, também pela necessidade do diagnóstico correto de gravidez, a elaboração de laudos periciais necessitava deste desenvolvimento, o que implicava questões morais e sociais.²⁴⁷

O Positivismo, presente no ideário político do Rio Grande do Sul, reforçou a imagem da mulher como destinada a maternidade, reserva moral da sociedade. Ele intensificou preceitos já existente no discurso dos médicos, juristas, da elite brasileira, desconsiderou a subjetividade e singularidade das mulheres.

Este sistema de ideias apresentou uma diferenciação em relação a prática da Medicina no Rio Grande do Sul, assim como em relação ao estabelecimento de medidas de saúde para a população deste território, mas a Medicina integrou-se ao judiciário, atuando de forma a legitimar cientificamente este saber, buscando uma verdade inscrita nos corpos, emitindo seus pareceres como um saber oficial.

Considerando que a Medicina passou a integrar o judiciário no país, principalmente a partir de 1907, que o Código Penal de 1890, defendia a necessidade da elaboração dos laudos científicos, e paralelo a isso havia o preceito da liberdade profissional no Rio Grande do Sul, veremos a seguir, como se deram os exames de corpo de delito e parto suposto nas rés, assim como a elaboração do exame cadavérico nos recém-nascidos, procurando identificar que tipo de profissional o realizava, e como a prova técnica, a verdade científica, colaborava para a absolvição ou condenação das rés.

²⁴⁶ MARTINS, 2004, p. 184.

²⁴⁷ Ibid.

2.2 MARCAS DO CRIME: CORPO DAS RÉS E EXAME CADAVERÍCO NOS PROCESSOS DE INFANTICÍDIO

No ano de 1910, na cidade de Santa Maria, a ré Josephina²⁴⁸ negava ao Delegado que havia tido um filho. Dizia ignorar o fato, que não havia matado um recém-nascido, mas reconhecia ter tido relações sexuais com seu noivo Honorino, falecido. Frente à negação do ato, o representante da Justiça, determinou que fosse realizado o exame de corpo de delito na acusada para confirmar a suspeita, respondendo aos seguintes quesitos: 1) Se a paciente estava grávida ou não; 2) Se realmente esteve e pario; 3) Se a criança nasceu de tempo, ou de que idade.

E assim, contatou-se que:

Que procedendo a exame médico legal em Josephina, natural deste estado, com 22 anos de idade, de cor branca, notando o seguinte: a vulva estava aberta, a vagina dilatada, o colo do útero entreaberto, e as paredes flácidas e relaxadas. Além disso, notei um corrimento local. Pelo que declara Josephina apresenta todos os sinais de um parto recente, e que responde aos quesitos da seguinte forma: ao 1º não; ao 2º sim; ao 3º que nasceu a tempo, em vista do cadáver da criança, que ali fora exumada, que mostra que chegou ao terceiro normal da gestação, [...] e que a paciente nega a maternidade.

As respostas foram buscadas no corpo da ré pelo perito “doutor Alfredo Torres”. Este que segundo consta, residia em Santa Maria, e havia estudado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, se tornando médico-cirurgião.²⁴⁹

Têm-se assim o saber médico legal atuando como um meio para alcançar a verdade, no caso, inscrita no corpo. Ficou comprovado cientificamente que Josephina havia tido um filho por entre aqueles dias.

²⁴⁸ Processo nº 01, Cx.: 01, de 1910. Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Maria. Ré: Josephina.

²⁴⁹ Biografia do médico Alfredo Torres. Museu da História da Medicina do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.muham.org.br/index.php?formulario=biografias&metodo=4&i d=0&submenu=4>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

Pedro afirma que os exames “revelam a contribuição do conhecimento científico para a criminalização da mulher; mapeando e descrevendo lugares íntimos no corpo feminino, os médicos legitimavam as ações dos juízes”.²⁵⁰

A Medicina agia com perícia nos processos, colaborando com o judiciário; o conhecimento sobre o corpo feminino passou a ser objeto do saber masculino e oficial, e foi nesse sentido que Josephina teve suas entranhas investigadas, através do Exame de Parto Suposto.

É interessante pensar que se para a mulher que cometeu o crime de infanticídio, não ser mais virgem e ser mãe solteira significava uma vergonha, uma desonra, ter seu corpo observado e vasculhado pelos representantes da lei, deveria ser algo extremamente violento. Devido ao fato, de terem cometido infanticídio, seu corpo parecia não mais lhe pertencer, era objeto do poder judiciário e médico, ultrapassando sua intimidade e pertencimento de si. Era alvo do poder em busca da verdade. Além do que, antes mesmo de se verem no rol dos acusados como réis, já tinham o corpo analisado, por um olhar leigo, das pessoas de suas relações cotidianas, que vigiavam as formas que ele tomava, e esperavam o resultado de sua transformação – o filho.

Junto ao exame realizado no corpo da ré, os processos contavam com a presença do exame cadavérico realizado no corpo do recém-nascido. Este exame está presente em praticamente todas as fontes analisadas, e nem todas contam com o exame realizado na ré. Havia uma maior frequência da realização daquele exame, ainda mais que algumas réis confessavam o crime, o que poderia excluir a investigação no corpo da criminosa.

A análise no corpo do infante servia para responder primeiramente ao quesito 3º citado anteriormente, e no caso do filho de Josephina o perito concluiu: “nasceu de tempo; em vista do cadáver da criança recém-nascida que ali fora exumada, que mostra ter chegado ao terceiro normal da gestação, bem desenvolvida, perfeita e que a paciente nega a maternidade”.

O médico realizou os exames na casa da acusada, para onde se deslocou em companhia do Delegado e do escrivão. Lá exumou o cadáver da criança, que estava envolto em roupas velhas, enterrado debaixo do assoalho do quarto de dormir de Josephina. Após isso, a ré não mais negou o parto. Porém, afirmou que seu filho havia nascido sem vida. Assim, o perito realizou o exame externo do cadáver, e após

²⁵⁰ PEDRO et. al., 2003, p. 129.

retirou-lhe os órgãos da cavidade torácica, para realizar a autópsia com a finalidade de responder os seguintes quesitos:

- 1º Se houve morte;
- 2º Quantos dias tinha o recém-nascido;
- 3º Se a morte foi ocasionada por meios diretos e ativos;
- 4º Se a morte foi ocasionada pela recusa dos cuidados necessários à manutenção da vida e a impedir a morte.

A partir desses quesitos, o perito investigou o corpo e as entranhas do recém-nascido, com o intuito de encontrar as respostas, declarando que:

Examinando o cadáver de uma criança recém-nascida do sexo masculino, filha de Josephina e chegada ao terceiro normal da gestação, verifiquei ser ela bem desenvolvida, perfeita, em excelentes condições de viabilidade e medindo cerca de 50 cm de comprimento. Achava-se no começo de putrefação, o que leva a crer ter sido enterrada a poucos dias. Não existe sobre as mais diversas partes do corpo sinal algum de violência. Terminando este exame procedi a autópsia, retirando logo os órgãos da cavidade torácica. Notei que os pulmões apresentavam uma coloração vermelha azulada, tem uma consistência elástica e crepitam sob a pressão digital. A superficialidade dos pulmões está coberta de pequenas vesículas. Para verificar a densidade dos pulmões, pratiquei a *docimásia hidrostática pulmonar*.

Este exame, à que foi submetido os pulmões do recém-nascido, era importante para determinar se ele havia nascido com vida ou não. Poderia comprovar cientificamente que sua morte não havia sido causada de forma natural, mas provocada, ou os cuidados com sua sobrevivência teriam sido negligenciados. Algumas vezes, como neste caso, o corpo da criança não apresentava sinais de violência, e o exame poderia ser definitivo.

Faria afirma que havia um debate sobre a respiração da criança, e que o infanticídio gerava uma questão: saber se o crime pode ser

perpetrado em infante que não respirou. O autor relata que o exame citado anteriormente determinaria se a criança havia respirado, por isso os peritos deveriam ser extremamente cuidadosos com o diagnóstico. Faria segue dizendo que talvez fosse possível viver algum tempo sem respirar logo que a criança sai do ventre materno.²⁵¹

Além do exame de *docimásia hidrostática pulmonar*, era preciso analisar o corpo do infante, pois as marcas poderiam determinar a intenção de matar. No corpo estariam as marcas de violência que acusariam se houve a vontade de matar. Faria aponta que

a intenção positiva de matar, o *animus necandi*, é condição essencial para a existência do crime de infanticídio.

O infanticídio divide-se em duas espécies: por comissão ou por omissão, subordinados, porém a constatação da vontade criminoso,

O primeiro verifica-se quando a morte é o resultado de violência; o segundo por consequência do erro, da negligência, da falta de cuidados e da imprudência.²⁵²

No caso do cadáver do filho de Josephina, não foram encontrados sinais de violência, o que caracterizaria a morte por “omissão”. Porém, o pulmão sobrenadou quando submetido ao exame, que consistia em colocá-lo em um recipiente com água, e caso ele flutuasse, verificava-se que a criança havia respirado.

No caso da ré Etelvina,²⁵³ aquela que tinha medo de seu pai Déllor, que foi acusada de infanticídio no ano de 1891, na cidade de Rio Pardo, o caso mais antigo que dispomos, não foi realizado exame no corpo da ré, mas o corpo do infante, que estava enterrado debaixo do arco de um forno, foi exumado.

A perícia foi realizada pelo dentista Frederico Germano Gotsche e pelo profissional João Mosmann. Neste processo não há detalhes se foi realizado o exame de *docimásia hidrostática pulmonar*. As perguntas elaboradas para o inquérito da exumação foram as mesmas do processo anterior, e os peritos afirmaram que se tratava de um recém-nascido, que

²⁵¹ FARIA, 1929.

²⁵² Ibid.

²⁵³ Processo Cx.: 358 M: 05, de 1891. Cartório de Processos Cível e Crime de Rio Pardo. Ré: Etelvina.

houve a morte, mas não sabiam identificar se havia nascido com ou sem vida, a causa da morte lhes era ignorada.

Uma das testemunhas afirmou que assistiu a exumação, e percebeu que o cadáver estava amassado devido ao peso dos tijolos que se encontravam em cima da sepultura. É possível que tenha sido mais difícil avaliar se o ferimento havia causado a morte do infante.

Dentre as quatro rés da capital, apenas uma não teve o corpo de seu filho e o seu investigado, este foi o caso de Veneranda,²⁵⁴ aquela que havia engravidado em 1903 do seu noivo João de Deus. A ré estava internada na enfermaria da Casa de Correção de Porto Alegre, devido seu estado delicado de saúde após o parto.

Desde o ano de 1909 havia sido implantado o Instituto Anatômico, no Hospital Santa Casa de Misericórdia. O Instituto era vinculado à Faculdade de Medicina de Porto Alegre, havendo aulas de anatomia e medicina legal. Assim, quando o filho de Djanira²⁵⁵ – aquela cujo filho era fruto de uma relação com o filho de sua patroa – foi encontrado abandonado no pátio do prédio de seus patrões, o levaram para o necrotério da Santa Casa, objetivando a realização dos exames necessários. Os peritos concluíram que “encontraram um recém-nascido do sexo feminino, completamente constituído; sem lesões externas e com o cordão umbilical dilacerado [...], os pulmões foram retirados da cavidade torácica e submetidos à prova *docimásia hidrostática*, verificou-se que as vísceras flutuavam”. Concluíram que havia ocorrido a morte, que a criança viveu algumas horas, e morreu por ter ficado exposto ao relento durante a madrugada. A morte teria sido causada pela recusa dos cuidados necessários à manutenção da vida.

Djanira estava internada na enfermaria da Casa de Correção, seu estado de saúde estava alterado devido ao parto, e lá os peritos realizaram exames em seu corpo, e constatarem dilatações e alterações. Seus seios também denunciavam o parto recente, havia neles o leite colostro.

Como o corpo do filho da Leocádia, foi encontrado na Praia de Bellas, em Porto Alegre, a necropsia realizada na Santa Casa, objetivava identificar se ela era a mãe, para isso teria que responder os quesitos: “1º se a mulher esteve grávida ou não; 2º se realmente esteve e pariu; 3º se o

²⁵⁴ Processo sem referência, de 1903. Cartório de Processos Cível e Crime de Porto Alegre. Ré: Veneranda.

²⁵⁵ Processo M: 119-C2, Cx.: 2016, de 1919. Cartório de Processos Cível e Crime de Porto Alegre. Ré: Djanira.

parto foi a termo; 4º se o feto encontrado na Praia de Bellas, e autopsiado no necrotério da Santa Casa, [...] é ou parece ser o próprio da parturiente”.

Os peritos após o exame afirmaram que:

1º não; 2º sim, esteve e pariu; 3º sim, o parto foi a termo; 4º sim, é ou parece ser da parturiente atendendo a que de um lado o feto pela existência do cordão umbilical que, o que demonstra menos de sete dias de vida extrauterina, cor branca, igual a da paciente e o estado de completo desenvolvimento, estão de acordo com o desaparecimento do filho da paciente, tendo esta sinais de parto a termo e recente, datando de mais ou menos dez dias.

Não havia no corpo da criança sinais de violência, que morreu devido ao abandono na praia.

Em outro processo deste mesmo ano, também foram realizados os exames necessários para saber se a criança havia vivido ou não. Seus pulmões vieram à tona, e constatou-se que Leopoldina²⁵⁶ havia estrangulado o filho recém-nascido.

Todas as rés do ano de 1919 foram examinadas pelos médicos João Pitta Pinheiro Filho e Jacintho Godoy Gomes, que nos autos constam como médicos legistas da polícia. Este último, tinha como especialidade a psiquiatria, havia iniciado seus estudos na Faculdade de Medicina de Porto Alegre no ano de 1904, e sob a influencia do professor Pitta Pinheiro, interessou-se por Medicina Legal. Trabalhando na Chefatura de Polícia de 1913 até 1924.²⁵⁷

Nos processos de Porto Alegre, identificamos a presença de médicos atuando na investigação, não constatamos a presença de profissionais de outras áreas, como ocorria no interior do estado, neste mesmo período.

²⁵⁶ Processo M: 119-C2, Cx.: 2020, de 1919. Cartório de Processos Cível e Crime de Porto Alegre. Ré: Leopoldina.

²⁵⁷ Biografia profissional de Jacinto Godoy Gomes. Disponível em: <<http://www.academiademedicinars.com.br/curriculo-detah.php?idcurriculo=16>>. Acesso 11. Fev. 2014.

Em Lajeado, quando em 1917, Augusta²⁵⁸ que havia tido um filho com o irmão de seu falecido marido, teve seu corpo examinado por outra mulher. O Delegado no relatório determinou: “nomeio a parteira oficial D. Antonia Bertolini para servir de perito”.

O exame de parto suposto foi realizado na própria casa da ré, a parteira ou perita, como se referem a ela nos autos, foi levada até lá pelo Delegado, que a deixou às sós com Antonia em um quarto da casa. A perita frente à recusa da suspeita, não conseguiu realizar os exames, e informou isso para a autoridade, que avisou a Augusta que caso ela continua-se a negar deixar-se examinar, sofreria a pena de ser presa. Após a realização do exame, o Auto de Corpo de Delito foi descrito da seguinte forma:

Procedido em Augusta pela parteira profissional Augusta Bertolini.

Encontrou os grande e pequenos lábios inchados, vagina e canal vulvular com forte febre, formando os ditos membros uma circunferência do canal com todos os sinais de um parto. [?] deve ter ocorrido entre 4 e 5 dias.

Em relação ao exame no recém-nascido, o Delegado nomeou “os cidadãos Felipe Roth e João Wignatto para servirem de perito”. No processo não é especificado as especialidades destes homens, mas eles determinaram que a criança era do sexo masculino, estava com o crânio quebrado e com uma marca roxa no pescoço. Com o desenrolar dos autos do processo, percebe-se que isto poderia estar associado ao fato de Augusta tentar bater na criança com um pau, quando ela ainda estava em seu ventre.

Dezessete anos antes, Maria Thereza²⁵⁹ tinha sido ré de um processo de infanticídio nesta mesma cidade, porém foi chamado o “médico profissional” perito Francisco Emílio Thierck, que não detalhou o exame que realizou na mulher, apenas dizendo que ela havia dado à luz há poucos dias, e seu estado de saúde era regular. Em relação ao corpo do recém-nascido, este profissional também não detalhou o

²⁵⁸ Processo M: 49, Est.: 150-A2, de 1916 a 1917. Cartório de Processos Cível e Crime de Lajeado. Ré: Augusta.

²⁵⁹ Processo M: 34, Est.: 150-A4, de 1900 a 1913. Cartório de Processos Cível e Crime de Lajeado. Ré: Maria Thereza.

exame, mas afirmou que a causa da morte havia sido o ataque de um cão, quando a ré o deixou no potreiro do sítio em que estava hospedada.

Maria Thereza não alegou loucura no momento do crime de uma forma clara, mas em um momento, durante o depoimento, afirmou que enquanto “correu louca, privada de toda a razão, enquanto tinha a memória de tudo que havia lhe acontecido, de sua desgraça”.

Porém essa palavra “louca” não foi utilizada por seu advogado de defesa, que poderia alegar, como em processos analisados por outros pesquisadores, que a ré estava privada dos sentidos no momento do crime, configurando insanidade mental, o que era um atenuante da pena.

Na cidade de Santa Cruz, onde ocorreram três crimes de infanticídio, um em 1903 e dois no ano seguinte. A ré Ida²⁶⁰ teve o filho no ano de 1904, e o Delegado foi até a residência da suspeita acompanhado de uma parteira, D. Elvira Zim, que procederia exame no recém-nascido. Porém, a criança apresentava muitas lesões na cabeça, e a autoridade ordenou que o cadáver fosse encaminhado para a cidade de Santa Cruz, visto que a ré morava em um distrito do município, para que fosse examinado por peritos profissionais, o que não havia naquela localidade.

O corpo da ré não foi examinado, talvez porque não havia negação do parto, todos sabiam que Ida havia tido um filho, tanto que desejavam fazer o registro do óbito. Talvez isso fosse uma tentativa de esconder o possível ato criminoso, sendo que omissão de cadáver ou de nascimento também era crime.

Apesar de longo, o Auto de Exame Cadavérico foi o mais detalhado dentre todos os processos analisados. O cadáver do filho de Ida foi levado para a cadeia civil de Santa Cruz, e lá os peritos Guilherme Müller e Adolfo Evers, farmacêuticos, realizaram autópsia e concluíram que:

encontraram o cadáver de uma criança recém nascida, do sexo feminino, tendo o comprimento de (?), com peso de três kilogrammas, bem formado e regularmente nutrido: O (?) adiposus (subcutis) é regular, os músculos bem desenvolvidos; 2º cútis branca, [...] nas costas várias manchas irregulares de hemorragias; 3º as juntas não são duras, são movediças; 4º não se

²⁶⁰ Processo [s.n], M: 47, Est.: 152-F5, de 1902 a 1905. Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Cruz. Ré: Ida.

nota mal cheiro; 5º cabeça tem forma oval, cabellos são ruivos e tem três centímetros de comprimento. Os ossos são movediços [...]. 6º foram encontrados os seguintes ferimentos: uma contusão na região frontal, quatro no centro, duas na região (?). 7º o diâmetro longitudinal da cabeça tem três centímetros, o diâmetro transversal onze centímetros, o diâmetro diagonal quatro centímetros. A circunferência mede 34 centímetros. 8º olhos bem fechados, pálpebras bem desenvolvidas [...]. 9º o catilogo do nariz é duro; corpos estranhos não se encontram no nariz; 10º a boca se acha fechada; corpos estranhos não se acham nem na boca nem na laringe; 11º orelhas são regulares, não contem corpos estranhos; 12º o collum é proporcional, não demonstra deformação; 13ª o pectus et abdômen não mostra (?). 14º o abdômen ainda tem um resto de corda umbilicalis de 17 centímetros de extensão, que é mole e torcido, sem ligadura. 15º os lábios maiores das partes sexuais são fechados e cobrem completamente as nymphas, sem poder avistar o clitóris. 16º [...].

Os peritos ao abrirem a cavidade torácica identificaram os pulmões e o coração com tamanhos normais. Os pulmões não afundaram com o exame de *docimásia hidrostática*. Ao abrirem o crânio do cadáver recém-nascido, identificaram que havia sofrido lesões, pois havia sangue preto e infiltração do perióstio do crânio. Deste modo, concluíram que a criança havia sido assassinada, por um instrumento contundente, através de meios diretos e ativos.

Esta descrição detalhada nos faz pensar em como o saber científico procurava no corpo do infante as causas do crime. Suas entranhas são vasculhadas, identificadas, mensuradas. O sangue foi analisado, ainda que não de forma laboratorial, como seria no futuro, mas de forma eficiente, procurando determinar se a morte era por causa natural ou provocada.

No ano seguinte, Emma²⁶¹ respondeu processo, acusada de ter cometido o mesmo ato criminoso. Emma era a jovem que havia tido

²⁶¹ Processo M: 47, Est.: 152-F5, de 1902 a 1905. Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Cruz. Ré: Emma.

relações sexuais com dois homens negros, que trabalhavam na casa de seus avós. O Delegado foi até sua casa, acompanhado do já citado farmacêutico Adolpho Evers, que afirmou ter examinado o cadáver do recém-nascido, encontrado em ossos e com a carne em completo estado de putrefação, nascido há aproximadamente 30 dias, prematuramente entre o sétimo ou oitavo mês.

Se estes processos contaram com o exame de um profissional, no caso algum homem vinculado a uma profissão considerada científica, no caso destes últimos, o corpo da ré não foi analisado; temos então um cenário diferente no processo de Carolina, desta mesma cidade e ano.

Carolina²⁶² negava que havia tido um parto, e devido a isso o Delegado mandou que ela fosse presa para que se realizassem os exames cabíveis. Junto com ela, foi detida também sua irmã, Amália. Duas parteiras profissionais, Juliana Beming e Lambertina Schreine, deveriam realizar o exame, para identificar se elas haviam dado à luz e se estiveram ou estavam grávidas. Porém, no momento em que seriam levadas para a cadeia civil, decidiram contar a verdade, que Carolina esteve grávida, mas a criança nasceu morta. Porém, o exame cadavérico, realizado por Adolfo Evers, constatou asfixia.

É interessante apontar que a parteira Juliana Beninger também foi testemunha neste processo. Ela contava com 39 anos de idade, casada e era de nacionalidade alemã. Seu depoimento nos suscita reflexões:

Que quando Carolina tinha mais ou menos quatro meses de gravidez, foi a casa dela testemunha, em companhia de sua mãe, e ambas declararam que estava Carolina sofrendo há seis meses mais ou menos de suspensão; que Carolina estava sendo caluniada, pois diziam que ela estava grávida.

Aqui percebemos a busca por parte da ré de um saber em que poderia confiar, para que seu problema fosse resolvido. Nota-se ainda que sua reputação, sua honra estava posta em jogo, pois era de voz corrente que Carolina havia engravidado.

Juliana seguiu contando: “ao examinar Carolina, ela disse que reconhecia que ela tinha tido relações amorosas com outros homens, e que Carolina foi mal criada com ela, e Juliana mandou que ela procurasse um médico”.

²⁶² Processo M: 47, Est.: 152-F5, de 1902 a 1905. Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Cruz. Ré: Carolina.

A ré quando procurou por Juliana, possivelmente não tinha certeza de seu estado de gestante, e pode ter sido surpreendida com a análise da parteira, de que ela havia tido relações sexuais, devido talvez, a análise se seu canal vaginal e uterino. Carolina se ofendeu com as constatações, sendo “mal educada” com Juliana, e foi mandada embora. Mas a parteira sugeriu que ela consultasse outro profissional, no caso em um médico.

Para finalizar o depoimento, a parteira Juliana afirmou: “viu que Carolina estava grávida, mas não falou para elas porque Carolina foi mal criada. Que depois a convite da delegacia de polícia procedeu exame em Carolina junto sua colega, madame Schreiner”.

É importante destacar que Juliana identificou a gestação de Carolina, e também que ela tinha tido relações sexuais, reforçando o que foi dito anteriormente sobre o saber das parteiras sobre o corpo das mulheres. Mas essa passagem é importante também pelo o fato de que em alguns processos as rés afirmaram terem consultado médicos para tratarem do que consideravam ser uma doença.

O médico Leopoldo Cabral foi interrogado no processo instaurado contra Djanira, pois a patroa desta havia afirmado que este profissional havia dito que a ré estava com tuberculose, tendo lhe consultado por diversas vezes. O médico em seu depoimento declarou que era amigo da família Ferrari, para a qual Djanira trabalhava, moravam no mesmo prédio e disse “que receitou homeopatia e pílulas (?) visto ela ter prisão de ventre; ignorava que Djanira estivesse grávida e atribuíu o inchaço a uma anemia profunda, razão pela qual aconselhou-a a tomar fortificantes”.

A ré Josephina, em Santa Maria no ano de 1910, também afirmou que havia consultados dois médicos durante sua gestação, ambos não havia identificado que seu “incomodo” era o filho no ventre e não anemias, interrupção da menstruação, problemas do coração, doenças as quais alguns profissionais atribuíam os mudanças de seus corpos.

Victoria, mãe de Josephina, acusada de cumplicidade no crime, afirmou em seu depoimento que “há muitos meses faltando a menstruação a sua filha, procurou por diversas vezes os médicos Dr. Victor Teltz e Mariano da Rocha, que receitaram para sua filha, julgando que a mesma estava enferma por não ser sangrada a tanto tempo”.

Estes médicos foram intimados a depor, e assim José Mariano da Rocha disse que não sabia nada a respeito do acontecido. O Promotor Público lhe perguntou que se havia sido chamado à casa das acusadas ou

examinado a ré a pedido de sua mãe Victoria; respondendo: “que não foi chamado à casa das acusadas; que Josephina veio ao consultório, acompanhada de sua mãe Victoria e pediu que procedesse a um exame, o que efetivamente fez, nada podendo revelar por estar preso ao segredo profissional”. Mariano da Rocha disse que não sabia quanto tempo havia se passado desde a consulta, e que não informou para Josephina qual era sua doença, apenas receitou. O depoimento do médico Victor Teltz apresenta mais informações a respeito desta questão.

Dada a palavra ao Promotor Público, foi lhe perguntado o seguinte: Se não é exato que o depoente esteve há pouco tempo prestando serviços profissionais, médico, a denunciada Josephina? Respondeu que é exato que prestou serviços profissionais, médicos, a denunciada Josephina, não se lembrando do tempo exato que isso ocorreu, podendo acrescentar que já decorreu cerca de meio ano. Perguntado se não fez ciente a acusada na ocasião de ser examinada, ou mais tarde, do incomodo que sofria, ou já era de conhecimento da mesma acusada? Respondeu que tendo respondido a consulta que lhe fizeram as acusadas, dizendo tratar-se de um caso de suspensão, ele, depoente, afirmou ser o estado da acusada Josephina proveniente de cotham gástrico, do que, aliás, o depoente já havia tratado, encontrando também a paciente em estado de anemia geral, o que tudo verificou por tê-la examinado. Perguntado se o depoente não verificou que nessa ocasião já estava a depoente em estado de gravidez? Respondeu que não achou, que não tinha desconfiança.

Este aspecto dos casos Djanira e Josephina, nos faz pensar sobre a apropriação por parte do saber médico, do conhecimento acerca do corpo das mulheres. Seu saber ainda era limitado, os exames cercados de pudor pelo corpo feminino; a própria Josephina afirmou que quando consultava os médicos, fazia isso sempre usando espartilho, mas que sentia um crescimento junto ao estômago, o que ela associava a uma doença. Esta declaração de que consultava os médicos usando espartilho, nos faz pensar que durante os exames ela não o retirava para

que os profissionais pudessem examinar sua barriga, que estava se desenvolvendo escondida e apertada por esta peça de roupa.

Os dois profissionais eram conceituados pela população local. Mariano da Rocha havia se formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1898, tendo sido interno de “Psiquiatria e Moléstias Nervosas”. Retornando ao Rio Grande do Sul, se estabeleceu em Santa Maria, sendo um dos fundadores da Faculdade de Farmácia. Fez diversos estudos e trabalhou em clínicas na Europa, lá morando entre 1904 e 1906.²⁶³

O outro médico, Victor Teltz era natural da Alemanha, havia imigrado para o Brasil em 1896, se estabelecendo em Santa Maria, aonde clinicava e realizava partos, tratando também de “moléstias sifilíticas e das vias urinárias”.²⁶⁴

Os dois médicos não identificaram a gestação, apesar do conhecimento científico; o que difere do conteúdo do depoimento da parteira Juliana, do processo de Carolina, que afirmou que reconheceu que a jovem estava grávida de aproximadamente quatro meses, sendo que também realizou exames ginecológicos, constatando que ela havia tido relações sexuais.

Josephina afirmava que desconhecia estar grávida, mesmo tendo tido relações com seu noivo, Honorino, e sua afirmação poderia encontrar respaldo, pois se os médicos a quem consultou não identificaram a gestação, mesmo com todo o poder e conhecimento que a ciência presumia ter, por que ela, enquanto mulher, pobre, trabalhadora, sem conhecimento científico, teria reconhecido seu estado de gestante? Se a ciência, representada por aqueles dois homens, havia falhado, seus argumentos poderiam fazer sentido.

As parteiras eram presença constante no cotidiano feminino, e nos processos isso se evidencia, tanto que Victoria, mãe da ré Josephina afirmou que “se soubesse que a filha estava grávida, viria uma parteira para assisti-la”. Nesse sentido, pode-se pensar na afirmativa de Weber

²⁶³ Sobre a trajetória profissional de Mariano da Rocha ver: <http://www.academiademedicinars.com.br/curriculo-detelhe.php?idcurriculo=130>. Acesso em 11 de Fev. 2014.

²⁶⁴ VENDRAME, Maria Inês. Reflexões sobre a honra e *vendetta* entre imigrantes italianos no sul do Brasil: o caso da morte do padre Antônio Sório (1900). **Revista Latino-Americana**. vol. 1., nº2., Fev. de 2012.

Disponível em: <http://projeto.unisinus.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/53/37>>. Acessos em 05 Jan. 2013.

de que devido à liberdade profissional presente no Rio Grande do Sul, “o saber médico não havia conquistado o status de cura majoritária sobre as demais. Conviviam diversas práticas, inclusive muitas consideradas melhores pelos seus usuários do que as práticas científicas”.²⁶⁵

As parteiras se faziam presentes também no judiciário, realizando exames no corpo das rés, espaço que seria por excelência do campo científico, médico. Elas efetuavam exames e os detalhavam cuidadosamente, como fez a parteira Elvira Zim, com o corpo da ré Ida, em 1904.

Nos processos em que as parteiras atuaram junto ao judiciário, foram chamadas de “perita profissional”, não sabemos se esse “profissional” estava vinculado ao seu saber popular sobre o corpo das mulheres, ou seria devido ao Curso de Parto iniciado em 1897, anterior a Faculdade de Medicina de Porto Alegre.

A criação desse curso se deu, entre outras razões, como uma forma dos médicos do Rio Grande do Sul buscarem a legitimação de seu saberes,²⁶⁶ visto que a liberdade profissional gerava conflitos entre os diplomados e os práticos.

Jardim nos fala que com a criação do Curso de Partos,

iniciou-se o processo de captura das parteiras e de seus saberes. Por um lado, os conhecimentos empíricos foram sendo substituídos por um conhecimento diplomado, oficial, a medicina e o Estado passavam a ter pleno controle sobre quem exercia a profissão de parteira e também sobre o que cada parteira sabia. A medicina determinava quem sabia e o que sabia. Por outro, as mulheres principiavam a entrar no templo do moderno saber médico, enquanto sujeitos e objetos do conhecimento.²⁶⁷

É possível que as parteiras que agiam junto ao judiciário estivessem não somente inscritas na Diretoria de Higiene do Rio Grande do Sul, mas que também fossem diplomadas por este curso de partejar.

²⁶⁵ WEBER, 1999, p. 88.

²⁶⁶ JARDIM, 1999.

²⁶⁷ Ibid, p. 03.

Porém, no processo mais antigo que tivemos acesso, que data de 1891, aquele curso ainda não havia sido criado, e o crime ocorreu no interior do estado, na cidade de Rio Pardo, dois dentistas foram encarregados da perícia. Esta, que não foi realizada no corpo da ré Etelvina, mas somente no do infante morto.

O auto de exumação deveria responder os mesmos quesitos presente em processos posteriores, mas as respostas foram limitadas “houve morte; era recém-nascido, mas não sabiam se havia vivido ou não; a causa que produziu a morte é ignorada”. Provavelmente não realizaram exames detalhados, como o de *docimásia hidrostática*.

Em 1897, Eulália²⁶⁸ que teve um filho na cidade de Pelotas, não teve seu corpo analisado, mas o de seu filho sim. O exame cadavérico foi realizado por dois médicos, “profissionais doutores”, que afirmaram que a criança nasceu viva, e foi morta devido à compressão da massa encefálica.

A busca pela verdade através dos exames estava presente nos processos que datam do final do século XX, mesmo que não fossem muito específicos e detalhados, os quesitos a serem respondidos já eram elaborados e o exame pericial realizado. Nesses processos, os exames foram realizados com maior frequência no corpo do recém-nascido do que no da ré.

Deste modo percebe-se a atuação dos profissionais da ciência junto ao judiciário há mais tempo do que, por exemplo, na cidade de Florianópolis, onde o primeiro processo de infanticídio que as pesquisadoras tiveram acesso data do ano de 1924, e de haver o desejo das autoridades em saber como ocorreu o parto “não havia nenhum quesito a ser respondido, nenhum exame pericial foi realizado; o processo foi baseado nos depoimentos e nas testemunhas”.²⁶⁹

No processo crime do ano de 1897, há a solicitação da realização da perícia, que foi realizada por dois médicos, mas em outros processos participaram farmacêuticos, dentistas e parteiras.

O Código Penal de 1890 estipulava que “o exame de corpo de delito no feto ou neonato, e de parto suposto na acusada, eram peças obrigatórias já no inquérito policial”.²⁷⁰ A perícia deveria ser realizada por médicos, diferente do que era estabelecido no Código de Processo

²⁶⁸ Processo Cx.: 006.0355, Est.: 141-C6, de 1897. Cartório de Processos Cível e Crime de Pelotas. Ré: Eulália.

²⁶⁹ PEDRO et. al., 2003, p.128.

²⁷⁰ Ibid.

Penal do Império, “em que poderiam ser convocados médicos, cirurgiões, boticários e outros quaisquer profissionais e mestres de ofício”.²⁷¹

Porém, o que vimos no Rio Grande do Sul foi uma variedade de profissionais realizando os exames periciais, considerados fundamentais para a construção da verdade acerca de um crime. É possível que isso tenha se dado devido à liberdade profissional, garantida pela Constituição estadual de 1890. A perícia realizada por pessoas de outras formações não era questionada, mas legitimada e aceita pelas autoridades jurídicas.

Nesse sentido, procuraremos perceber como estes pareceres influenciaram na sentença final dos processos, culminando na condenação ou na absolvição. Sendo que os autos dos processos eram constituídos pela prova científica e também pela fala das testemunhas e das rés.

²⁷¹ Idem, *ibidem*.

CAPÍTULO 3

DESFECHOS: A MORALIDADE QUE SALVA A VERGONHA OU A HONRA QUE CONDENA

É preciso que se tenha em mente que nem sempre o produto final dos inquéritos judiciais está muito longe da realidade que lhe deu origem. Logo, nada impede que se utilize das contradições existentes nos autos como forma de acessar diferentes interpretações.²⁷²

A partir desta citação, vamos analisar os desfechos dos processos crimes de infanticídio, em que mulheres estiveram diante de um aparato policial e judicial masculino, com seus corpos expostos e sua moralidade julgada. Muitas em seus depoimentos mostraram a tentativa de enquadramento nas condutas idealizadas para o feminino e idealizadas pelo masculino.

Seus corpos foram objetos de análise, carregavam as marcas e as provas de um crime. Eram os indícios de que um parto teria ocorrido. Mas as marcas do crime iam além dos corpos, atingiam a moralidade das mulheres. Logo, o infanticídio era um crime moral. Nesse sentido, o Artigo 298 do Código Penal do Brasil do ano de 1890, que definia o que seria considerado infanticídio e a pena para tal crime, contava com um parágrafo único: “Si o crime for perpetrado pela mãe, para occultar sua deshonra propria: Pena – de prisão celllular por tres a nove annos”.²⁷³

Foram analisados aqui diversos processos que trazem o mesmo ato criminoso, em que as réas apresentam características muito próximas: solteiras, jovem com menos de 25 anos de idade, pobres. Porém, temos sentenças que se diferem, baseadas nas interpretações que os homens da lei fizeram a respeito de suas condutas e corpos.

Conforme o parecer do médico legista que procedeu a autópsia no cadáver do recém-nascido filho de Josephina, a criança havia nascido com vida, porém seu corpo não apresentava sinais de violência, logo a ciência não poderia determinar o que havia causado sua morte. Mesmo que seus pulmões tenham flutuado, comprovando que ele havia respirado. A ré durante todo o processo, assim como sua mãe Victoria, afirmou que o recém-nascido nasceu sem vida, que não o mataram, somente o esconderam numa tentativa de salvar a honra de Josephina.

²⁷² WITTER, 2010, p. 277.

²⁷³ FARIA, 1929.

A ré, conforme o depoimento das testemunhas, apresentava uma boa conduta, era honesta e se esforçava em seu trabalho de costura. O mesmo era válido para Victoria.

Segundo a testemunha Paulina, que estava na casa das acusadas no momento do parto, os antecedentes das acusadas eram bons. Quando ela faz esta afirmativa, declarava-se amiga destas mulheres, porém, ao dizer-se inimiga das rés, ela abriu margem para a defesa agir. Neste momento, Josephina e Victoria, eram defendidas pelo advogado José Joaquim de Andrade Neves Neto – que era membro do PRR e atuara como Promotor Público em Porto Alegre, no final do século XIX e início do XX.²⁷⁴ Em um dos interrogatórios, Achylles, uma das testemunhas de defesa deste processo, ao ser perguntado sobre os antecedentes e modo de vida das acusadas, respondeu que:

[...] vizinho que é de ambos pode informar que são de boa conduta e muito trabalhadoras, sendo certo que Josephina em trabalho de costureira vai até altas horas da noite; que ele, depoente, jamais ouviu qualquer referência desfavorável as denunciadas, as quais sempre gozaram do melhor conceito entre as famílias da vizinhança.

Nesta fala, nota-se que as mulheres envolvidas neste crime de infanticídio eram trabalhadoras, fato que se justificava devido às condições econômicas as quais elas estavam inseridas. Ao entrarem madrugada à dentro com o trabalho de costura, provava-se que mesmo estas mulheres tendo que trabalhar, o que contrariava a ideia de que a mulher deveria exercer unicamente a maternidade, elas praticavam um trabalho honesto, dentro do ambiente domiciliar, onde provavelmente, poderiam unir os afazeres domésticos com a atividade remunerada.

Nesse mesmo sentido, Atílio, outra testemunha deste processo, colaborou para com a premissa de que Victoria e Josephina eram mulheres honestas, pois ao ser interrogado pelo advogado das acusadas, respondeu que as conhecia há 12 anos,

[...] que são pessoas de boa conduta, muito consideradas em toda a vizinhança, e pode confirmar através da palavra do Dr. Severiano de Almeida, que quando moravam na colônia

²⁷⁴ AREND, 2001.

Jaguari, onde veio a falecer o marido da denunciada Victoria, lá também era muito estimada, por suas boas qualidades. Diz ainda que as denunciadas moraram cerca de um ano e meio em casa de depoente onde sua conduta sempre foi a mesma. Perguntado, como vizinho que é da dona Paulina, pode dizer se o conceito de que esta goza é igual aquele que gozam as denunciadas presentes? Respondeu que para ele, depoente, as denunciadas gozam de mais conceito, para os outros, porém, ignora.

Estas palavras mostram que as rés eram pessoas respeitadas em toda a vizinhança, e em outra cidade também, pois haviam morado na então Colônia Jaguari, antes de irem residir na cidade de Santa Maria. Estes testemunhos deram sustentação à defesa que então começou a questionar a moralidade de Paulina, visto que ela era peça chave da acusação neste processo, uma vez que o parecer médico-legal não foi definitivo para a conclusão do processo. Neste sentido, com o intuito de provar que sua conduta era merecedora de menos prestígio que a das acusadas, o advogado das rés ao interrogar novamente o médico Victor Teltz, perguntou a ele se “não é verdade que Paulina foi criada do depoente, se de sua casa saiu e porque motivo foi despedida? Respondeu que sim e que foi demitida por causa da preguiça, como se diz popularmente”.

O fato de um médico respeitado na cidade de Santa Maria ter dito que a principal testemunha de acusação deste processo era preguiçosa, colaborou para a descrença das suas afirmações. Ocorreu uma desqualificação de Paulina, pois na sociedade do período já estava presente a ideia do tempo útil, no qual o pobre trabalhador era aquele que não representava o perigo social do vagabundo.²⁷⁵

Em função dos depoimentos que desqualificavam Paulina, o advogado das rés elaborou um discurso de defesa, onde encontramos, claramente, o conceito de moralidade através do trabalho, assim como o uso da ciência para provar ou não a verdade de um crime:

Victoria e Josephina são denunciadas pela Promotoria Pública, como incurças no artigo 298 do Código Penal por haverem, diz a denuncia,

²⁷⁵ MAUCH, 2004.

cometido o crime de infanticídio na pessoa de uma criança recém nascida de Josephina.

A denúncia não ficou provada em todo esse longo (?).

O próprio auto de autopsia, assinado por um médico ilustrado diz pontualmente: “não existe sobre as diversas partes do corpo sinal algum de violência”. E, mais adiante, fls. 08, respondendo a um dos quesitos propostos pelo Sr. Delegado de Polícia, atendendo a circunstância de não existirem lesões, limita-se a considerar possível que a morte tivesse sido causada por meios diretos e ativos. Logo, é o próprio auto que nada afirma, que não conclui pela existência de um delito, que de fato não existe, e pelo qual, todavia, se pretende responsabilizar as denunciadas.

Ora, se não era a certeza de um fato, se o mesmo crime é posto em dúvida, porque até a ciência vacila para dizer se ele é real, como concluir pela responsabilidade de sua autoria?

Se não sabe que tal ou qual indivíduo foi assassinado, como incriminar-se alguém como seu assassino?

Um processo penal que tanto interessa a liberdade humana, não pode se assentar sobre a base movediça de uma hipótese graciosa. É uma ilusão descansando sobre outra ilusão. É procurar a verdade, dando como certo o que é misterioso e inocente.

[...] A testemunha Paulina, a tal que ouviu “o choro de menino” não merece fé. Além da circunstância de inimizade, que invalida os seus ditos, é uma preguiçosa, segundo informa o respeitável Sr. Dr. Victor Teltz, e que por aquele defeito foi até despedida da casa do mesmo senhor.

Nós não podemos crer que (?) possa merecer crédito depondo contra uma moça pobre, que, como se vê dos autos, é digna e trabalhadora, levando suas tarefas de costura até altas horas da noite.

É confiando nisso e no espírito de justiça do excelentíssimo julgador, que esperamos que seja a

denúncia julgada improcedente e não pronunciada as denunciadas.

Santa Maria, 09 de abril de 1910

José Joaquim de Andrade Neves Netto

Com este discurso o advogado, em busca da absolvição das acusadas, ultrapassou a barreira da sexualidade para provar a honestidade das mulheres, passando a utilizar a justificativa de que mesmo sendo pobres, as duas indiciadas, eram honestas e dignas, e Josephina trabalhava até altas horas da noite como costureira. Assim, demonstra-se que além de ter cometido um grave delito contra a vida de seu filho, o infanticídio atingia também o ideal feminino construído. Porém, eram mulheres dignas que exerciam atividades honestas e preservavam-se em seus lares. O advogado, argumentava ainda, o fato de que no cadáver não havia nenhum sinal de lesão, o que dificultava o parecer médico legal sobre a causa da morte, e sendo assim, não podiam acusar estas mulheres que eram, segundo os autos, pessoas honestas. Com esta retórica, retirou-se do alvo da acusação a moralidade feminina relacionada com a virgindade e maternidade, passando para outras formas de avaliar a honestidade de um sujeito, no caso as mulheres pobres.

Devido à alegação de que Josephina e sua mãe Victoria eram dignas e da indeterminação do que causou a morte da criança, o júri absolveu estas mulheres da acusação do crime de infanticídio, decidindo que a morte havia sido causada de forma involuntária.

No processo em que foi ré Djanira – Porto Alegre, 1919 – mesmo tendo sido comprovado que a criança havia nascido com vida e que a causa da morte foi ter passado a noite exposto no pátio do prédio vizinho ao que ela morava com seus patrões, a ré alegava que a criança nasceu morta, e que escondeu seu corpo para evitar sua desonra. O advogado encarregado da defesa da ré usou o fato de que o pai da criança era o filho de sua patroa, como destaca-se a seguir: “ela havia dado à luz a uma criança morta, que resolveu jogar no pátio da vizinha para evitar o escândalo que seria, pois o pai de seu filho era o filho de sua patroa. [...] pede-se a absolvição da ré”.

Devido a este recurso, o júri deste processo julgou que ela não havia matado seu filho, e Djanira foi absolvida. Prova-se com isso, que a moralidade aqui, também transcendeu a questão da sexualidade, pois se justificou o infanticídio, com a alegação de que este ato tinham como intuito evitar o “escândalo” que poderia ser o relacionamento entre o filho da patroa e a serviçal da família.

Em outro processo da capital, Leopoldina, ano de 1919, um elemento que colaborou para a absolvição da ré, foi o tribunal do júri ter afirmado que ao ter cometido o crime ela “achava-se em estado completo de perturbação dos sentidos e da inteligência”. Visto que ela afirmou ter matado o recém-nascido amarrando uma corda em seu pescoço e estrangulando-o, objetivando ocultar sua desonra. O estado de falta de lucidez era para o saber médico, caracterizado como decorrente do período do puerpério. Porém, não foram realizados exames de sanidade em Leopoldina, mas seu advogado declarava que ela havia matado o filho para ocultar sua desonra.

Já a ré Leocádia, em 1919, fugiu da cidade antes que a sentença fosse pronunciada, temendo ser condenada por ter abandonado o recém-nascido na Praia de Bellas.

Em 1904, Emma na cidade de Santa Cruz, foi absolvida, tendo seu nome retirado do rol dos culpados. A perícia feita pelo farmacêutico Adolfo Evers, não realizou exame no corpo da mulher, somente no do infante. O advogado de defesa agiu de modo a questionar o laudo pericial. Para isto, chamou para depor Guilherme, um médico natural da Alemanha, que afirmou não ser possível saber a cor da pele de uma criança antes dos nove meses, e o recém-nascido tinha entre sete ou oito. E, “que o cadáver estava muito deteriorado, a ele é perguntado se sabe dizer se em um mês já está putrefato, ele disse que não, só se for um feto”. A partir deste depoimento, o defensor afirmou que não era possível a ré ser acusada de ter matado o filho devido à cor da pele, pois ela ainda não estaria determinada.

Os pais de Emma também estavam envolvidos na acusação, e o advogado argumentou que eles não foram cúmplices, e que não se constitui crime não denunciar a filha. Em relação a Emma, foi alegado que as mulheres brancas rejeitavam homens negros, e que seu corpo não apresentava sinais da gestação. Com estes elementos em seu discurso, o advogado conseguiu a absolvição de Emma e de seus pais.

O processo de 1897, de que foi ré Eulália, na cidade de Pelotas, apresentou o exame cadavérico no recém-nascido, o que foi realizado por médicos, ficando constatado que a morte teria sido causada pela compressão da massa encefálica, com esmagamento manual, e que anteriormente a criança havia vivido bastante, o que ficou comprovado pela dilatação das vesículas pulmonares.

Mesmo com estas constatações científicas, o juiz determinou que a ré fosse absolvida, justificando: “achei na dúvida quanto ao ponto

primordial do crime: a morte do recém-nascido por compressão da massa encefálica”.

A falta de provas foi o motivo que o juiz alegou para o arquivamento do processo da ré Conceição de Quadros, da cidade Lajeado, no ano de 1913. Este processo contava com exame cadavérico do recém-nascido, pois a criança de nome Maria, segundo Conceição havia caído de cima de um banco, “quando ela foi tirar da prateleira uma tigela para dar água com açúcar a sua filhinha, que contava com cinco dias de vida”.

O exame pericial não foi detalhado, e para se construir a verdade do que havia acontecido, foi preciso ouvir as testemunhas arroladas. Estas que afirmaram o desejo da ré em criar a filha, e que esta negava a ir para a casa de seus pais, como era a vontade de seu amásio Apolinário, pois a criança não era sua filha. As falas não foram suficientes para condenar ou absolver a ré, faltava à verificação, a prova através do parecer dos peritos.

Já no processo mais antigo que tivemos acesso, datado de 1891, não consta o parecer da sentença, e o processo se promulgou até o ano de 1915. A perícia havia sido realizada por dois dentistas que não determinaram a causa da morte do filho da ré. Etelvina alegava medo em seu depoimento, o medo que tinha de seu pai, caso ele soubesse de sua desonra, assim como a vergonha de ser mãe solteira, o que teria a motivado a matar o recém-nascido.

Maria Thereza – Lajeado, 1900 – também foi absolvida da condenação por crime de infanticídio, mesmo tendo sido provado pelos peritos que seu filho morreu devido ao abandono a que foi submetido.

Ida, em 1904 foi absolvida do ato criminoso. O tribunal do júri decidiu que não havia sido ela a causadora dos ferimentos no crânio do recém-nascido, seu filho. Que ela havia caído sob uma pedra no dia do parto. O advogado argumentou no sentido de que o que deveria estar em questão era o homem que a deflorou, pois ela contava com 15 anos, e somente havia cometido tal ato para ocultar seu estado, por medo e receio de seu pai.

O processo da ré Conceição Cardoso,²⁷⁶ 1919, Dom Pedrito, não consta a sentença, mas o júri votou que ela não havia matado o filho, que este havia caído dentro de um vaso sanitário no momento que

²⁷⁶ Processo Cx.: D10.0617, Est.: 115-E4, de 1919. Cartório de Processos Cível e Crime de Dom Pedrito. Ré: Conceição Cardoso.

nasceu, sendo a causa de sua morte e não a asfixia como o exame médico declarava. O cadáver foi encontrado com um pano tapando-lhe a boca, o que a ré afirmou ser para estancar a hemorragia gerada pela queda. Porém, o Promotor Público não aceitou esta versão, afirmando que o pano seria para abafar o choro do recém-nascido e asfixia-lo. Seu defensor afirmou que Conceição não tinha motivos para matar o filho, pois seus patrões sabiam que ela estava grávida. O advogado argumentou: “ora se assim era, com que fim poderia a acusada cometer tal hediondo quão desumano crime! Uma mãe, por mais fera que seja, sempre tem amor ao seu ser. Por estes motivos, não estando base na denúncia, requeriu o arquivamento dos autos!”.

Mas o Promotor Público afirmou “não é o caso de arquivamento, pois o fato criminoso de Conceição Cardoso constitui-se numa infração penal, é o caso de ação pública”. Mesmo com esta vontade de verdade por parte do Promotor, o processo não consta a sentença.

A tabela abaixo contribui para uma melhor visualização acerca das rés absolvidas.

Tabela 2 - Sentença favorável às rés

ANO	CIDADE	NOME	SENTENÇA
1897	Pelotas	Eulália	Absolvida
1900	Lajeado	Maria Thereza	Absolvida
1904	Santa Cruz	Emma	Absolvida
1904	Lajeado	Ida	Absolvida
1910	Santa Maria	Josephina	Absolvida
1919	Dom Pedrito	Conceição Cardoso	Absolvida
1919	Porto Alegre	Djanira	Absolvida
1919	Porto Alegre	Leopoldina	Absolvida

Outros processos tiveram desfechos diferentes, que culminaram na condenação das rés, mesmo que elas tivessem praticado o mesmo ato criminoso, e as que as justificativas do crime alegadas pelo defensor tenham sido parecidas com as encontradas nos casos em que as mulheres foram absolvidas do crime de infanticídio. O que pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 3: Rés condenadas e processos sem sentença

ANO	CIDADE	NOME	SENTENÇA
1891	Rio Pardo	Etelvina	Sem sentença
1903	Porto Alegre	Veneranda	Condenada
1904	Santa Cruz	Carolina	Condenada
1913	Lajeado	Conceição de Quadros	Processo arquivado
1917	Lajeado	Augusta	Condenada
1919	Porto Alegre	Leocádia	Sem sentença
1922	Itaqui	Maria Dias	Condenada

Em 1903, Veneranda que havia dado à luz ao filho que teve com o noivo João de Deus, na cidade de Porto Alegre foi condenada a pena de quatro anos e seis meses de prisão celular, a serem cumpridos na Casa de Correção de Porto Alegre. Nota-se que as diligências deste processo foram executadas da mesma forma que os demais, e o fato de que ela havia confessado o infanticídio, não justifica este parecer do júri, pois não foi a única a confessar o ato criminoso. Com a análise dos autos, chega-se a conclusão que esta foi a única que teve ao seu lado o noivo – que afirmou compromisso de casamento e que, portanto, não seria perdoável seu atos, uma vez que sua moral estava à salvo.

Dentre as rés da região de Santa Cruz e Lajeado, a única condenada foi Carolina. Este processo contou com intensa participação da parteira Juliana. Seus pais também foram envolvidos na denúncia, respondendo ao processo. Carolina afirmava que a criança caiu no momento do parto, ocasionando a morte. Desejava esconder de seus pais e vizinhos, o que havia se passado. O argumento do advogado de que a ré matou o filho para esconder sua desonra não foi aceito pelo júri, e a ré ficou apenas entre os anos de 1903 a 1906. Seus pais foram absolvidos da acusação de cumplicidade.

Augusta, Lajeado, ano de 1917, deu à luz ao filho que gerou com o irmão de seu falecido marido, matando-o em seguida ao nascimento. O júri defendeu que ela não cometeu este ato por uma razão justificável, como ocultar a desonra, provavelmente porque já era mãe e havia sido casada anteriormente. Afirmaram também que quando o cadáver da criança foi exumado ela não mostrou nenhum sinal de arrependimento. Foi condenada a cumprir pena de três anos de prisão celular.

Maria Dias, a ré de Itaqui, 1922, também foi condenada, e o exame de sanidade que nela teria sido realizado, na verdade era um exame de parto suposto. O motivo que a Maria alegou para assim ter

agido, foi que havia brigado com o pai de seu filho, e que não queria que o mesmo soubesse que ela estava grávida. Sua justificativa não foi suficiente para o júri livra-la de cumprir uma pena de três anos de prisão celular, na Casa de Correção de Porto Alegre. Sendo detida em 11 de novembro de 1922 e liberada em 28 de julho de 1925.

As rés, mulheres acusadas de cometerem um crime contra a vida de seus filhos, foram julgadas a partir de uma idealização da imagem feminina presente naquela sociedade, construída a partir de uma normatização dos corpos e dos comportamentos femininos. Se encontravam em situações limites, com dificuldades econômicas e vulnerabilidade social. Em relação ao parecer final dos processos, é possível pensar que não bastava assumirem que haviam matado o filho, deveriam se imbuir, perante aqueles que as julgavam, do papel que a elas era destinado, um enquadramento social de honestidade e moralidade feminina. Frente a isso, até mesmo a prova científica, obtida através da investigação das marcas do corpo da ré e do infante, poderia ser desconsiderada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos processos em que as rés foram absolvidas as alegações de moralidade e defesa da honra estiveram presentes. Estas estratégias mostraram que estas mulheres tinham embutidos em sua mentalidade os valores da elite, mesmo que não os vivenciassem em suas práticas diárias.

As mulheres envolvidas nos processos eram pobres, e estabeleciam relações sociais muitas vezes diferentes daquelas desejadas pela elite. Exerciam a sexualidade antes do casamento, praticando relações de concubinato e amasiamento, trabalhavam fora de seus lares, como empregadas em casas de família, costureiras, bordadeiras, agricultoras. Porém, quanto a flexibilidade dos padrões de conduta dos populares, quando relacionados a moralidade, pode-se pensar que quando ocorria o encontro com a esfera pública e oficial, aquelas mulheres buscavam fora de seus “mundos”, elementos que as enquadrassem dentro das normas aceitas pela sociedade, pois mesmo não vivenciando tal realidade, sabiam quais eram os padrões desejados, e os usavam a seu favor. Utilizavam as justificativas “salvar a honra”, “esconder a vergonha como forma de não serem condenadas por terem transgredido os padrões morais desejados para o feminino.

Muitas foram “condenadas” em um primeiro instante, ou seja, logo que a polícia era informada do crime, eram recolhidas à prisão, onde poderiam ficar internadas nas enfermarias devido às lesões causadas pelo parto.

Em relação ao crime de infanticídio, este era mais do que um ato contra a vida, era um crime moral, que atingia o ideal materno construído e desejado. Era preciso que fosse julgado, que não se deixasse impune, para que outras mulheres não o cometesse. Nem sempre era condenado, mas a mulher que ia à júri tinha sua moralidade, sua vida e seu corpo exposto ao sistema jurídico, e também as pessoas que faziam parte de suas relações, que eram arroladas como testemunhas.

O pai do filho das rés, via de regra, não era chamado a depor, este foi o caso apenas de João de Deus, noivo da ré Veneranda, e de Henrique, filho da patroa de Djanira. Em ambos processos a paternidade e a responsabilidade acerca do que havia ocorrido não lhes foi cobrada. O infanticídio se configura como um crime feminino e assim, Neckel afirma:

Numa sociedade em que o gênero feminino não era constituído como sujeito, e chamado a opinar nas coisas relacionadas ao masculino, como a esfera pública, por exemplo, as mulheres eram vistas como únicas responsáveis pelo que os homens chamavam de “ato criminoso”.²⁷⁷

Além disso, a mulher deveria conter sua sexualidade, exercendo-a somente dentro do casamento legítimo, enquanto a sexualidade masculina poderia ser livre. Havia o preceito de que o homem possuía o extinto sexual e a mulher, o maternal. A mulher grávida era mais que o símbolo da maternidade, representava a virilidade do marido.

Porém, no caso dos processos crimes de infanticídio, as mulheres por serem na maioria solteiras passavam por um pedagogização do que seria a conduta certa e a errada. Tem-se como exemplo a condenação das práticas sexuais da ré Emma, que afirmou ter tido relações com dois homens. Assim como a ré Conceição de Quadros, que teve uma filha quando contava com 15 anos de idade, e era amasiada com um homem que não o pai da criança. Neste caso, o Promotor afirmou que ela possuía a malícia de uma meretriz.

O comportamento das mulheres que foram rés era posto em questão, se não eram mais virgens, deveriam ser ao menos honestas. E a honestidade da mulher pobre, se dava através da execução de um trabalho considerado digno. A prostituição era condenada. No caso da ré Djanira, seu crime de justificava porque ocultaria um escândalo social.

Para que o Parágrafo Único²⁷⁸ do Artigo 298, do Código Penal de 1890 se fizesse valer, era preciso que a mulher se enquadrasse em uma série de quesitos, ou seja, que ela fosse honesta: “a deshonra da mulher, pelo nascimento de um filho só pode provir da ilegitimidade dessa prole, simplesmente natural, quando solteira, ou viúva; adulterina, quando casada”.²⁷⁹ A mulher teria que ter uma honra a zelar, e esta deveria ser comprovada. Para tanto, eram arroladas as testemunhas que falavam sobre as relações e vivências das rés.

Devido a este parágrafo contido naquele artigo do Código Penal de 1890, os advogados das rés procuravam afirmar e provar que tratava-se de mulheres que eram honestas, que somente cometeram tal ato, em

²⁷⁷ NECKEL et. al., 2003, p. 88.

²⁷⁸ FARIA, 1929.

²⁷⁹ Ibid, p. 521.

defesa daquilo que a sociedade pregava: a manutenção da moralidade feminina. Logo, “é necessario que a autora do delicto seja mulher honesta, ou considerada como tal, para que possa admittir-se a excusa fundada na necessidade de salvar a honra; é indispensável que exista uma honra a salvar”.²⁸⁰

As rés que não se enquadravam ou reafirmavam os padrões de honestidades, estariam impossibilitadas de terem a pena atenuada ou de serem absolvidas. A mulher, caso fosse prostituta ou desregrada sexualmente, não teria uma honra a zelar, pois seria de conhecimento público que não era mais virgem. O benefício da lei seria para aquelas que fossem solteiras, viúvas ou casadas, que alegavam terem sido seduzidas e para esconderem a gestação, teriam eliminado o fruto da relação ilícita. Porém, caso a mulher considerada honesta que desejasse punir seu sedutor, perderia o direito de alegar ocultamento da vergonha, pois com o processo sua desonra se tornaria pública.²⁸¹ Sendo assim, deveria haver um segredo a ser ocultado para preservar a moralidade da mulher.

As rés presentes nos casos analisados alegavam padrões de moralidade, que talvez elas próprias não vivenciassem, mas faziam parte do discurso acerca do feminino. O que fica perceptível em alegações como “já que nasceu morto, salva-me a vergonha”, “medo do pai”, “vergonha de ser mãe solteira”. As mulheres populares sabiam da importância da maternidade e da virgindade para a sociedade do final do século XIX e início do XX. Sabiam que ter um filho fora do casamento era considerado uma desonra, uma vergonha, por isso ocultavam dos olhares vizinhos a gestação, que se desenvolvia em baixo de suas roupas largas ou apertadas, que procuravam disfarçar as formas que o corpo adquiria. A fala dos advogados agia de modo a buscar elementos que justificassem o infanticídio, alegando que o ato seria para as rés, a correção de um comportamento desviante.

Em relação ao Positivismo, reinterpretado no Rio Grande do Sul, como Castilhismo, percebemos que este reforçou preceitos já existentes no Brasil acerca do ideal feminino, entendia que as mulheres deveriam se preservar no espaço do lar, para exercerem plenamente a maternidade. A idealização não correspondia com a realidade das mulheres pobres.

²⁸⁰ FARIA, 1929.

²⁸¹ Ibid.

O preceito positivista da liberdade profissional foi um dos eixos da análise. Apontamos que o corpo das ré e o cadáver dos recém-nascidos era analisado nos processos crimes de infanticídio, não apenas por médicos diplomados. Farmacêutico, dentistas e parteiras auxiliavam o aparato jurídico na busca pela verdade contida nas marcas dos crimes incrustadas nos corpos. As mulheres eram examinadas e seus corpos se tornavam provas do ato que cometeram. Gesto transformado em crime através da narrativa dos arrolados nos inquéritos, pessoas que se colocavam como mediadoras e avaliadoras do comportamento das acusadas.

Em relação às parteiras, percebemos sua atuação no cotidiano das mulheres do Rio Grande do Sul, no período em análise. Elas eram peritas nos saberes acerca do corpo feminino, e os médicos diplomados, buscaram deslegitimar este conhecimento na busca por uma autoridade científica em torno do parto, obstetrícia e ginecologia.

Nos processos não apenas os médicos se legitimaram enquanto saber científico que investiga os corpos, objetivando a descoberta da verdade. A liberdade profissional possibilitava o encontro de outros profissionais com o judiciário. Porém a prova científica, como a constatação de que o recém-nascido havia respirado antes de ter sua vida retirada ou marcas de violência, sinais de parto no corpo da ré, poderia ser desconsiderada em função da alegação de que a ré se enquadrava, ou buscava se enquadrar, nos padrões de moralidade desejados.

Compreendemos o processo judicial como uma fonte historiográfica privilegiada. Como um palco para onde convergiam o inquérito policial, o saber jurídico e médico legal, os populares. O entrecruzamento de discursos permeado pelo contexto histórico do período, nos levou a olhar sobre vivências entre o comportamento ideal e o real.

Os processos crimes de infanticídio ocorridos no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1891 a 1922, foram pensados como um campo de disputa pela versão verdadeira, que desnuda motivações e valores diluídos no cotidiano,²⁸² que são aflorados quando ocorrem uma situação limite como um crime, destacando o que seria considerado lícito e ilícito em uma sociedade.

²⁸² DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

AREND, Silvia Maria Fávero. **Amasiar ou casar?** A família popular no final do século XIX. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

ATAYDE, Marla A. Uma verdade vista nos corpos: o saber médico nos casos de infanticídio em Fortaleza, na primeira metade do século XX. In: **X Encontro Estadual de História/ANPUH-Ce: Experiências e Saberes**. Fortaleza, 2006. Caderno de Resumos, 2006. Disponível: http://www.ce.anpuh.org/anais/2006/Uma_verdade_vista_nos_corpos.pdf. Acesso em: 16 Out. 2008.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**. São Paulo: Paulus, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Razão práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1818-1940)**. Campinas: UNICAMP, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

CIOCHETTO, Paula Ribeiro. **Um crime que salva a vergonha: mulheres populares e seu encontro com a lei através de um processo de infanticídio em Santa Maria (1910)**. 59 p. Monografia (Graduação) - Centro Universitário Franciscano, Curso de História, Santa Maria, 2008.

_____. **Marcas de um crime:** infanticídio, corpo feminino e Medicina Legal (Rio Grande do Sul, 1891-1915). 28 p. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Santa Maria, 2011.

COMTE, Augusto. **Os pensadores**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DUBY, Georges; PERROT, Michele (orgs.). **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrotamento, 1990.

FARIA, Antonio Bento de. **Anotações Theorico-Praticas ao Código Penal do Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1929.

FLECK, Cristina D.; KORNDÖRFER, Ana Paula. Infância, violência urbana e saúde pública. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). **República Velha (1889-1930)**.v.3 t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORI, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos:** discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GADDIS, John L. **Paisagens da história**. Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRIZA, Aínda. **Polícia, técnica e ciência**: o processo de incorporação de saberes técnico-científicos na legitimação do ofício de policial. 183 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 1999. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2564/000234702.pdf?sequence1>>. Acessos em: 16 Jul. 2012.

HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009

ISAIA, Artur Cesar. Catolicismo e Castilhismo. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). **República Velha (1889-1930)**.v.3 t. 2. Passo Fundo: Méritos, 2007.

ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher**: a moral e o imaginário: 1889-1930. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. As representações do feminino na educação rio-grandense segundo o discurso positivista (1889-1930). **História e Reflexão**. Vol.1 - n.1 – UFGD: Dourados, Jan/Jun.2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/484/353>>. Acesso em: 24 Maio 2012.

JARDIM, Rejane Barreto. Do parto empírico ao nascimento científico. XX Simpósio Nacional de História. **Fronteiras**. Florianópolis: UFSC, 1999.

KUMMER, Lizete Oliveira. **A medicina social e a liberdade profissional**: os médicos gaúchos na Primeira República. p. 109. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3577/000340264.pdf?sequence=1>>. Acesso em 15 Out. 2012.

LACQUER, Thomas W. Corpos, detalhes e narrativa humanitária. In: HUNT, Lynn. **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992

LHOMOND, Brigitte. Sexualidade. In: **Dicionário crítico do feminismo**. HIDRATA, Helena; LABORIE, Françoise (orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo : Ed. UNESP, 2009.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**. A medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história, trabalho e cidade. São Paulo: EDUSC, 2002.

_____. **Âncora das emoções**: corpos, subjetividades e sensibilidades. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. In: PISCITELLI, Adriana (org.). **Olhares femininos**. Brasília: Ministério da Educação e UNESCO, 2009. p. 285

MAUCH, Cláudia. MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.

NECKEL, Roselane et. al. Aborto e infanticídio nos códigos penais e nos processos judiciais: a pedagogia de condutas femininas. In: PEDRO, Joana Maria (org.). **Práticas Proibidas**: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 85-111.

_____. Em silêncio.... as mulheres que decidam! In: _____. p. 189-295

OLIVEIRA, Anelda Pereira de. **Sobre os saberes femininos**: parteiras e médicos. Comunicação apresentada na ANPUH-RS-1998 (mimeografado).

OLIVEIRA, H. B. da Silva. **Nota sobre o positivismo**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1968.

ORLADI, Eni Pucinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4 ed. Campinas: Pontes, 1996.

OSÓRIO, Joaquim Luís. **Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul**: Comentário. v. 12. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

PANTEL, Pauline Schmitt. “A criação da mulher”: um ardil para a história das mulheres? In: MATOS, Maria. Izilda S. de; SOIHET, Rachel (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003.

PEDRO, Joana Maria (org.). **Práticas Proibidas**: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

_____. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX. In: MATOS, Maria Izilda S; SOIHET, Rachel (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 159.

_____. et. al. Mulheres, memórias e experiências.... usos e disputas sobre o controle e autonomia do corpo feminino. In: _____. p. 155-168.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Cotexto, 2007.

_____. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria. Izilda S. de; SOIHET, Rachel. (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. História (sexualização da). In: **Dicionário crítico do feminismo**. HIDRATA, Helena; LABORIE, Françoise (orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Ed. UNESP, 2009,

PESAVENTO, Sandra J. **O cotidiano da República**: elites e povo na virada do século. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

PEZAT, Paulo. Leituras e Interpretações de Augusto Comte. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). **República Velha (1889-1930)**. v.3 t. 2. Passo Fundo: Méritos, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, p. 159-189, Florianópolis: UFSC, 2009.

PLEM, Georgina Garabely. As “manias esquisitas de Casemira: um estudo sobre a prática e o julgamento do infanticídio. In: **Revista de História Regional**. Verão 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2168/1648>>. Acesso em: 10 Set. 2010.

PROSPERI, Adriano. **Dar a alma**: a história de um infanticídio. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RINALDI, Alessandra de Andrade. Marginais, delinquentes e vítimas. Um estudo sobre a representação da categoria favelado no Tribunal do Júri da cidade do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2003

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. O Castilhismo e outras ideologias. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). **República Velha (1889-1930)**. v.3 t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007.

ROHDEN, Fabíola. **A arte de enganar a natureza**: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SANTOS, Nádia Maria Weber dos. Práticas de saúde, práticas da vida: Medicina, instituições, curas e exclusão social. O Castilhismo e outras ideologias. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). **República Velha (1889-1930)**. v.3 t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.15, n.2, p.5-22, jul./dez. 1990.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e forma de violência**: mulheres pobres e ordem urbana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VENDRAME, Maria Inês. Reflexões sobre a honra e *vendetta* entre imigrantes italianos no sul do Brasil: o caso da morte do padre Antônio Sório (1900). **Revista Latino-Americana**. vol. 1., nº2., Fev. de 2012.

Disponível em:

<<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/53/37>>.

Acessos em: 05 Jan. 2013.

VÁZQUES, Georgiane G. H. **Mais cruéis que as próprias feras**: aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e o século XX. p.160. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba, 2005. Disponível em:

<<http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2005/Georgianegarabelyheilvasquez.pdf>>. Acesso: 10 abril 2009.

WADI, Yonissa Marmitt. **A história de Pierina**: subjetividade, crime e loucura. Uberlândia: EDUFU, 2009.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência a infância no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.19, nº 37, 1999.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**. Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-grandense – 1889/1928. Santa Maria: UFSM, 1999.

WEBER. Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a faculdade de Medicina de Porto Alegre. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**. Vol.5. n.03. Rio de Janeiro. Nov. 1998/Fev.1999.Disponível:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01045970199000100003&lang=pt>. Acesso em: 17 Jul. 2012.

WITTER, Nikelen Acosta. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran (orgs.). **Nova história de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria: [s.n.], 2010.

WOLFF, Cristina Scheibe. **As mulheres da colônia Blumenau – cotidiano e trabalho (1850-1900)**. 124p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, 1999.

ZENHA, Celeste. As práticas da justiça no cotidiano da pobreza. **Revista Brasileira de História**. v. 5, nº10. São Paulo: Marco Zero, 1985.

SÍTIOS ACESSADOS

<<http://www.academiademedicinars.com.br/curriculodetalhe.php?idcuriculo=130>>. Acesso em: 11 Fev. 2014.

<<http://www.academiademedicinars.com.br/curriculodetalhe.php?idcuriculo=16>>. Acesso em: 11. Fev. 2014.

<<http://www.muham.org.br/index.php?formulario=biografias&metodo=4&id=0&submenu=4>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

<<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3d&tabid=3456&language=pt-BR>>. Acesso em: 10 Jan. 2014.

FONTES

Arquivo Histórico de Santa Maria (AHSM)

Processo nº 01, Cx.: 01, de 1910. Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Maria. Ré: Josephina.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Processo Cx.: 358 M: 05, de 1891. Cartório de Processos Cível e Crime de Rio Pardo. Ré: Etelvina.

Processo Cx.: 006.0355, Est.: 141-C6, de 1897. Cartório de Processos Cível e Crime de Pelotas. Ré: Eulália.

Processo M: 47, Est.: 152-F5, de 1902 a 1905. Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Cruz. Ré: Emma.

Processo sem referência, de 1903. Cartório de Processos Cível e Crime de Porto Alegre. Ré: Veneranda.

Processo M: 34, Est.: 150-A4, de 1900 a 1913. Cartório de Processos Cível e Crime de Lajeado. Ré: Maria Thereza.

Processo M: 47, Est.: 152-F5, de 1902 a 1905. Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Cruz. Ré: Carolina.

Processo M: 47, Est.: 152-F5, de 1902 a 1905. Cartório de Processos Cível e Crime de Santa Cruz. Ré: Ida.

Processo M: 43, Est.: 150-A3, de 1913. Cartório de Processos Cível e Crime de Lajeado. Ré: Conceição de Quadros.

Processo M: 49, Est.: 150-A2, de 1916 a 1917. Cartório de Processos Cível e Crime de Lajeado. Ré: Augusta.

Processo M: 119-C-2, Cx.: 2021, de 1919. Cartório de Processos Cível e Crime de Porto Alegre. Ré: Leocádia.

Processo M: 119-C2, Cx.: 2020, de 1919. Cartório de Processos Cível e Crime de Porto Alegre. Ré: Leopoldina.

Processo M: 119-C2, Cx.: 2016, de 1919. Cartório de Processos Cível e Crime de Porto Alegre. Ré: Djanira.

Processo Cx.:D10.0617, Est.: 115-E4, de 1919. Cartório de Processos Cível e Crime de Dom Pedrito. Ré: Conceição Cardoso.

Processo M: 87, Est.: 116-G3, de 1922. Cartório de Processos Cível e Crime de Itaqui. Ré: Maria Dias.